

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2023

NÚMERO 21.975 • 30 PÁGINAS • R\$ 4,00

Votação do arcabouço já anima governo

Urgência para apreciação do projeto do marco fiscal deve ser aprovada hoje pela Câmara. Análise final está prevista para a próxima quarta-feira. Mudanças na proposta facilitam a tramitação. PÁGINA 2



Telmo Ximenes/Divulgação

A força histórica do PSD

Presidente regional da legenda, Paulo Octávio homenageou ontem à noite, Gilberto Kassab, líder nacional do partido. Ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, políticos de diferentes agremiações, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e o governador Ibaneis estiveram no encontro. PÁGINA 4

Deltan Dallagnol é cassado pelo TSE

PÁGINA 3

Petrobras tem nova política para combustível e corta preço

Estatal acaba com fórmula da paridade de importação para definir os valores do diesel e da gasolina. Agora, os parâmetros do mercado mundial serão substituídos por critérios como custos internos de extração, em reais. Empresa anunciou também redução nos preços das distribuidoras, a partir de hoje. PÁGINA 6

Evaristo Sa/AFP



Bolsonaro põe na conta de Cid

Ex-presidente (foto) nega na PF ter ordenado falsificação do cartão de imunização contra a covid. Principal investigado no caso é o ex-ajudante de ordens Mauro Cid. PÁGINA 5

O terror do abuso de crianças

Nos três primeiros meses deste ano, foram 94 casos de estupro de vulnerável. Mais de 70% das vítimas tinham menos de 14 anos. Agressão deixa traumas por toda a vida. PÁGINA 15

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Oportunidade de agradecer

Ítala Vitória é uma das cinco mil garis do DF. Ontem foi o dia dedicado a eles, que têm relevante função cidadã. PÁGINA 19

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Queremos exploração de riquezas, mas dentro da legalidade"

Gilmar Mendes
Ministro do STF



"Para onde está indo esse ouro? Por onde está sendo legalizado?"

Joenia Wapichana,
presidente da Funai

Tecnologia, fiscalização e lei podem transformar ouro ilegal em riqueza



Mediado pelos jornalistas Denise Rothenburg e Vicente Nunes (de Portugal), o Correio Debate ouviu especialistas como Raul Jungmann (E) e o deputado Zé Silva

Alvo da cobiça mundial, o ouro brasileiro desperta preocupação em áreas que vão da economia aos direitos humanos. A extração ilegal do mineral traz graves consequências para o país, como o crescimento do crime organizado, destruição do meio ambiente e o ataque a

comunidades indígenas. Para discutir um tema tão complexo, o Correio reuniu autoridades, especialistas e técnicos no debate Caminhos do Ouro, realizado ontem, na sede do jornal, com apoio da Casa da Moeda. A abertura do evento foi do ministro do STF Gilmar

Mendes. Algumas questões foram consenso entre os participantes. A urgência por leis mais duras contra o garimpo e o comércio ilegal e a maior fiscalização em regiões remotas como a Amazônia são necessidades urgentes. E o uso da tecnologia será decisivo para mudanças.



PÁGINA

Um olhar sobre a cena política nas ruas

PÁGINA



Guerra

Arma avançada na mira de Kiev

Ucrânia afirma ter abatido seis mísseis hipersônicos Kinzhal, disparados pela Rússia durante ataque intenso à capital. PÁGINA 11

Mailson Santana/Fluminense F.C



Não faltou intensidade

Com Fla em alta rotação e Flu "repaginado" para suportar, rivais cariocas fazem bom jogo, mas apenas empatam na Copa do Brasil. PÁGINA 23





ARCABOUÇO FISCAL

Confiança em aprovação com ampla margem

Haddad diz ter visto boa vontade com a nova âncora, inclusive da oposição. Câmara aprecia urgência hoje e vota o texto na próxima quarta

» RAFAELA GONÇALVES

Gatilhos

A principal mudança do novo arcabouço fiscal são os chamados gatilhos, ou sanções, em caso de descumprimento das metas estipuladas. Entenda:

Os gatilhos obrigam o governo federal a controlar gastos, caso não sejam alcançadas as metas fiscais – por exemplo, não concedendo aumentos reais em benefícios ou congelando a abertura de novas vagas de emprego no setor público.

1º ano de descumprimento da meta: caso o governo descumpra as metas fiscais estabelecidas, no primeiro ano ficarão proibidos:

- Criação de cargos
- Alteração de estrutura de carreira
- Criação ou majoração de auxílios
- Criação de despesa obrigatória
- Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação
- Ampliação de subsídios e subvenções
- Concessão ou ampliação de benefício tributário.

2º ano de descumprimento da meta: se o governo descumprir a meta pelo segundo ano seguido, novas proibições serão acrescentadas às existentes, como:

- Aumento e reajustes na despesa com pessoal, como elevação de salários
- Admissão ou contratação de pessoal, exceto para reposição de cargos vagos
- Realização de concurso público, exceto para reposição de cargos vagos

X Fora dos gatilhos:

a pedido do presidente Lula, o relator do projeto deixou fora das regras de contenção de despesas o reajuste real do salário mínimo, com aumento garantido acima da inflação

Penalidades:

o descumprimento das metas fiscais não será crime. Por outro lado, o descumprimento dos contingenciamentos e dos gatilhos, atualmente, já é uma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal – passível de punição.

Bolsa Família:

com as alterações do texto, o programa está sujeito aos limites gerais de gastos para que possa crescer acima da inflação, podendo assim sofrer restrições. Segundo o relator, o Bolsa Família só poderá ser excluído das sanções se o Poder Executivo enviar um projeto de lei propondo compensações para os aumentos de despesas com o programa.



O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), afirmou que a urgência da proposta será avaliada hoje na Casa. Assim, o projeto poderá furar a fila de apreciação e ser levado diretamente ao plenário, sem passar por comissões. A votação entre os 513 deputados está prevista para quarta-feira da semana que vem.

Em coletiva de imprensa na Câmara, Cajado apresentou o relatório e explicou mudanças feitas na proposta encaminhada pelo governo. Na véspera, ele mostrou o texto a líderes de bancadas e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“A repercussão no colégio de líderes foi muito positiva. Saímos com a decisão tomada de, no dia de amanhã (hoje), votarmos a urgência do projeto e, na próxima quarta-feira, votarmos o texto na Câmara dos Deputados. Até a semana que vem, todos estarão estudando o texto e avaliando”, frisou.

Uma das principais mudanças é que a nova versão da proposta inclui gatilhos e sanções para caso de não cumprimento de metas fiscais, por exemplo, não concedendo aumentos reais em benefícios ou congelando a abertura de novas vagas de emprego no setor público.

Outra alteração importante feita pelo relator foi que despesas que estavam previstas para ficar fora do limite de gastos acabaram incluídas no teto. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a subvenção federal para o piso da enfermagem, o Fundo Constitucional do Distrito Federal e o da Agência Nacional de Águas (ANA) agora estão sujeitos ao limite de gastos.

Segundo Cajado, a inclusão dessas despesas no arcabouço visa proteger os recursos. “A lógica

de estar dentro do teto é uma lógica de proteção, diferentemente da regra do teto de gastos, que, estando fora, você só tinha crescimento pela inflação. Hoje, estando dentro do teto, como estão o Fundeb e o piso da

enfermagem, você tem a proteção da correção da inflação e o ganho real acima da inflação”, argumentou.

Cajado disse estar confiante de que a proposta será avaliada com larga margem. Por ser um

projeto de lei complementar, o texto precisa dos votos favoráveis da maioria absoluta dos deputados (257), em dois turnos. “Acredito que não teremos muita dificuldade de aprová-lo com uma maioria substancial”, ressaltou.

Questionado sobre a viabilidade das metas de arrecadação do Executivo, o relator afirmou que considera a expectativa factível. “Os dados do governo são absolutamente factíveis, mas o marco fiscal não cuida da

questão da receita. Estamos cuidando da meta de resultado primário e de sanções em caso de não cumprimento. Acho que o ministro Haddad e sua equipe farão um grande esforço para arrecadar R\$ 120 bilhões, mas não podemos garantir”, avaliou.

De acordo com o deputado, os parâmetros para o crescimento real dos limites da despesa primária serão incluídos na lei complementar. Já o centro da meta propriamente dito, como déficit zero ou superávit de 1%, será definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

“A primeira coisa que fizemos foi incorporar os parâmetros da despesa ao teto. Não vai ser mais na LDO, como no projeto original. Ele tem uma estabilização da dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), e fizemos questão de incluir essa condição no marco para que tenhamos sempre essa trajetória compatível de dívida/PIB.”

Otimismo

Após conversar com os líderes partidários, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse estar confiante na aprovação do novo marco fiscal. “Eu vi muita boa vontade, inclusive dos partidos da oposição, que consideram o arcabouço um projeto de Estado”, frisou a jornalista, na chegada à sede da pasta.

O chefe da Fazenda acredita que o desafio é aprovar a âncora fiscal com o maior apoio possível para que a nova lei tenha “durabilidade e resiliência”. “Temos o desafio de aprovar esse arcabouço com uma larga margem de votação para dar consistência ao regime fiscal do país”, ponderou.

A nova lei, segundo Haddad, garante um regime mais flexível para o país e demonstra confiança de que o “desenho” do projeto foi muito bem recebido pelos parlamentares das duas Casas.

Bolsa Família pode ficar sem aumento real

No caso de descumprimento, pelo governo, das metas fiscais previstas no novo arcabouço fiscal, o Bolsa Família pode não ter aumento real. O benefício social acabou sujeito ao mecanismo de “punição”, ficando dentro dos limites gerais de gastos, podendo, assim, sofrer restrições.

A blindagem do benefício era uma das medidas consideradas essenciais pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ainda pode render um grande embate político.

Segundo o relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), o Bolsa Família só poderá ser excluído das sanções se o Executivo enviar um projeto de lei propondo compensações para os aumentos de despesas com o programa.

“O presidente pode pedir ao Congresso Nacional o valor para poder crescer o Bolsa Família, com compensação. Está também nessa possibilidade. Não está na condição de exclusão, será uma lei complementar”, ressaltou Cajado.

O salário mínimo, por sua vez, foi excluído de punições no caso

de descumprimento das metas. “O Bolsa Família está como despesa obrigatória. O que nós excluímos da vedação é o reajuste do salário mínimo, que poderá, mesmo no caso de não atingimento da meta, receber o aumento da inflação mais aumento real”, explicou.

Responsabilidade

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que o governo precisou ceder em alguns pontos para viabilizar a aprovação do arcabouço fiscal, mas negou que seja necessário contingenciamento ao Bolsa Família. “Se o governo mandar uma proposta de reajuste do Bolsa Família (acima da inflação), é muito difícil o Congresso recusar, você está falando da camada mais pobre da população”, argumentou.

Haddad emendou: “Mas isso não vai ser necessário, nós vamos conduzir a gestão fiscal da maneira mais responsável, mas atendendo aquela parcela da sociedade que precisa mais da atenção do Estado”.

O impacto do programa no

Diogo Zacarias/Flicker



Haddad reconheceu que o governo cedeu em vários pontos

Orçamento da União de 2023 será de menos de R\$ 175 bilhões. Em março, o governo federal iniciou os pagamentos do novo Bolsa Família com valor médio de R\$ 670. O programa, que havia sido rebatizado na pandemia de Auxílio Brasil, foi reformulado após a eleição.

O titular da Fazenda assumiu que precisou abrir mão de

alguns pontos do texto original da regra fiscal, enviado pela pasta. “Todo mundo sai de um acordo tendo que ceder alguma coisa. É óbvio, o governo mandou um projeto de lei, mas sabe que há muitas forças no Congresso Nacional. É natural que o relator tenha de ouvir todo mundo para angariar o maior apoio possível”, justificou. (RG)

Governo tenta evitar ruídos; oposição crítica

» RAPHAEL FELICE

A expectativa do Planalto é que o novo arcabouço fiscal seja aprovado na Câmara com ampla margem de votos. “Acho que a matéria está redonda, teve um esforço muito grande. O ideal é que sejam mais de 350 (votos)”, afirmou o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE).

Ele disse ter conversado com integrantes do Planalto, como os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) para evitar ruídos dentro da base.

Em um primeiro momento, houve insatisfações no governo e no PT com o parecer do relator Cláudio Cajado (PP-BA). Entre os pontos criticados estão os gatilhos. No Executivo, o sentimento é de que o texto de Cajado pode não ser o ideal, mas “com certeza é o melhor possível”, como frisou o líder da Federação PT/PCdoB/Rede na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR).

Principal partido da oposição, o PL não vai orientar a bancada contra o arcabouço. A legenda decidiu liberar os deputados a votar de acordo com

suas convicções.

“O texto tem uma série de permissões para ganância irresponsável. Há possibilidades de perdão e isenções de penalizações que indicam isso. (...) O PL está liberando a bancada, mas estamos fazendo um alerta: não caiam em mentiras colocadas pela esquerda e estudem o projeto, que vão ver que não dá para votar favoravelmente”, frisou o deputado Sanderson (RS).

A maioria dos deputados do União Brasil deve votar a favor da nova âncora fiscal, mas dois parlamentares convocaram uma coletiva de imprensa para apresentar um texto alternativo do arcabouço.

Os deputados Kim Kataguiri (SP) e Mendonça Filho (PE) afirmam que a proposta deles é mais “sustentável” por incluir pontos como redução do teto de crescimento de despesa e um rol mais restrito de exceções ao teto de gastos. Além disso, querem imputar crime de responsabilidade ao presidente da República caso desrespeite o equilíbrio das contas públicas.

CCJ DA CÂMARA

O conluio de partidos para conseguir anistia

Oposição e governo aprovam PEC que livra legendas de irregularidades eleitorais

» ANDREA MALCHER

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara deu aval, ontem, à proposta de emenda à Constituição (PEC) que anistia partidos políticos por descumprirem a obrigatoriedade de repassar pelo menos 5% do fundo eleitoral à promoção de candidaturas de negros e mulheres. O texto, que também livra as legendas de irregularidades na prestação de contas, foi aprovado por 45 a 10, com votos de siglas do governo e da oposição. Agora, a PEC seguirá para análise de uma comissão especial.

Autor da matéria, o deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) argumenta ser necessário determinar um marco para que as sanções da Justiça Eleitoral sejam aplicadas. No texto, existe a alegação de que muitos partidos tiveram dificuldade para se adaptar à nova regra.

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) disse que multas e retenções impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no caso de descumprimento das cotas são abusivas e inviabilizam os partidos. “Uma multa não pode ser abusiva. Tem de aplicar a punição, mas tem de ser pedagógica, para a questão não acontecer de novo”, frisou. “Como temos multas abusivas, como essa de cotas, que o TSE já está estudando aplicar R\$ 20 milhões, R\$ 50 milhões, são inexequíveis. E por isso que temos reiteradas anistias neste Parlamento.”

A parlamentar destacou ser essa uma oportunidade de constituir as cotas. “É importante também dizer que não podemos apenas ficar com as cotas. Acho que, neste caso que estamos conversando sobre as multas, elas não podem ser o único mecanismo para que os partidos avancem”, ressaltou.

Ela sugeriu que os partidos que não cumprirem a regra percam uma cadeira ocupada por um homem, e o lugar fique com uma mulher. Essa e outras ideias e ressaltos serão apresentadas na comissão especial, como informou a petista.

Já a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) repudiou a tentativa de perdoar as irregularidades

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Gleisi Hoffmann alegou que as “reiteradas anistias” ocorrem por causa de multas abusivas impostas pelo TSE

» Tempo para adaptação

O deputado Delegado Éder Mauro (PL-PA) disse que a proposta vem para “corrigir os problemas” trazidos por uma outra PEC, incorporada à Constituição em 2022, por não ter tido um ano de antecedência para que os partidos se adequassem. Porém, a emenda aprovada pelo Congresso adiou a vigência da cota para mulheres e negros de 2020 para 2022. Parlamentares tiveram, anteriormente, dois anos para se adaptar.

cometidas por legendas. “Não é à toa que esta é a quarta lei que institui a anistia aos partidos que não cumprem a legislação, que era amplamente conhecida antes da disputa eleitoral, só que esta é a maior anistia da história”, enfatizou ela, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proposta.

Alfinetada

Por sua vez, o deputado Kim Kataguirí (União-SP) criticou o fato de “partidos de esquerda”,

Restituição

Somados os valores de restituição ao erário por irregularidades na conta partidária entre 2015 e 2017, o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá que devolver pouco mais de R\$ 23 milhões. O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, terá que enviar R\$ 4,7 milhões. A Justiça Eleitoral tem o prazo de até cinco anos para julgar as contas das legendas.

grandes defensores das cotas, tem defendido a anistia.

“Os próprios partidos de esquerda — com exceção do PSol, que está sendo coerente nesta votação — que votaram essas cotas e que discursaram no plenário falando ‘veja só, estamos aprovando as cotas para colocar mulher e negro na política, veja como somos plurais, quem vota contra a cota não quer ver negro ou mulher na política’. (...) Fizemos um torto e a direito no plenário, aí, eles descumprem a lei, não passam os recursos para mulheres e negros.

Qual é a solução? Se descumpriremos a lei, vamos anistiar, liberar o partido de qualquer multa”, alfinetou ele, que votou contra a PEC.

Jorge Goetten (PL-SC) afirmou que os avanços da lei são indiscutíveis, mas argumentou que a decisão de aplicar as cotas na eleição de 2022 foi um “canetaço” da Justiça, que os partidos não têm condições de cumprir.

“É muito injusto jogar no colo dos partidos, dos parlamentares. É o que está acontecendo aqui. Isso foi causado por uma ingerência do TSE, uma decisão unilateral”, acusou. “É isso que estamos discutindo, corrigindo, porque essa lei, desde o nascedouro, é impraticável, inatingível. (...) O TSE, no calor das eleições, deu esse canetaço.”

A PEC da Anistia foi protocolada no fim de março e teve o apoio de 184 deputados, entre eles, líderes de oito legendas na Câmara: PL, Republicanos, PSDB, PSB, PDT, PSD, Avante e Podemos. José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Casa, e Carlos Jordy (PL-RJ), líder da oposição, marcaram a surpreendente **união entre siglas**.

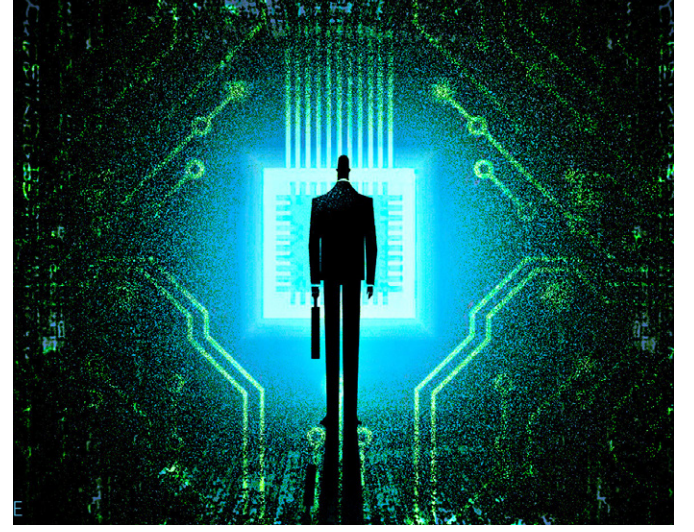
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Lira quer aprovar direito autoral em separado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende levar ao plenário hoje dois temas polêmicos da lei de regulamentação das big techs, que serão votados em separado: os direitos autorais dos artistas e a remuneração dos jornalistas, projeto que será relatado pelo deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), como parte da nova lei do direito autoral. A manobra retira do projeto de regulamentação das big techs esses dois temas, que geraram muitas controvérsias e envolvem grandes interesses econômicos.

Segundo o relator do projeto de regulamentação das big techs, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o fatiamento favorecerá a aprovação dos dois projetos. “Estamos negociando agora a proposta de instituição reguladora, que precisa ser independente. As divergências com a bancada evangélica já foram superadas.” O tema mais polêmico continua sendo a criação de uma instituição reguladora, que precisa ser independente e reconhecida por todos. O empoderamento da Anatel, agência regulatória das telecomunicações, não tem a menor chance de ser aprovado, assim como qualquer proposta de órgão regulador que dê ao governo o poder de fiscalização.

O fatiamento da regulamentação das big techs somente foi possível porque o projeto de nova lei dos direitos autorais, que há anos tramita na Casa, deve ser votado em regime de urgência, por decisão do presidente da Câmara. Caso a urgência seja aprovada, como deseja Lira, o mérito do projeto também deve ser apreciado ainda hoje. Relator do texto, Elmar Nascimento enxugou o projeto da nova lei dos direitos autorais, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), para tratar principalmente da regulamentação das relações entre as high techs, plataformas e mídias com produtores de conteúdo, entre os quais artistas e jornalistas.

Arcabouço e combustíveis

A votação será feita após a apreciação do regime de urgência para aprovação do novo arcabouço fiscal, que deverá ser apresentado hoje pelo relator, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA). Protocolado ontem, o relatório sobre o projeto de lei do novo arcabouço fiscal foi fechado após intensas negociações entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; os líderes partidários; e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Depois, o ministro alinhou o acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula pediu que a política de valorização do salário mínimo e o Bolsa Família fossem blindados no novo arcabouço, ficando fora do contingenciamento, o que deve ser motivo de grande polêmica com a oposição. O acerto é uma vitória do ministro da Fazenda, que enfrentava o “fogo amigo” da bancada petista. “Todo mundo sai do acordo tendo que ceder em alguma coisa”, disse Haddad, que confia nas negociações com os líderes e com Lira para obter os 257 votos necessários para aprovação do regime de urgência. “Nós temos o desafio de aprovar esse arcabouço com uma larga margem de votação, para dar consistência ao regime fiscal do país”, avalia o ministro.

O EMPODERAMENTO DA ANATEL, AGÊNCIA REGULATÓRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES, NÃO TEM A MENOR CHANCE DE SER APROVADO, ASSIM COMO QUALQUER PROPOSTA DE ÓRGÃO REGULADOR QUE DÊ AO GOVERNO O PODER DE FISCALIZAÇÃO

Combustíveis

As negociações do novo arcabouço foram concluídas no mesmo dia em que o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou a redução dos preços da gasolina (-12,6%), do óleo diesel (-12,8%) e do gás de cozinha (-21,3%). Com essa redução, segundo a Petrobras, o preço do botijão de gás para o consumidor final pode cair abaixo dos R\$ 100. O valor praticado na revenda, no entanto, não é controlado diretamente pelo governo.

No mercado, houve reação positiva à intervenção do governo na economia, porque o presidente da Petrobras afirmou que a nova política de preços da estatal não se afastará da “referência internacional dos preços”. Segundo Prates, o preço global do petróleo será considerado, mas em outro modelo. “Estamos comunicando ao mercado um ajuste na estratégia comercial de composição de preço e nas condições de venda. Esse modelo maximiza a incorporação de vantagens competitivas, sem se afastar absolutamente da referência internacional dos preços”, disse.

Especialistas do mercado acreditam que, com a nova política, a Petrobras será mais competitiva. A ação preferencial PETR4 subiu 2,49% no dia, e fechou a R\$ 26,30. A ordinária, PETR3, subiu 2,24% e fechou a R\$ 29,20 no dia.

JUSTIÇA ELEITORAL

TSE cassa o mandato de Dallagnol

» LUANA PATRIOLINO

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou ontem, por unanimidade, o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Pela decisão dos ministros, os votos recebidos pelo ex-coordenador da Operação Lava-Jato serão destinados ao partido. Os magistrados seguiram o entendimento do relator, Benedito Gonçalves. Ainda cabe recurso.

A ação foi apresentada por partidos sob o argumento de que o parlamentar deveria ser barrado pela Lei da Ficha Limpa, ao ter deixado a carreira de procurador tendo pendentes processos administrativos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A coligação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV) no Paraná e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) destacaram que a chamada Lei da Ficha Limpa proíbe magistrados e membros do MP de lançarem candidatura se tiverem pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de investigações disciplinares.

No parecer, Benedito Gonçalves afirmou que Dallagnol pediu exoneração do cargo de procurador para evitar uma eventual

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



Cassação do deputado ocorreu com base na Lei da Ficha Limpa

punição administrativa, que poderia deixá-lo inelegível. “Constatada, assim, que o recorrido agiu para fraudar a lei, uma vez que praticou, de forma capciosa e deliberada, uma série de atos para obstar processos administrativos disciplinares contra si e, portanto, elidir a inelegibilidade”, destacou.

Em nota, Dallagnol afirmou

ser vítima de retaliação. “344.917 mil vezes paranaenses e de milhões de brasileiros foram caladas nesta noite (ontem) com uma única canetada, ao arpejo da lei e da Justiça”, criticou. “Meu sentimento é de indignação com a vingança sem precedentes que está em curso no Brasil contra os agentes da lei que ousaram combater a corrupção”, acrescentou.

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um quase incêndio

O almoço do vice-presidente Geraldo Alckmin com a Frente Parlamentar do Agro não naufragou por pouco. Desde que ele foi à feira do MST, começou uma pressão enorme para que a FPA adiasse o encontro. Uma outra parte, porém, bateu o pé e venceu com o argumento de que era preciso saber mais detalhadamente o que governo pretende fazer com quem invadir fazendas produtivas.

E o arcabouço, hein?

O texto do relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), foi elogiado e a aposta dos parlamentares é de que será aprovado. Como disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no Lide Brazil Investments, em Nova York, sem arcabouço o país

ficará no limbo.



Demorou, mas não falhou. Deltan (Dallagnol) acertando suas contas com a Justiça. E é só começo"

Eugênio Aragão,
ex-ministro da Justiça

CPI do MST, a próxima fronteira

Com o ex-presidente Jair Bolsonaro visto por técnicos em direito como um homem a um passo de virar réu, num inquérito criminal com base no material apreendido na casa do ex-ajudante de ordens, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, os bolsonaristas vão tentar empatar o jogo com a CPI do MST. Depois que os integrantes do Movimento dos Sem-Terra foram recebidos com tapete vermelho em todas as instâncias de governo, a turma do ex-presidente no Parlamento considera mais fácil tentar desgastar o governo por aí, buscando quem financia o MST, do que pela CPI do 8 de janeiro — na qual os acampamentos bolsonaristas do pós-eleição e o quebra-quebra na Praça dos Três Poderes põem às claras a tentativa de golpe.

Embora o inquérito mais adiantado contra Bolsonaro seja o do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quem acompanha de perto o processo que envolve Mauro Cid no inquérito de fraude do certificado de vacinação diz que a investigação tende a se desdobrar em outras.

Uma coisa ou outra: ao atribuir tudo ao ex-ajudante de ordens, Bolsonaro veste a roupagem de alguém que não sabia o que acontecia na própria cozinha. Investigadores desconfiam que o depoimento desta semana não combina com um presidente que, numa reunião ministerial em plena pandemia, afirmava não admitir ficar sem saber de tudo o que acontecia no governo, especialmente quando envolvesse sua família.



CURTIDAS

Vai ficar assim/ Aberta a temporada de CPIs, a avaliação de alguns é de que o governo jogará mais na investigação sobre as apostas esportivas. Não bate nem no governo, nem na oposição, mas ajuda a reforçar o discurso de que é preciso taxar e controlar essa atividade.

Mariana Lins



Manda quem pode/ O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP, foto), ligou dia desses para a líder do PP, Tereza Cristina (MS), dizendo que iria indicá-la para relatar a medida provisória do Cadastro Ambiental Rural, texto editado ainda no governo Bolsonaro. Ela aceitou, mas não emplacou. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nomeou o líder do União Brasil, Efraim Morais (PB), para a relatoria.

Na "lata"/ Randolfe não ficou lá muito satisfeito. Na reunião de líderes, quando o assunto da relatoria veio à tona, o senador apontou para Pacheco: "Ele tratou você e eu". O presidente do Senado, sempre muito cordial, apenas sorriu.

PODER

Homenagem à força do PSD

Com uma das bancadas de maior coesão no Congresso, partido é considerado cada vez mais um fator de governabilidade

» RENATO SOUZA

Deputados, senadores, ministros e integrantes do PSD foram homenageados, em Brasília, na noite de ontem, como um marco na nova fase do partido — que contabiliza três ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem como meta avançar nas pautas desenvolvimentistas nos próximos anos. O evento, realizado no hotel Royal Tulip, contou com a presença, inclusive, de parlamentares e políticos de outras legendas, como o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin — que é do PSB.

Os homenageados da noite foram Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD; o senador Rodrigo Pacheco (MG), presidente do Congresso; os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), André de Paula (Pesca e Agricultura) e Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária). Também foram celebrados o senador Otto Alencar

(BA), líder do PSD na Casa, e o deputado Antonio Brito (BA), líder do partido na Câmara.

O presidente do PSD no Distrito Federal, Paulo Octávio, afirmou que a história da sigla está intimamente ligada ao desenvolvimento da capital federal. Ele lembrou que o então presidente Juscelino Kubitschek era filiado ao partido na época da construção de Brasília.

"É um partido que tem crescido muito, tem um apelo político diferenciado. Busca a integração, o diálogo, que quer uma democracia forte. É um partido que sempre apoiou o desenvolvimento do Brasil. Na década de 1950, ajudou a fazer Brasília. Por isso, nós, brasilienses, temos uma sinergia muito grande. O PSD deu sustentação política para que o presidente Juscelino fizesse a capital em mil dias. Hoje, o partido está em todos os estados brasileiros", destacou.

Na atual legislatura, o PSD conta com 16 senadores — é a maior bancada da Casa — e 43 deputados federais. Desde 2010, a presidência do PSD é ocupada por

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Pacheco e Kassab, dois dos homenageados da noite e responsáveis pela força do PSD dentro e fora do Congresso

Gilberto Kassab, período em que os integrantes da sigla avaliam como uma nova fase política, que fez da legenda um player eleitoral de peso em todos os níveis.

Relação estreita

O governador Ibaneis Rocha, que é do MDB, também participou do evento e ressaltou que o

governo do DF mantém contatos frequentes e diálogo, a fim de privilegiar apoio para projetos regionais. "É um partido que está na nossa base, aqui no DF,

contando com dois deputados distritais. Tem nos ajudado bastante. É uma referência nacional com o Kassab, que tem muita influência. Dizem que é o maior político de centro que temos no país hoje. O Paulo (Octávio) é um dos maiores geradores de empregos na nossa região. O Paulo tem linha aberta com Brasília", salientou.

Ao longo da noite, os discursos lembraram que a história de Brasília e a do partido correm em paralelo, como as ações de JK para trazer a capital do país para o Planalto Central. O presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, enfatizou que o diálogo é fundamental para a definição de políticas públicas e diretrizes na gestão do Brasil.

"O PSD é uma das grandes forças políticas do nosso país. Estamos em um momento importante da nossa democracia, no momento de definir caminhos e diretrizes para que a gente possa seguir de forma sólida. Daqui saem propostas para o desenvolvimento", frisou.

INVESTIGAÇÃO

Vacina: Bolsonaro põe toda a culpa em Cid

Em depoimento na tarde de ontem, na Polícia Federal (PF), o ex-presidente Jair Bolsonaro negou ter conhecimento do esquema para fraudar cartões de vacinação em seu nome e da sua família. Dessa forma, deixou na conta do ex-ajudante de ordens da Presidência, o tenente-coronel

do Exército Mauro Cid, e dos outros presos na Operação Venire, desfechada em 3 de maio, a articulação para a inserção dos dados falsos no sistema do Ministério da Saúde — cujo objetivo seria gerar documento com informações forjadas para uma viagem aos Estados Unidos.

Em uma das perguntas do inquérito que apura a fraude, Bolsonaro foi questionado sobre conversas recolhidas no celular de Cid e dele próprio, apreendidos em uma ação da corporação no Distrito Federal. O ex-presidente negou qualquer envolvimento. Indagado se o esquema poderia ter sido criado à sua revelia, insistiu não saber das irregularidades.

Em outra resposta, Bolsonaro disse que se Mauro Cid inseriu dados falsos no sistema do ministério, isso ocorreu por conta própria do tenente-coronel do

Exército e não foi por ordens dele. No entanto, o ex-presidente ressaltou não acreditar que o militar tenha participado da fraude.

Em três horas de depoimento, Bolsonaro respondeu a 60 perguntas e não se recusou a abordar nenhum assunto. A PF pretende saber do ex-presidente se ele tinha conhecimento do esquema da fraude nos cartões e se partiu dele a ordem para acessar o sistema do Ministério da Saúde e inserção dos dados falsos sobre vacinação contra a covid-19. À época, a apresentação desse documento na alfândega

dos EUA era uma exigência para a maioria das pessoas, em razão da pandemia.

A Operação Venire fez buscas na casa do ex-presidente, em Brasília, de provas do envolvimento do ex-presidente no esquema. Seis pessoas foram presas — entre elas o ex-assessor Max Guilherme e Ailton Gonçalves, ex-major do Exército e chamado pelo ex-presidente de "Irmão 02". Os celulares de Bolsonaro e Cid foram apreendidos.

As diligências realizadas até agora apontam que o ex-presidente tinha ciência da fraude. De

acordo com fontes ligadas à investigação, a participação de Bolsonaro fica explícita em razão de mensagens encontradas nos celulares. Além disso, para viajar aos EUA, ele, parentes e pessoas próximas teriam apresentado cartões de vacina adulterados. Na oitiva, Bolsonaro foi descrito como alguém com nítidos sinais de desconforto e nervosismo.

Amanhã é a vez de Cid ser ouvido. A expectativa é de que detalhes de como ocorria a fraude, **(RS com Mariana Albuquerque, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)**



TRANSPARÊNCIA

CGU retira 252 sigilos impostos por Bolsonaro

Lula assina decretos para reforçar a Lei de Acesso à Informação e critica bloqueios do governo anterior a dados que devem ser públicos

» ISABEL DOURADO*

No evento comemorativo pelos 11 anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), na qual foram assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva três decretos para aumentar a transparência nas informações sobre o poder público, o ministro Vinícius Carvalho, da Controladoria-Geral da República, anunciou que a CGU revisou 252 sigilos impostos pelo governo Bolsonaro. Conforme disse, a maioria dos segredos foi derrubada e as informações, que foram requeridas com base na LAI, entregues a quem as solicitou.

“Vimos, recentemente, o que uma cultura de sigilo pode gerar de impacto negativo para a sociedade. Graças a uma agenda de transparência, hoje a gente sabe que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuou de forma completamente desproporcional na Região Nordeste, no segundo turno das eleições”, ressaltou Carvalho, no seminário “Transparência e Acesso à Informação: Desafios para uma nova Década”, sobre os 11 anos da LAI.

Os decretos assinados por Lula visam ampliar e fortalecer a transparência e o acesso às informações públicas por meio da CGU. Ele comparou a negativa

do governo anterior em permitir acesso às informações, com base na LAI, a um “estupro” da própria lei.

“Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos, hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto”, criticou o presidente, sem citar o nome do antecessor.

Lula disse, ainda, que “agentes públicos eram constrangidos para não relatarmos o que ocorria” e lembrou que “até a página oficial da internet com os dados da covid foi mudada para dificultar o acompanhamento pela população”.

“Sem transparência não há democracia. E o acesso à informação precisa estar cada vez mais presente na vida de cada cidadão e na cultura de cada agente público”, afirmou Lula, acrescentando que a população e as instituições “não admitem mais o obscurantismo e o sigilo”, e que a sociedade tem o direito de enxergar “o que as sombras do autoritarismo e da tecnocracia querem esconder”.

Durante o evento, o presidente anunciou um pacote de medidas de fortalecimento da LAI e da transparência pública.

Ricardo Stuckert/PR



Para Lula (com Carvalho), não há democracia sem transparência, “que precisa estar presente na vida do cidadão”

O primeiro ato aperfeiçoa e dá transparência aos procedimentos de classificação de informações, além de fortalecer o papel da CGU de monitorar e supervisionar a LAI no âmbito do Executivo. O segundo institui o Sistema de Integridade, Transparência e

Acesso à Informação e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. E o terceiro institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), em substituição ao atual colegiado.

De acordo com um relatório da organização não-governamental Transparência do Brasil, em mais de 1,3 mil pedidos de informação rejeitados, entre 2015 e 2022, foram mencionados o argumento de proteção de dados pessoais. Porém, de 513



Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos, hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto”

Presidente Lula, defendendo o acesso da sociedade a informações do governo por meio da LAI

negativas registradas em todo o período analisado, 80% ocorreram entre 2019 e 2022 — no governo Bolsonaro —, totalizando 413. **(Com Agência Estado)**

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Divulgação/Comando Militar da Amazônia



Além das centenas de tabletes da droga, três pessoas foram detidas

TRÁFICO

Militares apreendem 400kg de skank

As Forças Armadas apreenderam, ontem, cerca de 400kg em tabletes de skank durante incursão da Operação Ágata, realizada pelo Comando Conjunto Uira — que reúne militares das três Forças. Três pessoas foram detidas, entregues para agentes da Polícia Federal (PF) e devem ser indiciadas por tráfico de drogas.

A ação foi realizada na Amazônia Ocidental, área abrangida pelos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que fazem fronteira com Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. A

apreensão foi realizada durante patrulhamento fluvial, realizado pelos militares do 3º Batalhão de Infantaria de Selva. Além dos aproximadamente 400 tabletes de skank de 1kg, uma lancha tipo voadeira foi apreendida. A Operação Ágata tem o objetivo de combater crimes transfronteiriços e ambientais, e é coordenada pelo Ministério da Defesa.

E na madrugada de segunda-feira, garimpeiros armados voltaram a atacar a base de fiscalização montada no rio Uraicoera para impedir o acesso

de invasores à Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima. Os criminosos abriram fogo contra agentes do Ibama e da Força Nacional que atuam em comunidade indígena de Palimí, mas ninguém se feriu.

Segundo relatos dos agentes do Ibama, por volta de 1h os criminosos armados furaram o bloqueio do cabo de aço que impede a entrada na TI. Estavam a bordo de quatro barcos e abriram fogo contra o posto de fiscalização. Houve troca de tiros entre os agentes e os criminosos por quase 10 minutos.

» Brasileiro se sai mal em leitura

Dados da avaliação Pirls, divulgados ontem, mostram o Brasil à frente somente de Irã, Jordânia, Egito e África do Sul em um ranking que avaliou em 57 países a capacidade de leitura e compreensão de textos de estudantes do 4º ano do ensino fundamental. As provas foram em 2021 e mostram o efeito da pandemia na educação. Para especialistas, o resultado é ruim, pois o Brasil fica longe dos países desenvolvidos. O exame é realizado por amostragem em escolas públicas e privadas, em todo o país.



ALEXANDRE GARCIA

TALVEZ QUERENDO NOS PUNIR POR NÃO TERMOS CONQUISTADO O DIREITO DE TER TUDO ISSO, TRATAMOS DE PROVOCAR PARA QUE DÊ ERRADO, PARA QUE A NATUREZA NÃO COMETA A INJUSTIÇA DE NOS PRIVILEGIAR SEM MÉRITO

No Mar Vermelho

O presidente do Conselho da Renner, José Galló, afirmou, n'O Estado de S.Paulo, que somos o país do futuro que não chega. Tenho demonstrado isso em palestras. Jogamos fora as oportunidades postas à nossa porta. Parecemos masoquistas, sofrer é o nosso prazer.

Ganhamos, de graça, o que para os outros países é um sonho inalcançável: ausência de catástrofes naturais, de guerras com vizinhos; clima ideal: chuva e sol nas doses certas; água abundante, por cima e por

baixo; minerais de toda sorte no subsolo; amplidão territorial, grandeza em rios e florestas; solo onde tudo dá. Talvez querendo nos punir por não termos conquistado o direito de ter tudo isso, tratamos de provocar para que dê errado, para que a natureza não cometa a injustiça de nos privilegiar sem mérito.

Nossas escolhas nas urnas contribuem para isso. Nossa passividade infla os fracassos. Meu colega Luiz Edgar de Andrade enganou-se, quando reportou que Charles de Gaulle dissera que o Brasil não

é um país sério. Mas se não tivesse sido um engano de informação, seria bene trovato. Para compensar — e anular — tudo o que ganhamos no Gênesis, provocamos um apocalipse no território nacional. Nem Noé conseguiria salvar-nos nesse dilúvio de passividade — ou sem-vergonhice?

Audiência

Agora vivemos um regime de exceção e nossa indiferença é como se estivéssemos em pleno estado de direito. A comunicação digital deu voz

a todos — e os totalitários reagiram porque a democracia que propagam é a deles; só eles podem ter voz, o povo não. Povo, para eles, só é uma audiência anônima.

Os tutores tradicionais do pensamento, incomodados, procuram calar a voz do povo. Afinal, está na Constituição que todo poder emana do povo. Os tutores esperam que o povo se acomode com o que está escrito. Assim, se esgota no papel o poder popular e não é exercido. Mas, mesmo quando tenta exercer, o povo tem sido enrolado.

Por exemplo, os brasileiros elegeram seus representantes no Congresso, mas quem manda é quem não tem voto. Os representantes no Congresso têm o poder nominal de fazer leis, mas nas verdadeiras liberdades democráticas — esse poder é apenas literal. Quem baixa regras, mesmo, é o topo do Judiciário. Derroga até aquilo que, cheios de esperança, considerávamos direitos e garantias fundamentais, pétreas, inquebrantáveis.

E lá vamos nós, jogando nosso potencial no lixo, nosso futuro no passado, nossos

filhos e netos num beco sem saída. Posso falar nisso, pois desde 1940 acompanho esse espetáculo de país alegre e sem rumo, na penitência de pecador por ter recebido um paraíso e não ter conseguido convertê-lo em terra prometida, ao contrário do que fizeram os israelenses com um deserto. Talvez um Sinai esteja dentro de nós, e habitamos o deserto submissos a ele e a falsos Moisés. Talvez apenas não tenhamos ânimo e coragem para separar as águas e atravessar o Mar Vermelho.



6 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 17 de maio de 2023

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.320	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,77% São Paulo	108.256 11/5 12/5 15/5 16/5	R\$ 4,943 (+ 1,12%)	Últimos 10/maio 4,950 11/maio 4,937 12/maio 4,923 15/maio 4,888	R\$ 5,369	13,65%	13,65%	Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71 Abril/2023 0,61

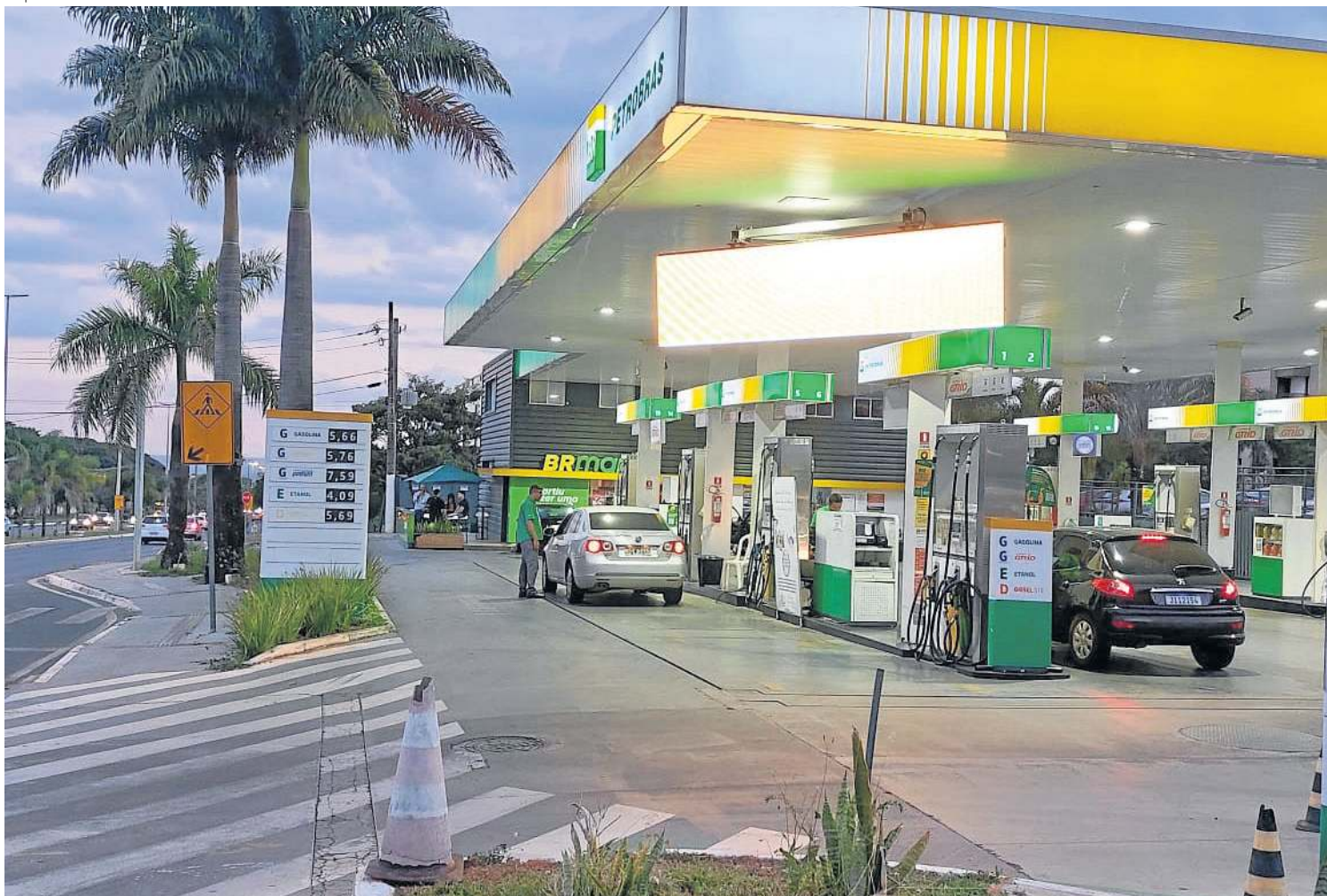
COMBUSTÍVEIS

Petrobras corta preço da gasolina e do gás

Segundo estatal, que anunciou nova política, preço médio para motoristas pode cair a R\$ 5,20 e GLP, para menos de R\$ 100

» HENRIQUE LESSA

Raquel Lima CB



Reduções são aplicadas na venda dos produtos às refinarias. No caso do diesel, corte foi de 12,8%. Postos, porém, têm autonomia para fixar preços

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Jean Paul Prates, ao lado do ministro Alexandre Silveira: nova política vai "abrasileirar" os preços

Volatilidade

Para Prates, o "abrasileiramento" dos preços vai garantir uma menor volatilidade dos combustíveis no mercado nacional. Ele ressaltou, contudo, que os preços internacionais vão continuar sendo uma referência para calcular os preços, mas não será a única.

"É menos sujeição à volatilidade especulativa. Nós vamos ter o efeito da referência internacional, mas ele vai estar refratado em uma série de fatores nacionais, com o abrasileiramento dos preços. Nós não estamos afastando os efeitos da referência internacional, mas estamos colocando um filtro com a capacidade que a empresa Petrobras tem de refino e de produção", afirmou o presidente da estatal.

Com a desvalorização do petróleo nas últimas semanas, a petroleira já vinha praticando preços acima da paridade internacional, em 16% no diesel e 6% na gasolina, conforme os cálculos da Abicom, associação das 392 importadoras privadas, concorrentes da Petrobras.

Para Prates, a mudança garante à estatal poder de formar o seu próprio preço e ampliar, assim, sua base de clientes. "É nada mais do que estabelece o mundo, que é competitividade nos preços, é de forma natural", pontuou Jean Paul Prates.

Sem detalhar exatamente quais mecanismos serão usados para calcular os preços, o executivo afirmou que os reajustes da gasolina e do diesel continuarão sendo feitos sem uma periodicidade definida, sem o repasse constante da volatilidade internacional aos valores internos.

Mercado

A nova estratégia comercial da empresa não desagradou o mercado. E, mesmo em um dia de queda no valor do barril de petróleo no exterior, as ações da Petrobras seguiram na contramão das suas congêneres, registrando uma alta de 2,49% nas preferenciais, e 2,24% nas ordinárias, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A avaliação é que o mercado entendeu que a mudança, não prejudicará a lucratividade da companhia.



Nós não estamos afastando os efeitos da referência internacional, mas estamos colocando um filtro com a capacidade que a empresa Petrobras tem de refino e de produção"

Jean Paul Prates,
presidente da Petrobras

REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback pode virar desconto ou crédito em cartão social

O governo federal estuda proposta de devolver imposto que incide sobre a compra de alimentos e produtos da cesta básica para a população, em uma espécie de cashback.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou ontem que "cashback" poderá ser concedido na forma de desconto, no ato da compra, ou como crédito no cartão do programa social.

"Estamos estudando várias

experiências internacionais, inclusive a possibilidade de fazer direto na boca do caixa, reduzindo na hora que vai fazer o pagamento, já teria o cashback de volta diretamente no momento de fazer o pagamento", afirmou Appy em entrevista ao programa *A Voz do Brasil*.

Appy, disse que a proposta está em construção com a prioridade de favorecer as famílias de baixa renda, como as incluídas em programas sociais.

"A ideia do cashback é um sistema de devolução do imposto para os consumidores. Qualquer que seja o desenho do cashback, ele vai favorecer mais as famílias de menor renda do que as famílias de maior renda", disse.

Uma das propostas analisadas, conforme o secretário, é devolver o valor na boca do caixa. O consumidor receberia, por exemplo, um desconto no momento do pagamento do produto.

Bernard Appy disse ainda que a Zona Franca de Manaus será preservada das alterações previstas na reforma tributária.

"O governo pretende rever

desonerações fiscais, mas a Zona Franca será preservada, por ser muito importante para o estado do Amazonas. O que o governo está discutindo é uma transição muito lenta para um novo modelo de desenvolvimento da região, que explore melhor as vocações regionais. Uma transição que não vai gerar nenhuma turbulência, nenhuma insegurança para as empresas que já estão instaladas", explicou.

A expectativa do governo é que o Câmara dos Deputados aprove até meados de julho a reforma tributária em tramitação, e no Senado, nos meses seguintes.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Appy: devolução de impostos na cesta básica favorece baixa renda

Marcos legais na produção da riqueza

Mudanças na lei, fiscalização e sustentabilidade devem nortear mineração, afirmam especialistas em seminário do **Correio**

» VÍCTOR CORREIA
» LUANA PATRIOLINO

As riquezas naturais do Brasil são profundas e históricas, desde sempre. Mas, no século 21, a cobiça pelos tesouros guardados no subsolo nacional se tornou um problema complexo, de consequências graves e múltiplas. A extração de ouro no país se tornou uma crise em vários aspectos: destrói o meio ambiente, dizima comunidades indígenas, alimenta o crime organizado, sonega impostos.

Para dar solução a tamanho desafio, é preciso um esforço em várias frentes. Políticas públicas consistentes, mudanças na legislação vigente e o uso da tecnologia para permitir a rastreabilidade são pontos fundamentais nesse sentido, segundo especialistas reunidos ontem no evento **Correio Debate: Caminhos do Ouro**. Realizado na sede do jornal, o encontro teve apoio da Casa da Moeda do Brasil.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes abriu o seminário. Ele defendeu que a extração do ouro seja realizada dentro da legalidade, sem prejuízos ao meio ambiente e aos territórios indígenas.

O magistrado tratou da suspensão do princípio da “boa-fé” no comércio do ouro, dispositivo que foi suspenso em abril por uma decisão cautelar de sua relatoria, após Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas pelo PSB, Rede e PV. A cautelar foi acatada pelo plenário da Corte em 3 de maio. Segundo o princípio, estabelecido em 2013, compradores de ouro ilegal não eram punidos caso não soubessem da origem irregular do metal.

“De fato, esse artigo há muito vinha dando polêmica, e muita gente vinha apontando que era uma disposição que, envasada na ideia de segurança jurídica, permitia a violação e, inclusive, a garimpagem ilegal em territórios indígenas, por exemplo. Mas também dificultava a rastreabilidade do ouro obtido de forma ilegal”, explicou o ministro da Suprema Corte.

Para Gilmar Mendes, apesar de o dispositivo ter sido criado para facilitar o comércio e aumentar a segurança jurídica, ele acabou se mostrando “uma forma cartorial de tratar do tema” e não atingiu o objetivo.

Na prática, o princípio era usado para “esquentar” o ouro extraído ilegalmente, ou seja, dar a aparência de legalidade. Os envolvidos na atividade usam empresas registradas legalmente para lidar com o material e emitir notas fiscais, escondendo a origem ilícita. Depois, os líderes do esquema compravam o metal dessas empresas. O processo dificulta a fiscalização e comprovação da prática criminosa.

“O objetivo dessa norma impugnada foi facilitar o processo de aquisição da matéria-prima, trazendo como pressuposto a atividade da garimpagem legal. Porém, as presunções trazidas na norma relativas à legalidade do ouro simplesmente acabam por sabotar a efetividade do controle de uma atividade que é sensível”, frisou Gilmar.

Novas regras

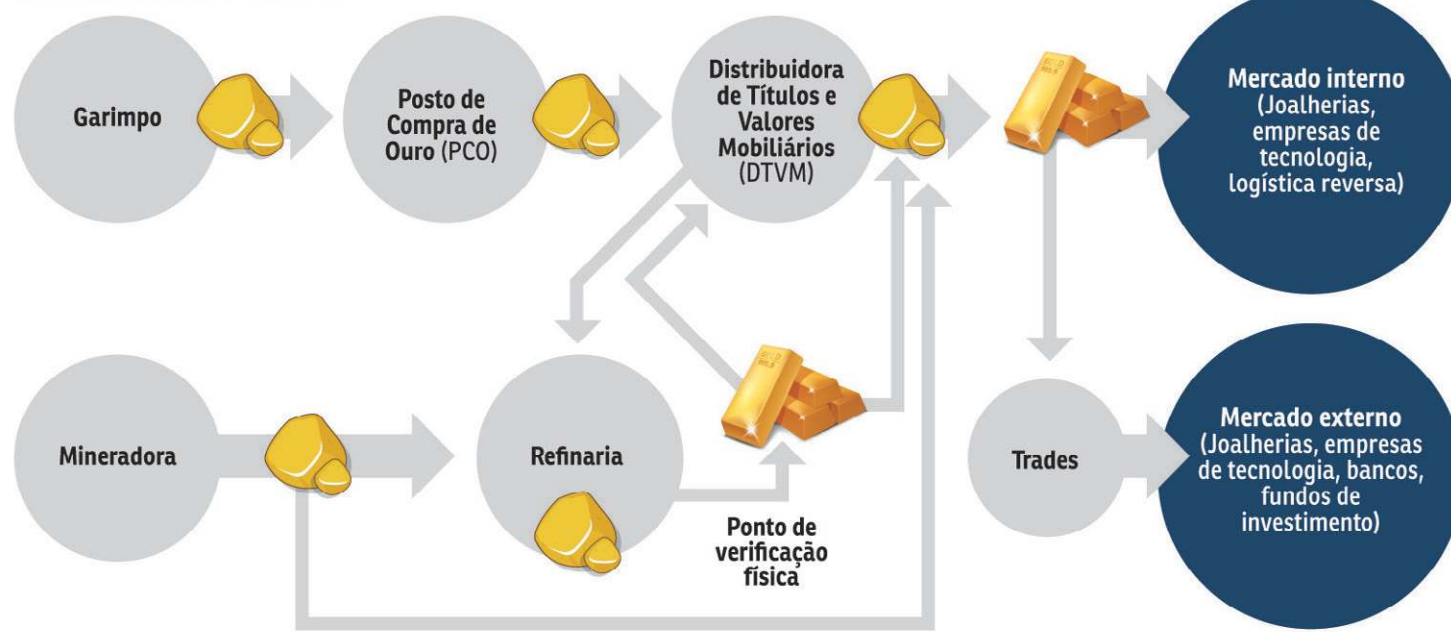
A decisão de Gilmar Mendes, referendada pelos demais ministros, estabeleceu um prazo de 90 dias para que a União apresente uma nova regulamentação para o comércio do ouro, que endureça a fiscalização e o combate à prática ilegal. O ministro citou como um dos pontos mais importantes

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ministro Gilmar Mendes, do STF: mineração deve ocorrer em uma arquitetura legal que não prejudique o meio ambiente nem os indígenas

A cadeia do ouro



Os problemas causados pela exploração ilegal do ouro:

Exploração ilegal – A extração ilegal do ouro, além de provocar graves danos ambientais, mantém conexão com outros ilícitos, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Sonegação e subdeclaração – Atravessadores atuam para driblar a fiscalização da Receita Federal e obter mais lucros com o ouro extraído.

Descaminho – A origem não identificada é uma das fraudes que desafiam o ciclo da legalidade do ouro. Esse desvio favorece a ocorrência de vários crimes.

Compra e venda irregulares – Sem fiscalização e sem origem identificada, o ouro passa a ser utilizado como moeda em negócios irregulares ou ilegais.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Sergio Perini, presidente da Casa da Moeda, e Gilmar Mendes: apoio

a verificação da origem do ouro adquirida por Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), empresas especializadas na compra e venda do ouro financeiro, ou seja, barras de ouro usadas em negociações do mercado financeiro. Companhias do tipo estão entre as mais utilizadas para esquentar a extração ilegal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública já finalizou uma medida provisória com uma nova regulamentação, que deve ser avaliada ainda por outros

ministérios e assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por fim, o ministro do Supremo comentou sobre a iniciativa do seminário. “Acho que esse seminário é extremamente importante para que nós voltemos a trilhar de maneira muito segura o caminho da legalidade. Queremos sim que haja atividades de exploração das riquezas, mas dentro de marcos legais bem definidos e que não sejam perturbadores, nem do meio ambiente,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marivaldo Pereira, do Ministério da Justiça: retrocesso em 4 anos

nem das comunidades indígenas”, completou Gilmar.

Também convidado para o evento, o secretário Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, ressaltou a vulnerabilidade dos povos indígenas por causa da exploração da terra nos garimpos ilegais. Ele destacou a urgência de se discutir os impactos ambientais e sociais pelas atividades e desafios no combate ao crime.

Para Marivaldo Pereira, o problema se agravou nos últimos quatro anos, durante a gestão

do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele apontou a falta de assistência do Estado para o enfrentamento ao garimpo ilegal e disseminação de discursos contra os povos indígenas.

“Nesses últimos quatro anos, além do desmonte da estrutura, vimos um ataque muito forte aos direitos dos povos indígenas. Um ataque muito forte às terras indígenas, a proliferação de um discurso de que os povos indígenas estavam em cima de uma riqueza que pertenciam a toda nação”, disse.

Marivaldo Pereira destacou ainda que interesses econômicos poderosos estão por trás da extração de minérios. “Quando falamos sobre mineração, muitas vezes acham que é um trabalhador com a sua peneira buscando encontrar ouro. A mineração hoje em dia não é nada disso. O garimpo mudou completamente de tamanho”, pontuou.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos, divulgado em fevereiro, a mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos.

Mais controle nos garimpos

» TAINÁ ANDRADE

A falta de clareza nos dados do comércio do ouro e de sua rastreabilidade tem impedido a Polícia Federal (PF) de desvendar a origem do ouro em apreensões. Essa é uma das consequências apontada pela presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, no evento do **Correio**. Na avaliação da líder indígena, o uso de ferramentas como nota fiscal eletrônica ou certificação de legalidade ajudaria a identificar o local de extração do minério.

“Essa é uma questão que a gente precisa resolver. É possível uma ferramenta que seja mais eficiente, que dê condições às autoridades de exigir esse tipo de documentação — inclusive às próprias polícias, que são as primeiras indagadas em uma fiscalização de apreensão e condução. É importante ter em mente que existem dados, pesquisas e propostas. Falta a gente colocar isso para uma concretude”, argumentou a presidenta da Funai.

Para Wapichana é possível o Brasil executar uma política fiscal e administrativa no comércio do ouro. Um dos passos seria a aprovação do projeto de lei (PL 2159/22), de sua autoria. A proposta ao Legislativo, criada em meio à crise para combater o garimpo ilegal, tem o objetivo de definir novos parâmetros e infrações para a compra, a venda e o transporte de ouro em território nacional. A indígena defende que o projeto tramine como medida provisória para ser definido com celeridade.

A presidenta da Funai entende que a solução depende exclusivamente da vontade política em priorizar o tema. Por isso, ela considera um avanço a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em suspender o chamado princípio da boa-fé no comércio do ouro, pois obrigou o governo federal a propor uma nova legislação em 90 dias.

Fiscalização comercial

Na avaliação de Wapichana, as ferramentas de rastreabilidade também ajudariam a comparar o crescimento dos garimpos ilegais no território nacional. Segundo a presidenta da Funai, há uma discrepância a produção e o comércio industrial do ouro. O levantamento do Instituto Escolhas mostra que enquanto o primeiro cresceu 158%, o segundo saltou para 18% em um período de três anos.

“Temos tanta visibilidade de garimpos e a circulação de um mercado ilegal de ouro, mas não tem dados de compra e venda de ouro no estado de Roraima. Para onde está indo esse ouro? Por onde está sendo legalizado e formalizado a venda?”, questionou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Joenia Wapichana, presidenta da Funai, defende mais fiscalização

Por um projeto para a Amazônia

No painel Caminhos políticos, desafios do mercado, a preservação do meio ambiente foi apontada como eixo de desenvolvimento

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND
» HENRIQUE FREGONASSE*

O combate ao garimpo ilegal é um dos principais desafios do país para o comércio de ouro, porque a ilegalidade atinge praticamente metade da produção nacional, de acordo com o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, com base em dados do Instituto Escolhas. Na abertura do primeiro painel

do seminário **Correio Debate: Caminhos do ouro**, na tarde de ontem, Jungmann foi categórico na defesa de um projeto de desenvolvimento para a Amazônia que não fique só no papel e na regularização do comércio do metal precioso. Ele e o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG), presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, debateram sobre os caminhos políticos e os desafios desse mercado. “O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento

sustentável para a Amazônia, algo que nunca teve”, disse o ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Na avaliação dele, o momento atual é propício para o Brasil dar prioridade para essa agenda, porque a questão climática está no centro do debate internacional.

“Precisamos, sim, de repensar para quem destrói, para quem mata, sem sombra de dúvida. Mas nós precisamos ter um

projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Eu espero, torço que esse momento chegou, porque isso não é só um clamor dos brasileiros e brasileiras, é um clamor da humanidade pela sua própria existência”, afirmou Jungmann. Ele ressaltou que é preciso solidariedade e uma ética intergeracional para transformar o meio ambiente. “Não existe nada mais imoral do que o que estamos deixando para as futuras gerações, nossos filhos e netos, uma natureza pior

que a que recebemos, que já não está grande coisa”, frisou.

O parlamentar, por sua vez, lembrou que o mundo vive o desafio de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, o que só será resolvido quando a agroindústria e a mineração se tornarem sustentáveis. Nesse sentido, ele reforçou que é responsabilidade do Estado criar políticas públicas que permitam aos garimpeiros sair da ilegalidade, fornecendo os recursos para isso.

O secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia também participou do debate, no **Correio**. Em sua palestra, Vitor Saback destacou o potencial de geração de emprego e renda da mineração e fez questão de separar os garimpeiros que trabalham legalmente do que chamou de “extrator ilegal”, que “mata, desmata e contamina”.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O secretário de Geologia e Mineração do MME, Vitor Saback, apontou três diretrizes para incrementar o setor

Defesa do garimpeiro regular

Para o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback, o governo está trabalhando para modernizar o setor, que tem grande potencial de geração de emprego e renda. Saback explicou no **Correio Debate: Caminhos do Ouro**, promovido pelo **Correio Braziliense**, que o ministério já deu todas as diretrizes das quais o governo pode atuar no combate à ilegalidade. Segundo ele, a primeira diretriz é a sustentabilidade ambiental. “O meio ambiente tem que entrar na raiz, no DNA, tem que entrar no modelo de negócios das empresas”, explicou. “O mundo, hoje, discute transição energética, mudanças climáticas, e nisso nós falamos também sobre mineração. Se a gente tem a esperança de, no futuro, ter temperaturas menores, a

questão passa pela mineração.”

A segunda diretriz, segundo ele, é a segurança da atividade. “Teremos um forte trabalho dentro da secretaria para evitar falar de indenização. Vamos parar de falar de indenização, se Deus quiser, e vamos começar a falar de investimentos e em parâmetros mínimos para uma mineração segura”, disse.

Diferenças

A terceira diretriz, é entender que a mineração agrega valor na comunidade na qual está inserida. “Não dá para falar sobre mineração em um estado onde o caminho para a mineradora tem um grande asfalto e o caminho para o centro da cidade seja de uma estrada de terra”, exemplifica. “A mineração vem como uma benção, um bálsamo. Aquela extração mineral, tem que ter a oportunidade de transformar a realidade daquela comunidade”, completou Saback.

O secretário explicou que, antes de qualquer coisa, é necessário agregar alguns elementos, como pontuar as diferenças

entre o extrator ilegal e o garimpeiro. “O garimpeiro vai à Agência Nacional de Mineração (ANM) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tirar sua licença. O extrator ilegal, não”, ressaltou. “Ele vai ao território ilegal, seja de proteção ambiental ou de comunidade tradicional, ou até invade o direito minerário de um garimpeiro. Ele faz absolutamente tudo com desconformidade. Matando, desmatando, contaminando rios e solos, trazendo todo tipo de mazela.”

Para o secretário, quando se fala de rastreabilidade, não é apenas direcionado ao ouro. “A discussão do ouro é importante, mas virão outros minerais, como o diamante. A rastreabilidade, além de estratégica no combate ao ilegal, é um instrumento para melhorar o setor, o mercado, a imagem, pois ajuda o garimpeiro legal.” A rastreabilidade fomenta a atividade legal, e esse é meu papel enquanto secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia”, declarou. (FS)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Raul Jungmann, “não existe nada mais imoral do que o que estamos deixando para as futuras gerações”

Jungmann: “o ouro tem duas caras”

O mercado de ouro é “esquizofrênico”, na avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, pois, quando tenta unir mineradoras e joalheiros para uma certificação do comércio de ouro, acaba esbarrando em “um problema enorme, de ordem tributária”. “Ou seja, o ouro do Brasil é esquizofrênico e tem duas personalidades”, disse ele, criticando a elevada carga tributária do país.

Além de defender um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, Jungmann reforçou a necessidade de uma fiscalização mais rígida para combater o garimpo ilegal no país, impedindo o comércio de ouro sem certificações e educando os consumidores a não comprar metal extraído ilegalmente de terras indígenas.

Nesse sentido, o presidente do

Ibram disse que tem conversado com vários setores e órgãos, incluindo importadores do metal precioso, como a Suíça — principal destino do ouro brasileiro —, pois é preciso compartilhar a responsabilidade na fiscalização. “Da exportação brasileira, 70% para a Suíça é ouro. A Suíça é o maior comprador de ouro que nós temos. Então, nós fomos lá discutir com eles a corresponsabilidade não apenas de quem produz, mas também de quem compra isso”, frisou.

Jungmann fez uma estimativa de que, apenas no estado do Pará, existem 90 mil garimpeiros e, no Brasil todo, de 500 mil a 600 mil. Contudo, o número de licenças para exploração de ouro no país é infinitamente menor, o que abre espaço para a irregularidade. “Não seria absurdo imaginar que temos meio milhão de garimpeiros, mas a quantidade de autorizações fica em torno de 1,3 mil”, explicou.

Para o presidente do Ibram, o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado o princípio da “boa fé” no comércio do ouro, “veio em boa hora”. Ele

acrescentou que tem realizado várias conversas, desde o governo anterior, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com vários órgãos, defendendo a questão da integridade empresarial, inclusive, com a Receita Federal e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contudo, ele ainda aguarda a investigação das cinco principais DTVM (corretoras que comercializam ouro no país), “responsáveis por, aproximadamente, 90% do ouro ilegal produzido no país”. “Estamos esperando o resultado da CVM até agora”, disse.

Para conseguir avançar na questão do rastreamento, Jungmann adiantou uma novidade que deverá ser lançada, no próximo dia 19, pela Universidade de São Paulo (USP), com apoio do WWF Brasil e do Instituto Igarapé. Trata-se de uma plataforma para identificar o ouro ilegal, pois é preciso um registro da Agência Nacional de Mineração (ANM) para a exploração do minério. A plataforma, de acordo com o presidente do Ibram, será de simples consulta e sem custo para os interessados. (RH)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para o deputado Zé Silva, mineração, agronegócio e indústria devem formar a base do desenvolvimento sustentável

“As leis devem ser simples e aplicáveis”

O deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) disse que é preciso cobrar maior presença do governo federal na luta contra o garimpo ilegal. Segundo o parlamentar, é responsabilidade do Estado criar políticas públicas que permitam aos garimpeiros acender à legalidade, fornecendo os recursos para tal.

O presidente da Frente Parlamentar de Mineração Sustentável cobrou a criação de uma legislação específica e clara para a mineração, separadamente das outras formas de extrativismo. O deputado defendeu, ainda, que o governo disponibilize recursos para que instituições fiscalizadoras atuem de forma mais efetiva.

“Leis precisam ser simples e aplicáveis. O governo precisa fazer com que as forças que possam garantir a impunidade sejam efetivas. É preciso que

IBAMA, Instituto Chico Mendes, a Polícia, e outras instituições tenham recursos para a realização desta fiscalização e regularização. É preciso ter uma força tarefa técnica.”

Para Zé Silva, o mundo vive o desafio de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, o que só será resolvido quando a agroindústria e a mineração se tornarem sustentáveis.

A industrialização do Brasil também foi levantada como participante da “sinergia” entre a agroindústria e a mineração. Segundo o parlamentar, a reindustrialização, a transição energética para fontes renováveis e a produção de alimentos são os maiores desafios do país.

O parlamentar sugeriu como solução a aplicação de um “tripé” que uma regularização fundiária, regularização ambiental e assistência técnica ao

extensionismo rural. Dessa forma, segundo o presidente da frente, as questões relacionadas à mineração ilegal e ao agro devem ser solucionadas.

Sobre o desafio imposto pela mineração do ouro, o congressista disse estar convicto de que projetos de lei, por si só, não serão suficientes. Para ele, será necessário um conjunto de medidas que englobe a criação de um marco regulatório incisivo, exequível e simples, desenvolvimento tecnológico e o aumento da transparência e do controle social da mineração.

Perguntado sobre o tempo que levaria para implementar a rastreabilidade e reduzir a ilegalidade da mineração, o deputado se mostrou otimista. “Não será da noite pro dia, mas, definindo recursos e tomando decisões de Estado, podemos caminhar rapidamente”, afirmou o deputado. (HF)

No painel Caminhos jurídicos: alternativas e desdobramentos, os especialistas convergem: é preciso atuação forte do poder público

Um setor que exige regulação

» VICTOR CORREIA

Os integrantes do segundo painel do **Correio Debate**: Caminhos do ouro concordaram que o combate ao garimpo ilegal é “um problema de Estado”, e depende da atuação da União e dos órgãos fiscalizadores para ser resolvido. Os três especialistas também citaram que a aplicação de tecnologias modernas, que deram certo em outros países, pode ajudar a resolver as questões que se colocam no cenário brasileiro.

Com o tema Caminhos jurídicos: alternativas e desdobramentos, a discussão envolveu o diretor da Casa da Moeda Márcio Luís Gonçalves Dias, a subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, Andrea Costa Chaves, e o advogado e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — seccional DF (OAB-DF), Frederico Bedran.

Segundo Dias, a Casa da Moeda oferece aos órgãos com

poder de polícia, como os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia e a Polícia Federal, ferramentas para combater o garimpo ilegal. O órgão trabalha agora em um novo modelo de selo fiscal, que pode registrar informações mais detalhadas sobre a origem e o destino do ouro, e dar mais agilidade para os órgãos fiscalizadores.

A subsecretária da Receita Andrea Costa Chaves destacou a implementação de tecnologias no combate à extração ilegal. Ela frisou que, a partir de 3 de julho, todas as operações de compra e venda de ouro terão que adotar a nota fiscal eletrônica. Assim como o selo da Casa da Moeda, a medida visa dar agilidade ao processo de fiscalização.

Já o advogado Frederico Bedran alertou que as práticas criminosas não vão ser resolvidas com a atuação isolada de uma agência reguladora, mas, sim, com um esforço conjunto do Executivo. Em sua visão,

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



No segundo painel do seminário do Correio, foram discutidos os caminhos jurídicos para enfrentar o garimpo e a comercialização ilegais de ouro

a autorregulação do setor não é eficaz para combater as atividades criminosas.

Após as apresentações iniciais, os três foram questionados pelo correspondente do **Correio** em Portugal, jornalista Vicente Nunes, sobre como está organizada a atuação conjunta do governo e qual seria a autoridade responsável por coordenar as ações. “Eu não tenho

essa resposta, já vou adiantando. O governo tem discutido como atuar interagências e como fazer um melhor controle. Estamos falando sobre ouro, mas a questão de qualquer mineração ilegal é um desafio de Estado”, frisou Andrea.

O diretor da Casa da Moeda também disse não ter a resposta. “A administração pública é uma. Todos têm os seus papéis. Na minha

opinião, esse é um tema de mineração, do Ministério de Minas e Energia, embora com todos os reflexos tributários e de meio ambiente que ele envolve”, enfatizou.

Para Bedran, independentemente da organização estatal, não há como fugir da aplicação de iniciativas tecnológicas. “Estamos falando de 100 milhões de transações (por ano). O Estado brasileiro, infelizmente, não

tem como colocar um servidor da Receita, da ANM (Agência Nacional de Mineração), da Polícia Federal na barreira da transgrumpeira. E, mesmo colocando, não vai resolver”, destacou. “Temos que usar tecnologia, inteligência. Imaginar que um órgão será capaz de desenvolver um sistema que olhe para toda a cadeia, infelizmente nós não conseguiremos”, finalizou.

Garimpo é problema de Estado

» RAFAELA GONÇALVES

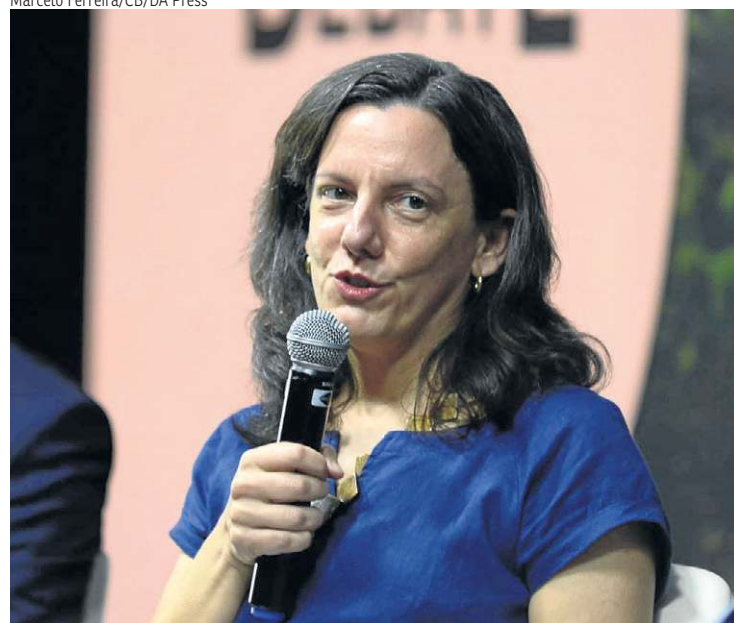
As operações de compra e venda de ouro de garimpo terão que adotar a nota fiscal eletrônica a partir de 3 de julho. Segundo Andrea Costa Chaves, subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, a medida será obrigatória para ouro ativo financeiro, que atinge diretamente a fonte do garimpo ilegal na Amazônia.

“Essa é uma prioridade da Receita dentro desse contexto da crise humanitária”, disse Chaves, no segundo painel do **Correio Debate**: Os caminhos do ouro, evento promovido pelo **Correio Braziliense**, com apoio da Casa da Moeda do Brasil. “O problema do garimpo do ouro ilegal é um problema de Estado. O fato de ter uma nota fiscal eletrônica nos facilita na inteligência. Quando você faz um documento eletrônico, isso ajuda na análise de risco”, acrescentou.

O encontro, transmitido pelas redes do jornal, abordou as formas de combater a exploração ilegal do metal e o fortalecimento do comércio regular do ouro, reunindo autoridades, integrantes do governo e especialistas no tema.

A tributação do ouro é dividida atualmente em duas

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Andrea Costa Chaves: “esse não é um problema meramente fiscal”

competências, uma da União, que recolhe os tributos do ouro ativo financeiro por meio do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que é de 1%. A outra, de competência estadual, incide sobre o ouro mercadorias, que é tributado por meio do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Os estados têm autonomia para decidir a alíquota, que tem em média 18%. “O desafio da Receita, diante de todos os tributos que ela administra, é muito grande. Existe uma diferença de alíquota, que é considerável. Quase todo o ouro no Brasil é comercializado como ouro ativo financeiro, porque a tributação é de 1%”, disse. “É relativamente

barato legalizar o ouro, é uma questão regulatória constitucional”, acrescentou.

A subsecretária destacou o papel da Receita na regulação. “Em relação a qualquer atividade ilegal, entendemos que todas elas geram renda e o nosso trabalho é tributar essa renda”, afirmou. “Somos órgão de Estado, estamos em todos os debates para a evolução do marco regulatório e de todas as questões relacionadas ao ouro, porque entendemos que não é um problema meramente fiscal, é um problema de humanidade, de sobrevivência e penso que é uma questão do que vamos deixar para os nossos filhos no mundo. Então é prioridade da Receita nesse sentido”, disse Chaves.

Atenção da lavra à joalheria

Para o advogado Frederico Bedran, da Comissão de Mineração da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional DF, o combate ao garimpo ilegal precisa de rastreabilidade digital e física do ouro para permitir a identificação da origem do metal. Na visão do especialista, a cadeia de comércio é complexa, e os esforços de fiscalização devem levar em conta todos os seus elos.

“Não se encerra somente na mineradora ou no garimpo. Qualquer olhar de política pública tem que ser para essa cadeia toda, desde o garimpeiro até as joalherias. Das mineradoras aos bancos centrais. Esse é o olhar que nós temos que ter, de forma integral”, disse ele, no segundo painel do **Correio Debate**: Caminhos do ouro.

“Estamos falando de 100 milhões de transações por ano, é um universo gigantesco a ser monitorado. E, nesse cenário, qual é a solução? É a rastreabilidade”, declarou.

O advogado destacou a necessidade de se ter um processo de rastreamento físico do ouro, e citou o projeto de lei 2.159/22, de autoria da presidente da Funai, Joenia Wapichana, que inclui esse dispositivo. Wapichana também participou do evento promovido pelo **Correio**.

“Mas na MP (medida provisória) que está sendo feita pelo

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Para Frederico Bedran, solução está na rastreabilidade do ouro

governo, pelo menos no que foi divulgado pela imprensa até agora, o termo rastreabilidade não consta”, alertou Bedran, referindo-se ao regimento que está sendo preparado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para endurecer o combate à extração ilegal do metal precioso.

“Nosso desafio é saber: aquela barra ali, de onde veio? De garimpo, mineradora, ouro reciclado? Pode ter sido também de uma extração ilegal, de roubo”, disse o advogado. Como exemplo, Bedran destacou o roubo de 734 kg de ouro no Aeroporto de Guarulhos (SP), em 2021. Parte do metal não teve a sua origem identificada. Ele frisou ainda que a autorregulamentação do setor não é uma solução

adequada, e que a fiscalização precisa, necessariamente, passar pelo Estado. Na visão de Bedran, as ações implementadas até o momento, como o uso de nota fiscal eletrônica pela Receita Federal, são importantes, mas ainda “tímidas”.

O integrante da OAB-DF também explicou que o cenário atual é de aquecimento do mercado de ouro, o que reforça a necessidade de regulamentação. “As notícias recentes mostram que os bancos centrais nunca compraram tanto ouro quanto agora. Temos a questão da guerra (entre Ucrânia e Rússia), que fez com que o preço do ouro se elevasse. Então, o ouro está com preço alto, extração crescente, e a mineração ilegal não vai parar”, alertou. (VC)

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Gonçalves Dias: selo inteligente desestimulará a atividade ilegal

Casa da Moeda aposta no selo fiscal

» RAPHAEL PATI*

Principal medida da Casa da Moeda do Brasil (CMB) para combater o registro ilegal de ouro, o Selo Fiscal Inteligente deve garantir rapidez para a ação policial contra irregularidades praticadas por garimpeiros não autorizados. “Esses selos vão dar à autoridade fiscalizadora, ao efetivo poder de polícia, uma velocidade e uma coibição dos atos ilícitos que jamais se poderia imaginar”, afirmou o diretor da instituição Márcio Luís Gonçalves Dias, no **Correio Debate**: Caminhos do ouro.

Há mais de 300 anos, a CMB atua no Brasil com o propósito de garantir a originalidade da

moeda do país. Com esse valor em mente, Gonçalves Dias acredita que, com a expansão do Selo Fiscal Inteligente, que identifica a autenticidade do ouro extraído, haverá uma queda natural da atividade ilegal de garimpo.

“Em relação à redução do garimpo ilegal, isso é um processo. O que eu posso garantir é que o êxito desse projeto vai coibir a utilidade do garimpo ilegal. E, sem utilidade, não há ilegalidade. Se, no final, na ponta, qualquer material for identificado como atentatório aos direitos humanos ou ao meio ambiente — e haverá um controle efetivo disso —, é evidente que desestimulará (as atividades criminosas)”, assegurou Gonçalves Dias.

A nova tecnologia de rastreabilidade já é utilizada em países como a Suíça e a Indonésia, e tem o objetivo de garantir com mais segurança a procedência do ouro extraído no país e facilitar a identificação dos criminosos que atuam à margem da legislação. O sistema, que deve operar em blockchain (banco de dados digital), pode começar a ser aplicado no Brasil ainda neste ano, como espera o diretor da CMB.

“A Casa da Moeda, quando se lançou na pesquisa desse novo modelo, desse novo projeto, já levou em consideração experiências internacionais. Então, ela não lida com experimentações. Não é algo que precise de

um período de simulação muito intenso para se retornar à nova modelagem ou ao novo projeto”, sustenta.

Para o diretor, o fundamental é saber quais instituições e que atividades fiscais desejam estar contempladas em todo o processo de rastreabilidade “porque, eventualmente, a gente pode não estar enxergando uma atividade fiscal igualmente interessante, que tem lá os seus modelos de fiscalização, os seus propósitos de fiscalização, que queiram também saber da origem do ouro para os seus propósitos”, concluiu.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

Tecnologia garante segurança

Casa da Moeda desenvolve plataforma de que usa sistema blockchain para rastrear transações e identificar origem do ouro

» RAPHAEL PATI*

Para resolver problemas sociais, ambientais e econômicos decorrentes do garimpo ilegal, o diretor de Inovação e Mercado da Casa da Moeda do Brasil (CMB), Leonardo Abdias, detalhou em primeira mão, no **Correio Debate**: os Caminhos do Ouro, um estudo produzido pela instituição que promete garantir um processo mais seguro nas transações realizadas em ouro no país.

A Plataforma de Rastreabilidade Segura da CMB, é um sistema inédito no país, com previsão de ser implantado ainda neste ano. Por meio de um aplicativo, o governo federal poderá monitorar as transações e a procedência de ouro, além de outras informações. A cada transação, será emitido um Selo Fiscal Inteligente com validade tanto no território nacional quanto no exterior.

A tecnologia foi desenvolvida inicialmente para fiscalizar transações de outros produtos como bebidas e cigarros e, desde 2021, a Casa da Moeda busca expandir a inovação para o comércio do ouro. A implantação ainda depende de uma delegação, via medida provisória ou outro instrumento legal. A expectativa, segundo Abdias, é que a customização para a realidade brasileira leve de três a quatro meses.

O novo selo da CMB contará com versões física e digital. A primeira será impressa na própria barra de ouro no local de fabricação. A marca principal será um QR Code, que será gerado a cada transação. No código digital, serão detalhados o responsável pela criação do lingote, a data de criação e o número de série, o estado de origem e o peso do produto, além dos títulos minerários e rastreabilidade anterior na cadeia.

"Evidentemente, só os agentes credenciados ou autorizados a produzir lingotes ou barras de ouro terão acesso a esses códigos. São códigos inteligentes, impressos de forma segura

diretamente no produto, gerados e armazenados apenas dentro da blockchain da Casa da Moeda. E só são disponibilizados à medida que esse ator existe, ou seja, é um ator legalizado", explicou.

Além da plataforma de rastreabilidade e do selo fiscal, Abdias afirmou que a iniciativa terá outros pilares de sustentação, que são a assistência técnica, promovida pela própria instituição, além de base legal e atuação do governo. "É papel do Estado controlar e usar as ferramentas que estão à disposição para sufocar o mercado ilícito", acrescentou.

As principais vantagens do novo sistema, segundo o diretor, são a possibilidade de registro e controle de todos os envolvidos na compra e venda de ouro, e a verificação de documentação on-line antes da transação. Além disso, a tecnologia permite o monitoramento de todas as transações em blockchain, e a disponibilização das informações cíveis e relatórios on-line, permitindo cruzamentos com outras fontes.

"Todo ator que for utilizar o sistema (um garimpeiro, uma distribuidora de valores) vai ter que se registrar na plataforma. Ao se registrar, ele faz também o reconhecimento facial ou a biometria, uso de senhas, perfis exclusivos de acesso para cada um dos entes da cadeia, de acordo com a necessidade de acesso, e também para os órgãos de governo", informa Abdias.

O sistema também garantirá monitoramento, com geolocalização por 24 horas, das áreas de extração de ouro. Com isso, será possível delinear se há atuação de garimpeiros em áreas de preservação, como terras indígenas.

"Ele (O selo) não se propõe a substituir nenhum outro sistema já existente. Ele se propõe a agregar, a somar, a cooperar com todo controle já existente, que está em estudo e em desenvolvimento em outros órgãos", concluiu o diretor.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Monitoramento digital

■ O uso da tecnologia é fundamental para garantir a extração legal do ouro. Um dos mecanismos mais modernos é o uso de BullionProtect, solução que inclui um selo único seguro (QR Code) e dispositivos de validação personalizados.

■ A certificação LBMA (London Bullion Market Association) permite que todos os atores da cadeia de suprimentos autenticem produtos de metais preciosos.

Vantagens do monitoramento eletrônico

- Registro e controle de todos os envolvidos na compra e venda de ouro;
- Controle e verificação de documentação on-line antes da transação;
- Registro e monitoramento de todas as transações em Blockchain (Controle de Produção por garimpo, garimpeiro e mineradora; Controle das movimentações e transformações do ouro pela cadeia; Controle de massa nas transformações);
- Disponibilização das informações cíveis e relatórios on-line, permitindo cruzamentos com outras fontes.



O BullionProtect reúne, no QR Code, as seguintes informações no lingote:

- ▶ O responsável pela criação do lingote
- ▶ A data de criação e número de série
- ▶ O peso
- ▶ O país e o estado de origem
- ▶ O título minerário e a rastreabilidade anterior na cadeia

Requisitos para a marcação física

- Toda a transformação do ouro garimpado em lingotes será realizada por empresas autorizadas pelos órgãos responsáveis, com seus respectivos documentos oficiais.
- Essas empresas serão responsáveis pela marcação do ouro e pela vinculação dos dados de produção do ouro, com base na rastreabilidade do ouro, inserido e transacionado pelo mtrack.

Fonte: Casa da Moeda do Brasil

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo Leonardo Abdias, diretor da CMB, ferramenta poderá ser usada ainda este ano

Controle sobre "mineral de conflito"

» TAINÁ ANDRADE

O diretor de Administração da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Erich Adam Moreira, afirmou que, para rastrear de modo eficaz a produção e comercialização do ouro, as autoridades fiscalizadoras precisam entender a natureza do mercado do metal. O ouro, explicou, é um "mineral de conflito", ou seja, normalmente usado para financiar embates militares. Por outro lado, cada vez que ele se valoriza, há uma explosão no número de garimpos.

"Ouro é uma commodity, então, (a procura) é ditada pela valorização. Recentemente, teve a valorização no âmbito da covid. Depois, vimos a explosão de garimpos, nas terras indígenas. A gente tem que entender esse mercado para enfrentar o problema", esclareceu.

O especialista lembrou que outros países já fazem uma classificação de minerais que precisam ser rastreados, como os Estados Unidos, que possuem a lista 3TG — tântalo, estanho, tungstênio e ouro. "São minerais que subsidiam os conflitos na República Democrática do Congo. Qualquer empresa americana listada em bolsa é obrigada a declarar a origem desses minerais. Temos que trazer isso para o Brasil. Temos resoluções na União Europeia, e a própria OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) traz essa obrigação para todos os países vinculados", afirmou.

Segundo o diretor, com a guerra na Ucrânia, a tendência é o ouro se valorizar, o que, consequentemente, fará crescer a quantidade de garimpos ilegais. "Acho que é o momento de trazer esse debate para a nossa legislação porque

não temos essa classificação de mineração de conflito no nosso regimento", observou.

Para a eficácia do trabalho, Adam explicou que os rastreadores devem ser colocados desde o início da extração. Ele citou uma resolução para que a Agência Nacional de Mineração (ANM) construa uma base de estudo, espécie de biblioteca do ouro. "A gente precisa entender o que cada processo minerário, o que cada distrito geológico tem de potencial, para saber qual é a perspectiva futura desses depósitos", detalhou.

Outra medida seria o monitoramento via satélite do território brasileiro, com uma tecnologia de alerta automático de mineração. A Polícia Federal realiza, desde o ano passado, o projeto Ouro Alvo, que faz análises moleculares do minério para identificar a procedência do metal.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Erich Adam Moreira, mercado de ouro está ligado a guerras

Reputação do país ameaçada

» HENRIQUE LESSA

O garimpo e as operações de compra e venda de ouro ilegal precisam acabar, caso contrário a reputação internacional do país fica ameaçada. É que apontou Larissa Rodrigues, gerente de Portfólio do Instituto Escolhas, um instituto dedicado a estudos para o desenvolvimento sustentável. Segundo a dirigente, apesar dos avanços na rastreabilidade da produção aurífera, o país precisa avançar ainda muito mais.

"Ou a gente acaba com esse garimpo (ilegal) que está aí, ou esse garimpo vai acabar com a Amazônia e a reputação do nosso país", disse Larissa Rodrigues, no terceiro painel do evento **Correio Debate**: os Caminhos do Ouro.

"A gente viu que praticamente metade da produção de ouro do Brasil tinha graves indícios de ilegalidade e que a maior parte desses indícios estava concentrada na Amazônia, ou seja, que era um problema grande, recorrente, porque estava acontecendo todos os anos. Ele precisa ser enfrentado, debatido e exposto. A gente não pode tapar o Sol com a peneira" apontou Larissa.

A especialista aponta que o ouro extraído no Brasil pode começar a ser enquadrado como "mineral de conflito" o que, com o endurecimento das regras na União Europeia, pode ocasionar prejuízos ao país — e até mesmo para outras exportações além da atividade mineradora.

"Não dá para imaginar que um

A evolução da rastreabilidade

1994



Selo de controle fiscal para aguardente, impresso somente em off-set.

1999



Selo de controle fiscal para bebidas alcoólicas, impresso em off-set e em calcografia.

2001



Selo de controle fiscal para bebidas alcoólicas, impresso em off-set, calcografia + TOV.

2005



Selo de controle fiscal para aguardente, impresso em off-set, calcografia, e banda holográfica.

2008



O Sistema de Controle e Rastreamento de Cigarros (Scorpios) permite à Receita Federal do Brasil controlar, on-line, o processo produtivo de cigarros no país.

2009



O Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) permite à Receita Federal do Brasil controlar, on-line, o processo produtivo de bebidas no país.

2019



O Selo Fiscal Líquido, aplicado ao segmento de combustíveis, ajuda a combater a adulteração, a sonegação e a fraude fiscal.

2021



O Selo Fiscal Inteligente prevê autenticação física e digital a partir da geração de um QR Code seguro e proteção em blockchain com rastreabilidade ao longo da cadeia de distribuição.

Fonte: Casa da Moeda do Brasil

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Larissa Rodrigues, do Instituto Escolhas: metade da produção brasileira tem indícios de ilegalidade

UCRÂNIA



Sistema de defesa ucraniano responde à ofensiva da Rússia sobre o céu de Kiev



Flagrante do momento em que os projéteis são interceptados: um dos ataques mais intensos



Para se proteger de explosões, crianças dormem na banheira



Familiares e amigos se ajoelham diante do caixão do soldado ucraniano Andriy Maltsev carregado pelos colegas, em Lviv

Kiev diz ter neutralizado ataques hipersônicos

Comando aéreo garante que baterias Patriot derrubaram seis mísseis Kinzhal, durante bombardeio à capital. Autoridades ucranianas destacam progresso lento em Bakhmut, no leste. Europa cria "registro de danos" causados pela invasão

» RODRIGO CRAVEIRO

Aconteceu durante o mais intenso ataque contra Kiev nos 447 dias da invasão russa à Ucrânia. Yuri Ihnat, porta-voz do Comando Aéreo ucraniano, anunciou que as forças de Volodymyr Zelensky derrubaram todos os seis mísseis hipersônicos Kinzhal lançados contra a capital, na madrugada de ontem. A Rússia assegurou que um dos artefatos destruiu uma bateria de defesa antiaérea Patriot. Capazes de ludibriar a maioria dos sistemas de defesa antiaérea, os Kinzhal atingem dez vezes a velocidade do som e podem causar ampla destruição. A suposta neutralização desses armamentos é vista por especialistas como um golpe desferido na capacidade bélica do Kremlin.

Horas depois, os militares da Ucrânia confirmaram avanços na estratégica região de Bakhmut (leste). "Nos últimos dias, nossas tropas liberaram aproximadamente 20km² ao norte e ao sul da periferia de Bakhmut", declarou a vice-ministra ucraniana da Defesa, Ganna Malyar.

Depois de discursar em videoconferência para a cúpula de 46 chefes de Estado e de governo do Conselho da Europa, em Reykjavik (Islândia), o presidente da Ucrânia divulgou uma gravação em que agradecia aos "defensores do céu". "Obrigado, heróis! Todos os 18 mísseis foram derrubados. Por isso, estamos trabalhando em visitas que trarão mais oportunidades, mais (sistemas de defesa antiaérea) Patriot, IRIS-T, Crotale, Hawk e Nasams. Uma vez mais, agradeço a todos os parceiros que têm ajudado nosso país", declarou Zelensky.



Arquivo pessoal

Eu acho...
"Putin precisa de imagens de vitórias". O bombardeio de Kiev é cenário adequado para tais imagens. O general russo Igor Kornashenko reportou que todos os alvos foram atingidos. Ao contrário, o porta-voz da Força Aérea ucraniana provou que todos os mísseis russos, incluindo os Kinzhal, foram derrubados. Mesmo que os russos tivessem conseguido danificar o sistema de defesa aérea Patriot, isso não teria mudado o resultado: seus próprios foguetes Kinzhal, 'únicos e modernos', foram abatidos. Apesar disso, os russos continuam vivendo em sua realidade alternativa, onde sua 'operação militar especial' ainda é bem-sucedida."

Anton Suslov, especialista da Escola de Análise Política (em Kiev)

De acordo com ele, Kiev e Londres acordaram trabalhar em uma coalizão de caças, que resultará no envio de aeronaves à Ucrânia e no treinamento de pilotos. França e Holanda também avalizam a medida.

O presidente ucraniano destacou a prontidão e a precisão das tropas na região de Bakhmut. Zelensky apelou aos líderes europeus para que trabalhem com Kiev, a fim de protegerem a Ucrânia, a Europa e o "mundo livre". "Nenhum míssil terrorista, nenhum canhão terrorista e nenhuma chantagem terrorista deveria ameaçar a democracia", advertiu.

Os líderes do Conselho da Europa criaram, ontem,

Arma ultra-avançada de Moscou

Saiba mais sobre os mísseis hipersônicos Kinzhal, usados no ataque à capital ucraniana



- Pode evitar a maioria dos sistemas de defesa aérea
- Fácil de pilotar, difícil de seguir e de interceptar
- Alto poder de penetração e destruição

Fontes: CSIS, Missile Defense Advocacy Alliance, FAS, Oficiais russos, Ifri

AFP

um "registro de danos" causados pela invasão russa à Ucrânia. A intenção é que seja o primeiro passo para futuros processos contra o líder russo, Vladimir Putin, e seus comandantes. "O Conselho volta a mostrar o caminho, junto das vítimas da agressão", comentou o presidente francês, Emmanuel Macron. A quarta cúpula do Conselho da Europa em 75 anos conta com a presença, também, dos chefes de governo da Alemanha (Olaf Scholz), do Reino Unido (Rishi Sunak), da Holanda (Mark Rutte) e da Itália (Giorgia Meloni).

Especialista da Escola de Análise Política (em Kiev), Anton Suslov explicou ao **Correio** que o

Patriot conseguiu derrubar um míssil hipersônico Kinzhal pela primeira vez 13 dias atrás. "Na madrugada de hoje (ontem), foi a segunda ocasião. Antes de a Ucrânia ter recebido os primeiros carregamentos de Patriot, era impossível identificar e abater os Kinzhal. É fato que não houve destruições significativas em Kiev. Vejo isso como um bom exemplo para outros países que relutam em fornecer apoio militar para a Ucrânia de como armas defensivas podem salvar milhares de vidas", disse.

Segundo Suslov, a situação em Bakhmut é "muito difícil". "As tropas ucranianas controlam uma parte da cidade. Também

avanzaram sobre os flancos por entre 350m e 2.000m. Os fracassos das forças russas são um motivo a mais para Moscou bombardear Kiev. Putin não pode explicar os fiascos aos seus cidadãos", observou. O estudioso entende que a batalha por Bakhmut esconde uma dimensão política. "A disputa pela região entre o grupo de mercenários Wagner e as Forças Armadas da Rússia prova que as elites russas são incoerentes e que diferentes facções competem pelos recursos e pelos elogios de Putin."

Refúgio no banheiro

A destruição dos mísseis hipersônicos Kinzhal ocorreu

durante uma noite atípica, diferente das outras madrugadas marcadas pelos bombardeios. Moradora de Kiev, Julia Oganessian, 34 anos, dormia profundamente na madrugada de ontem e não escutou o alarme antiaéreo, acionado por volta das 2h30 (20h30 de segunda-feira em Brasília). "Acordei com o som intenso, ativo e permanente das explosões. Não sabíamos se era o barulho da defesa antiaérea ou se eram bombardeios. Eu e meu marido corremos para o banheiro. Foi insano. Acho que foram umas três rodas dessas explosões longas e barulhentas, como se estivessem literalmente sobre nossas cabeças", contou ao **Correio** a especialista em marketing. "As portas caçoalhavam. Os bombardeios duravam cerca de meia hora e paravam por uns cinco minutos." Julia somente conseguiu dormir pela manhã.

Suslov também classificou como "aterrorizante" a noite em que as forças da Ucrânia asseguraram ter neutralizado mísseis hipersônicos russos. "Eu costumava dormir pacificamente, mesmo sob pesado bombardeio. No entanto, na madrugada de hoje (ontem), despertei, porque as explosões eram muitas. Vi muita gente correndo até o abrigo antibombas mais próximo de suas casas. Fiquei surpreso ao perceber vários carros se aproximando da entrada da galeria do metrô", disse. De acordo com ele, um sinal de que mesmo os moradores que vivem longe da linha de trem ficaram com medo o bastante para coletar os pertences mais importantes e chegar ao bunker em 10 ou 15 minutos.

EQUADOR

Presidente enfrenta julgamento político

O Congresso equatoriano iniciou, ontem, o julgamento político contra o presidente conservador Guillermo Lasso, que a oposição majoritária de esquerda pretende destituir em meio a uma crise institucional. Em um contexto de aumento da violência ligada ao narcotráfico e de descontentamento popular com o custo de vida, a hipótese de fim do governo de direita é vista como uma oportunidade para o principal bloco de esquerda recuperar forças nas mãos de seu líder, o ex-presidente Rafael Correa, foragido na Europa e condenado a oito anos de prisão.

Com a presença de 109 de seus 137 membros, a Assembleia Nacional (unicameral) abriu a sessão em Quito com a apresentação

do caso e dos primeiros argumentos para processar o presidente pelo suposto crime de peculato. Os deputados interpellantes tiveram duas horas para falar em plenária antes de ouvir o presidente. Da tribuna do Congresso, Lasso afirmou sua inocência "total, evidente e inquestionável" no suposto crime de peculato pelo qual a oposição de esquerda o acusa e o julga politicamente.

"Não há provas, nem testemunhos relevantes. O único que talvez haja são informações que comprovam minha inocência total, evidente e inquestionável", disse o presidente ao Parlamento. No poder desde 2021, o presidente, de 67 anos, não foi condenado pelo crime do qual é

acusado. "Os equatorianos exigem de nós que resolvamos seus problemas cotidianos e ponhamos fim a um confronto irracional que esgota a paciência da população, que aumenta a preocupação e enfraquece nossa democracia", tuitou o presidente mais cedo, depois do início do julgamento.

Prejuízos

O processo, cuja votação pode levar vários dias, desperta os fantasmas da instabilidade política vivida no Equador entre 1997 e 2005, quando três governantes que saíram das urnas foram derrubados. O Congresso precisa de 92 dos 137 votos para demitir Lasso, acusado de peculato na gestão da estatal Flota

Petrolera Ecuatoriana (Flopec). Segundo as denúncias, o presidente manteve um contrato assinado antes de sua posse para o transporte de petróleo bruto com o grupo internacional Amazonas Tanker. O acordo causou prejuízos de mais de US\$ 6 milhões.

O ex-banqueiro está mais uma vez na berlinda. Em junho passado, o Parlamento havia tentado destituí-lo por votação direta, em meio a violentos protestos indígenas contra o alto custo de vida. Na ocasião, ele ficou a 12 votos da conclusão de um processo de impeachment, devido a uma grave crise política e comoção interna.

Na manga, o presidente conta com o mecanismo chamado "morte cruzada", que implica a dissolução do Congresso para dar

Rodrigo Buendía/AFP



Guillermo Lasso se defende na Assembleia Nacional, em Quito: "total, evidente e inquestionável inocência"

lugar a eleições gerais antecipadas. A dissolução foi implementada pelo governo Correa (2007-2017) e, se aplicada, será a primeira vez. "Lasso pode dissolver o Congresso antes da votação. Minha impressão é de que ele confia que não haverá votos necessários para afastá-lo. Mas

acredito que se ele se guiar por esse pressuposto, arriscaria demais, pois não é possível garantir a forma como o maioria dos deputados votará", afirmou ao **Correio** Simón Pachano, professor de ciência política da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em Quito.

VISÃO DO CORREIO

Decisão acertada no momento certo

A decisão da Petrobras de rever sua política de preços, acabando com a exclusividade da paridade internacional na determinação de reajustes e cortes nos valores dos combustíveis, é acertada por trazer para dentro das regras o custo da produção no Brasil. A medida ocorre no momento certo, uma vez que a partir de 1º de junho haverá reoneração dos combustíveis, com a retomada integral da cobrança do PIS/Cofins. Por representar um alívio direto no custo de vida, pode ajudar a contribuir para o início da redução das taxas de juros, uma vez que a preocupação manifestada pela autoridade monetária para explicar a manutenção da Selic em 13,75% é a inflação futura. Não apenas ela, mas principalmente.

A estatal anunciou que a partir de hoje os preços de venda dos seus produtos para as distribuidoras serão reduzidos. Na gasolina, a queda por litro será de R\$ 0,40, equivalente a 12,6% de corte. Com isso, o valor nas refinarias passa de R\$ 3,18 para R\$ 2,78. Já o do diesel sai de R\$ 3,46 para R\$ 3,02. A redução de R\$ 0,44 por litro representa uma baixa de 12,8%. Para o gás de cozinha foi anunciada uma queda de 21,3% no valor do botijão de 13kg, com a expectativa de que fique abaixo de R\$ 100 para os consumidores, o que não ocorre desde o ano passado.

É preciso lembrar que a Petrobras determina os preços nas refinarias, mas o valor dos combustíveis nos postos de abastecimento e nas revendas de gás é livre, ou seja, o repasse fica a cargo das distribuidoras e redes de varejo. Não há motivo para que não seja feito nos postos, mas é preciso observar que não será integral. Isso porque a gasolina vendida nas bombas tem 27% de etanol e os preços do álcool anidro subiram 2% este mês. No caso do diesel, há acréscimo de 12%. Como o percentual de mistura no diesel é menor, o impacto da redução do valor na Petrobras no preço da bomba será maior. Caberá ao consumidor exercer seu direito de pesquisar e optar por preços menores, forçando a concorrência.

E o diesel também impacta diretamente na inflação, por ser custo para o transporte de mercadorias e mesmo para a produção. A lei da oferta e da procura vai determinar

as reduções ao longo da cadeia produtiva que tem nos combustíveis o seu insumo. A expectativa é de que o efeito sobre o índice que mede a variação do custo de vida seja captado nos próximos meses, neutralizando a reoneração integral e oferecendo a perspectiva de que ainda assim os preços se mantenham abaixo dos valores praticados hoje. Em média, a gasolina é vendida a R\$ 5,49 nos postos do país, enquanto o diesel S-10 é comercializado a um preço médio de R\$ 5,57 o litro. Há um ano, os valores eram respectivamente de R\$ 7,30 e R\$ 7,07.

Esse efeito vem em boa hora, uma vez que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem afirmado que a reoneração dos combustíveis vai impactar nos índices de preços, que foram artificialmente reduzidos no ano passado com a desoneração do PIS/Cofins. Essa pressão não existe mais. Em março, quando os combustíveis foram reonerados parcialmente, foi acrescido R\$ 0,34 de PIS/Cofins na gasolina e R\$ 0,02 no etanol. Com o retorno ao patamar anterior à desoneração feita pelo governo Bolsonaro, o imposto será de R\$ 0,792 na gasolina e de R\$ 0,242 no etanol, impactando nos valores nas bombas sem, contudo, afetar significativamente os valores, que foram agora reduzidos.

A perspectiva é de que as tabelas dos combustíveis deixem de ser uma pressão automática quando houver oscilações no mercado externo. O acerto da Petrobras está no fato de não retornar ao passado e ao mesmo tempo equilibrar sua política de preços. Até então, as cotações do petróleo e do dólar, que afetam diretamente 25% do diesel importado e cerca de 12,5% da gasolina comprada no exterior, mas não são determinantes para 75% do óleo produzido no Brasil e para 87,5% da gasolina, estabeleciam o aumento para todo o volume comercializado. A partir de agora, a estatal considerará a paridade internacional apenas para a parcela de importados, com os custos de produção da Petrobras entrando na conta. E, hoje, até o dólar e o preço do petróleo, que estão em queda, favorecem para que também a parcela internacional contribua para redução dos combustíveis no Brasil.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Ministro

Flavio Dino é danado. Não foge da raia. Com grandes ou miúdos. Com levianos provocadores ou com figuras qualificadas. Retruca torpezas e insinuações rápido como uma flecha. O ministro da Justiça enfrenta a horda bolsonarista em geral, ou o timeco dos paladinos de meia pataca, com o mesmo desassombro. Tanto na Câmara como no Senado. Nessa linha, deixou na lona quem se atreveu, recentemente, a cantar de galo, como os senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Hamilton Mourão, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Rogério Marinho. Além dos deputados Deltan Dellaganol e Alfredo Gaspar. Dino encara fanfarrões com destemor. Explica que em debate sério, responde com seriedade. Diante de patuscadas de “cardios”, como define tipos estranhos e agressivos nas redes sociais, responde, retruca, esclarece, com pitadas de sarcasmos e ironias.

» **Vicente Limongi Netto**
Lago Norte

Apostas

O Salão Verde da Câmara dos Deputados lembra um campo de futebol. Os deputados federais lembram jogadores que se organizam em partidos, em vez de times. A torcida, nesse contexto político, é o eleitorado de cada agremiação partidária. Seguindo essa analogia, as pelepas políticas e democráticas deveriam ser insufladas tão somente pelos anseios do povo, já que a Câmara é a Casa do Povo, assim como as pelepas de futebol profissional deveriam ser insufladas por sentimentos coletivos, já que o ludopédio é o “esporte do povo”. Mas, o presidente Lula, agindo como agiram os aliciadores da máfia das apostas que manipularam resultados no futebol brasileiro, liberou R\$ 9 bilhões em emendas, reciclando o indecente orçamento secreto do governo Bolsonaro, para cooptar parlamentares a desonrarem seus mandatos — ignorando o eleitorado e privilegiando os interesses escusos de Lula e do seu partido, o PT —, assim como os jogadores cooptados desonraram suas carreiras. Pelo visto, a vil inspiração da máfia das apostas tem origem em Brasília.

» **Túlio Marco Soares Carvalho**
Belo Horizonte (MG)

Inteligência

Desde de meados da década de 1980, com a volta do país à democracia, os governos andam às tintas quando se trata de definir um perfil para os órgãos de inteligência. O tema é delicado por herança da ditadura. O SNI, sigla que destinava o serviço secreto do regime militar, degenerou em um órgão de intrigas, relatórios dolorosamente amadores e centro

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Detran, por que manter os semáforos do área central do Plano Piloto ligados nos fins de semana e feriado, se há pouco fluxo de veículos no outro sentido?

Sebastião Machado Aragão

Asa Sul

Usar o cartão da amiga porque o marido é “pão duro”. As desculpas estão ficando cada vez mais absurdas.

Abraão Ferreira do Nascimento

Águas Claras

Brasil atrás de Uzbequistão e Kosovo em avaliação de leitura para ensino fundamental. Prova da relevância da educação no Brasil. Triste.

José Matias-Pereira

Lago Sul

de conspirações e perseguições contra adversários ideológicos. Transformou-se em um “monstro”, como o classificou até seu criador, o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Com essa herança deletéria, os governos democráticos sempre tiveram dificuldades de lidar com órgãos de inteligência, que, por natureza, são tentaculares e atuam no limite da legalidade. Em todos os governos democráticos, de Fernando Collor a Dilma Rousseff, os arapongas meteram-se em espionagens heterodoxas que, uma vez reveladas, resultaram num protocolo imutável: os envolvidos eram demitidos ou afastados do cargo, e o governo jamais admitia perseguições políticas ou ideológicas. Em uma democracia constitucional, os arapongas do governo não têm licença para espionar quem quer que seja, motivados por antipatias políticas ou ideológicas. Do mesmo modo, a Receita Federal também não pode mirar em um contribuinte, seja ele quem for, por quaisquer razões que não sua vida fiscal. Um Estado democrático de direito não comporta abusos de qualquer natureza. Então, o que dizer do episódio esdrúxulo do cartão de vacinas e do modus operandi do general G. Dias, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional? Dois pesos e duas medidas?

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Bolsonaro

A cada dia vem à tona a política anti-Brasil do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesta terça-feira, ao ler as manchetes dos principais jornais do país, eis que deparei-me com a do *Estado de S. Paulo*: Governo Bolsonaro pagou R\$ 260 por quilo de peçoço de galinha para indígenas da Amazônia. A reportagem mostra ainda que foram gastos R\$ 4 milhões com alimentos completamente alheios ao cardápio normal dos povos originários, como língua de porco e outros produtos desconhecidos pelas comunidades. Além de demonstrar total desconhecimento do cotidiano desses povos, parece-nos que a ideia era intoxicar os indígenas, aumentando a sua fragilidade, e facilitar o avanço dos invasores sobre seus territórios. No governo passado, a política da então Fundação Nacional do Índio (Funai) desenvolveu ações contra os indígenas. É lamentável que a Polícia Federal ainda não tenha deflagrado uma investigação rigorosa contra os ex-dirigentes do órgão, a fim de levá-los às barras dos tribunais para que lhes sejam imputadas punições penais rigorosas.

» **Assis Bhenz Mesquita**
Lago Sul



RODRIGO CRAVEIRO
rodrigo.craveiro@gmail.com

O atoleiro de Putin

Os planos do Kremlin eram consolidar a invasão, tomar o poder em Kiev e instalar um governo títere, submetido às vontades e aos caprichos de Moscou. As melhores previsões indicavam uma guerra rápida, com duração entre três dias e uma semana. Deu tudo errado para Vladimir Putin. O presidente russo não contava com a capacidade de resiliência e de mobilização dos ucranianos. Qualidades evidenciadas durante a Revolução Maidan, nove anos atrás, quando uma multidão tomou a praça de mesmo nome, no coração da capital, e levou apenas cinco dias para forçar a restituição do então presidente Viktor Yanukovich.

Desde aquela época, os anseios de independência absoluta em relação à Rússia pairavam sobre Kiev e se misturavam ao desejo de uma ex-república soviética se incorporar à União Europeia. Putin menosprezou a coragem dos ucranianos e a capacidade bélica das forças de Volodymyr Zelensky.

A primeira estocada contra a Ucrânia ocorreu exatamente em 2014, quando a Rússia anexou a Península da Crimeia, em clara violação ao direito internacional. Quase uma década depois, Putin amarga a perda de dezenas de milhares de soldados no front, enquanto vê a capacidade de combate da Rússia ser minada aos poucos.

Ao organizar pseudoreferendos para também anexar as regiões ucranianas de Kherson, Luhansk, Zaporizhzhia e Donetsk, o Kremlin

conseguiu o que não queria: aglutinar mais apoio a Kiev e se isolar ainda mais na comunidade internacional. O Ocidente, especialmente os Estados Unidos e países da União Europeia, começaram a suprir Zelensky com armamento pesado. E os russos sofreram mais perdas territoriais importantes.

Na madrugada desta terça-feira, poucas horas antes de eu escrever este texto, Kiev foi sacudida por um ataque sem precedentes de mísseis, alguns deles hipersônicos. As autoridades ucranianas garantem que a maior parte dos artefatos foi interceptada antes que pudessem atingir o alvo. A ofensiva contra Kiev talvez seja uma medida desesperada de tentar enfraquecer as defesas aéreas da Ucrânia e atrasar a contraofensiva anunciada por Zelensky como crucial para a derrota da Rússia. Putin está “no mató sem cachorro”.

Se levar adiante a guerra na Ucrânia, corre o risco de uma derrota vexaminosa, um desastre para a Rússia aos olhos dos russos e do mundo. Um cenário que poderia custar o próprio poder do presidente, considerado um czar da era moderna. Se assinar um acordo de paz e retirar suas tropas do país vizinho, enviaria uma mensagem de debilidade ante a comunidade internacional. Internamente, muitos questionariam o motivo de tantas vidas terem sido sacrificadas por uma guerra interrompida ou perdida. Putin meteu-se em um atoleiro. E ele não tem nem ideia de como sair de lá.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e.VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211 - Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uigaiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalf@uigaiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/ MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabril.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 508 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/ RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hmr@hrmmultimedia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Exitto Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Pfanalho - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 3912-6119. Brasília: SA Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiários e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência ANJ, Agência Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA		
Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R\$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

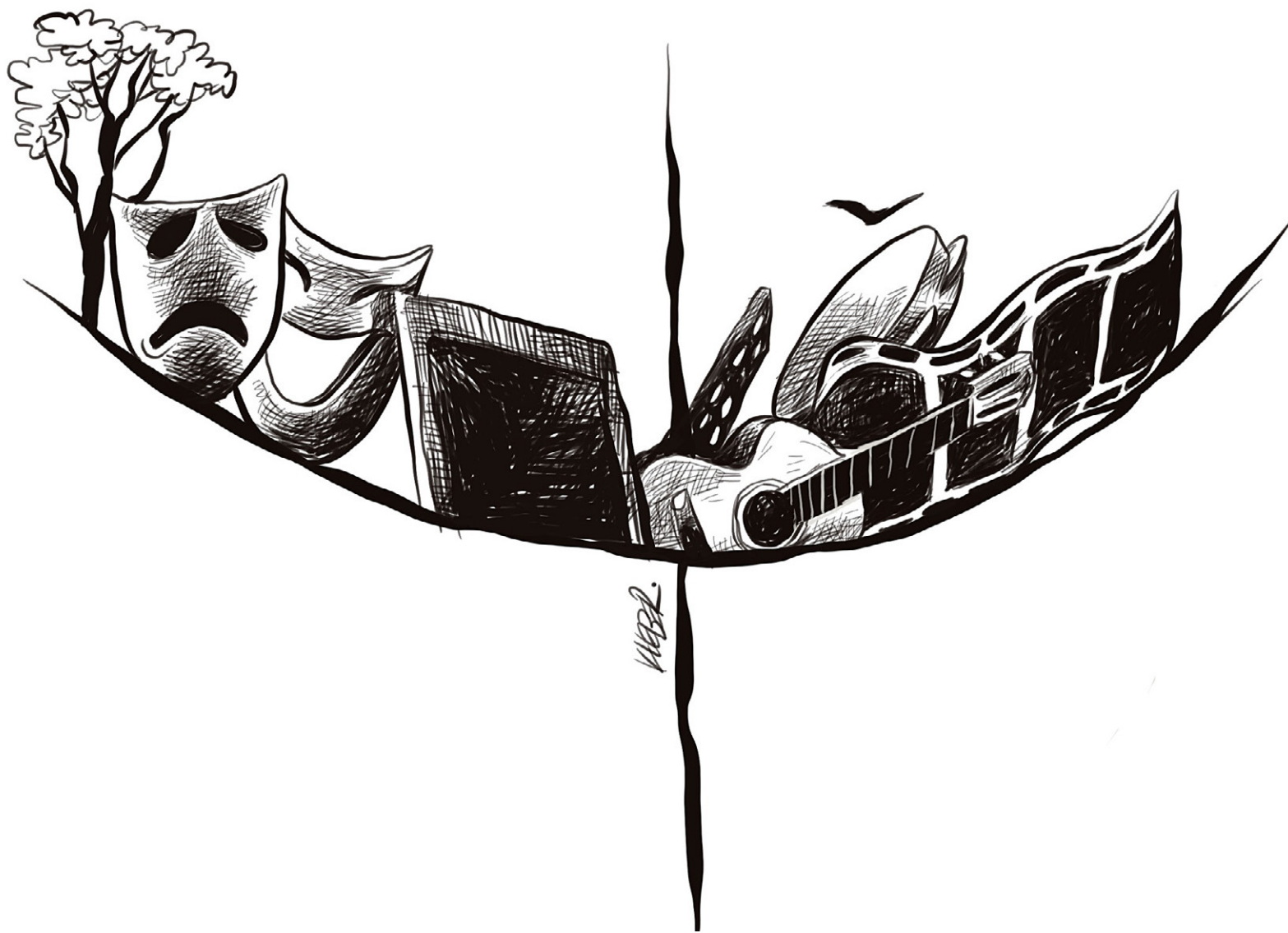
DIÁRIOS ASSOCIADOS **DA**

DA LOG

Agenciamento de Publicidade

Data venia

» RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Advogado, presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)



Data venia é expressão respeitosa em latim que introduz uma argumentação contrária à opinião de outra pessoa, significando literalmente com a devida licença. Recentemente, o termo passou a ser usado quase que apenas por advogados, parlamentares, juízes e outros poucos profissionais. E, assim mesmo, com tal parcimônia que está sendo entendida muitas vezes como ironia, dada a agressividade da contestação que vem na sequência.

Neste artigo, a expressão é utilizada em seu sentido estrito para indicar que, embora possam ferir algumas suscetibilidades, as reflexões têm o intuito único de trazer à luz algumas posturas que geram preocupação, insegurança e indignação.

A primeira data venia vai para a tolerância a pessoas ou grupos que aproveitam os protestos para praticar atos de agressão contra outras pessoas ou cometer atos de vandalismo contra bens públicos e privados. Tolerância essa dispensada por autoridades públicas dos Três Poderes, que encaram com leniência o fato de que esses atos constituem crimes capitulados no Código Penal e não encontram abrigo na liberdade

constitucional de expressão de manifestação.

A segunda data vênua vai para os maus profissionais, que desrespeitam o Código de Ética Profissional e protagonizam atos como a busca da celebridade com o custo da credibilidade e o desrespeito às autoridades constituídas.

A terceira data venia vai para a sociedade, que consagra e até cultiva o famoso jeitinho brasileiro, que quase sempre funciona como um corolário da conhecida – embora injusta para a personagem – Lei de Gerson, ou seja, levar vantagem contornando ou prejudicando direitos alheios.

Nesse cesto bem amplo cabem os falsos ou incompletos depoimentos prestados às autoridades por acusados de corrupção, por exemplo. Cabe a propina que escorra para as mãos de servidores públicos e a que é paga pela vista grossa a infrações à lei ou para acelerar ou retardar processos judiciais.

Cabem também – por que não? – as nomeações políticas para cargos públicos, com o intuito de beneficiar determinados grupos, aproveitando ou driblando o emaranhado legal brasileiro que, bem estudado, oferece escapatórias para quase todas as ilegalidades.

A quarta data venia é endereçada aos críticos

contumazes de deslizes alheios que se recusam a analisar com serenidade e admitir que em todas as áreas de atividade podem ocorrer erros, sem que configurem atos de má-fé ou criminosos.

A quinta data venia dedico aos que, como eu, respeitam o Estado Democrático de Direito e, perplexos, assistimos ao lamentável espetáculo do último dia 8 de janeiro, quando golpistas atentaram contra a democracia promovendo as cenas criminosas contra os poderes constituídos mostradas pela mídia. Data venia aos que têm a coragem de discordar dos processos crimes contra os que participaram dos atentados contra a democracia.

Aos leitores dedico, com antecipação, a sexta data venia por eventuais omissões deste artigo na listagem de posturas inadequadas, arranhões na ética, desrespeito às leis e outras práticas abusivas. A não citação não implica tolerância.

Mas, data venia, as reflexões acima pretendem ser apenas uma modesta contribuição contrária à máxima popular consagrada por séculos de permissividade: aos amigos, os benefícios da lei; aos inimigos, o rigor da lei. Isso porque, no Estado Democrático de Direito, a lei deve ser sempre igual para todos.

Isonomia tributária para a concorrência justa

» FERNANDO VALENTE PIMENTEL
Presidente emérito e diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

No e-commerce internacional, o compliance é decisivo para evitar que empresas se aproveitem da isenção tributária de até US\$ 50 em remessas entre pessoas físicas para realizar operações comerciais disfarçadas, burlando o fisco e praticando concorrência desleal contra os fabricantes e varejistas brasileiros. Isso impõe novos desafios à fiscalização nas aduanas. Em 2022, por exemplo, estima-se que mais de 170 milhões de pequenos volumes tenham chegado ao país pelos Correios.

Para ter ideia do dano potencial das fraudes, cálculo baseado na Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, mostra que, a cada R\$ 1 bilhão de faturamento da indústria do vestuário, geram-se cinco mil empregos diretos, 700 indiretos e 1.250 oriundos do efeito renda. Um grande banco brasileiro estima que o faturamento de uma das mais famosas plataformas será de R\$ 16 bilhões em 2023. Isso significaria 90 mil postos formais de trabalho, diretos e indiretos, caso a produção fosse no Brasil. Nada contra a livre concorrência, mas o pagamento dos tributos pelas empresas de e-commerce, principalmente as asiáticas, não significará que deixarão de operar no nosso país, mas sim que cumprirão a legislação.

Cabe esclarecer, também, que a indústria brasileira atende todo o universo de consumidores, abrangendo cerca de 80% do consumo nacional de roupas (6,2 bilhões de peças em 2022, com preço médio de R\$ 40,00), além de exportar. Não procedem, portanto, alegações de que o e-commerce ilegal beneficia as pessoas de menor renda, que não fazem viagens internacionais e não podem usufruir da isenção tributária na aquisição de bens pessoais

no exterior e de mil dólares no duty free.

As classes que mais consomem vestuário no país são as A, B e C1, com 71% do total, segundo o Iemí (Instituto de Estudos de Marketing Industrial). Ademais, viajantes pagam passagens aéreas, traslados, hotéis e restaurantes e os correspondentes impostos. Além disso, há limites legais para as compras e fiscalização na chegada. Viajar não é um negócio. É algo muito distante de uma atividade que está a um clique do consumidor.

Não há como ignorar as perdas e danos provocados pelas remessas ilegais, não só para a indústria e o comércio, como os consumidores. Afinal, o que entra ilegalmente também apresenta maior risco de falsificação e falta de garantia, além de eventuais problemas de fabricação, desde tintas e corantes com potencial tóxico em roupas e brinquedos, até eletrônicos fora de especificação. Por isso, foi oportuna a preocupação do governo com o problema, pois realçou algo grave e sinalizou um compromisso mais forte no sentido de coibi-lo.

Eficácia na fiscalização, utilizando-se muita tecnologia, é fundamental para que o Brasil desfrute, sem ser lesado, as vantagens do e-commerce, que vem se consolidando globalmente. Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que as transações virtuais podem diminuir os preços e expandir a variedade de produtos para consumo. Mais da metade dos habitantes de seus países-membros efetuou compras on-line em 2018, índice que tem aumentado em grande velocidade.

No nosso país, relatórios de inteligência de mercado mostram que o faturamento do e-commerce foi de R\$ 262,7 bilhões em 2022,

devido dobrar até 2026, com maior crescimento nas transações transfronteiriças. É uma oportunidade para as empresas, inclusive pequenas e médias, ampliem seus negócios no Brasil e no mundo, mas há de garantir isonomia tributária entre as nacionais e estrangeiras, combatendo-se a venda de produtos sem nota fiscal, bem como o escoamento de itens falsificados ou advindos do descaminho e do contrabando. Cabe atenção a um alerta da OCDE: mercadorias piratas representam 3,3% das transações globais.

Estimativas do Banco Central mostram que o comércio cross border de pacotes de pequeno valor está em pleno crescimento no Brasil. Em 2022, somaram US\$ 13,14 bilhões na importação, mais do que o dobro do ano anterior, e US\$ 5,01 bilhões na exportação. Independentemente de sabermos quantas dessas transações pagaram ou não impostos, os números evidenciam o potencial da elisão fiscal e a premência da isonomia tributária para se evitarem prejuízos ao erário e a investimentos em áreas-chave para o bem-estar da sociedade. Todas essas operações precisam ser taxadas. Um dos segmentos mais prejudicados no país pelo problema é a indústria têxtil e de confecção, que tem faturamento anual de R\$ 190 bilhões, contribui com R\$ 16,5 bilhões em taxas e impostos e emprega formalmente 1,34 milhão de pessoas.

Um ambiente comercial sem isonomia causa discrepâncias na economia e põe em risco os empregos da manufatura e do varejo. Assim, o que se demanda não é a criação de tributos ou aumento dos já existentes, mas sim o cumprimento da legislação, garantindo-se concorrência justa.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

A pantomima do esqueleto

Arcabouço, que os dicionários definem como estrutura óssea para dar sustentação aos animais vertebrados seria, na nova versão apresentada agora pelo relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), o esqueleto econômico da tão esperada atual política econômica no Brasil. Seria porque é certo que ele será modificado no Congresso. Prestes a completar seis meses de governo e em meio as turbulências políticas e institucionais que o país atravessa, por conta justamente da falta de projetos e de previsões mínimas de gestão, o que se tem, de fato, nesse momento são ainda promessas de cumprimento de metas, colocadas num papel para dar algum sentido a atual gestão.

Para aqueles que observam de longe toda essa cena, a apresentação do esqueleto econômico do governo se dá nesse momento, porque se deveria, até por experiência própria, ter apresentado um plano coerente para o país, mas o partido não cuidou desse “detalhe”, confiando apenas no tino político do chefe do Executivo, de que tudo seria ajeitado no devido momento.

Uma vez mais reinstalados no Palácio do Planalto, descobriram que a realidade era bem mais complexa e mais difícil do que supunham, e que a solução para esses problemas distava milhares de quilômetros de qualquer avaliação precipitada. Para o chefe do Executivo, esse era um desafio que deveria ser cumprido por seus auxiliares, ocupado que estava e está com sua agenda internacional, que a oposição já identificou como um prolongamento de sua lua mel, bancada pelos cofres públicos.

O que parece que realmente interessa é que esse esqueleto erguido agora permita que sejam tirados nacos de carne do corpo da União, sem que isso provoque a morte do escalpelado. Preocupa, sobretudo ao presidente, que essas novas regras tragam, em suas linhas gerais, normas que impeçam que ele seja punido com um impeachment, como aconteceu com a ex-presidente Dilma, em caso de novas pedaladas fiscais.

A responsabilidade fiscal, regra básica para a administração dos recursos públicos e que anteriormente punia com exatidão os maus gestores, foi, e não poderia ser diferente, deixadas de lado. Em caso de a ganância ir além das metas previstas, os punidos, dessa vez, não serão os políticos perdulários, mas os servidores públicos e os aposentados que poderão ficar sem a correção de seus rendimentos frente a inflação. Mesmo que afirme que o Bolsa Família e o salário mínimo ficarão protegidos, não há segurança efetiva de que essa intenção será mantida até ao final do governo.

Até mesmo o pedido de votação de urgência, feito por lideranças governistas, indica a possibilidade de que o PLP 93/2023 passará pelo Congresso como um trem bala carregado de intenções de gastos e indiferente a sustentabilidade fiscal e a desaceleração econômica do país prevista para o próximo ano. Os economistas mais realistas estão prevendo é que a proposta terá como resultado final uma soma igual a zero, com efeitos praticamente nulos nas contas do país. Para um governo que começou mal, sem planos ou projetos de gestão, a implosão o teto de gastos, em mais de R\$ 200 bilhões, apenas para fazer cumprir promessas de campanha, o arcabouço atende tão somente a pressão imediata da realidade, contornando o problema dos gastos, mas não resolvendo a questão econômica do Estado.

Nesse ponto a questão toda se resume a volta da responsabilidade nos gastos públicos, para evitar que o mal que assola hoje países como a Argentina não se repitam também no Brasil. Houvesse apenas a intenção de cumprir regras já estabelecidas e que deram certo no passado, toda essa pantomina alfitiva perderia razão de ser.

» A frase que foi pronunciada

“O teto de gastos sociais está sendo mantido no ‘arcabouço fiscal’ para privilegiar o pagamento de uma chamada dívida pública nunca auditada.”

Maria Lucia Fattorelli

Ritmo

» Interminável, a obra da W3 tem causado transtorno todos os dias em horário de pico. Não se veem os homens trabalhando sábado, domingo ou feriados para adiantar o final dessa obra.

Frei João Benedito

» Extremamente ativo, o reitor e responsável pela Basílica Santuário São Francisco de Assis deixou o coração dos fiéis entre o susto e a devoção. Foi uma separação repentina, o que traz mais dor. Mas basta pensar na agitação do frei João Benedito, seus planos e concretizações, sermões e aulas, que os que têm fé logo ficam aliviados da tristeza, por saber que uma pessoa tão querida certamente está em um lugar especial.

Pesquisas científicas

» Há vários trabalhos arquivados bastante interessantes na Universidade de Pernambuco sobre vacinação e anencefalias. Foi mais ou menos em 2011 que o STF autorizou o aborto nesses casos.

» História de Brasília

Candango de um bom gosto foi aquele que armou um barraco em frente à superquadra Rio de Janeiro, da Graça Couto. É o único barraco localizado no Eixo Rodoviário, e o bom gosto fez com que os fundos ficassem para as superquadras, e a frente para a pista de alta velocidade... (Publicada em 20.03.1962)

Gordura nos músculos, desconhecida e fatal

Pouco monitorada, a mioesteatose é associada a um aumento no risco de morte similar ao causado por tabagismo e diabetes

» ISABELLA ALMEIDA

O índice de massa corporal (IMC) não mostra com precisão a composição corpórea de um indivíduo, e há o risco de essa lacuna esconder algumas patologias. Para jogar luz sobre essas ameaças invisíveis, cientistas da Bélgica sugerem o monitoramento do acúmulo de gordura nos músculos. A proposta é detalhada em um artigo publicado, ontem, na revista *Radiology*.

Segundo o trabalho, liderado pelo Instituto de Pesquisa Experimental e Clínica da Universidade Católica de Lovania em Bruxelas, pessoas com IMCs semelhantes podem ter problemas de saúde completamente distintos. Adultos com grande quantidade de gordura na musculatura, condição conhecida como mioesteatose, apresentam um risco ampliado de terem problemas graves de saúde e morte. Apesar de o conhecido índice indicar sobrepeso, apenas exames de imagem revelam a variedade de locais onde existe excesso de células adiposas e, conseqüentemente, a ocorrência de maior vulnerabilidade.

Segundo o autor principal do artigo, Maxime Nachit, a tomografia computadorizada e a ressonância magnética são consideradas padrão ouro para avaliar a mioesteatose, mas seu diagnóstico enfrenta dificuldades. Enquanto os médicos focam no excesso de gordura visceral e no fígado, chamado esteatose hepática, a mioesteatose silenciosamente coloca em xeque a vida de muitas pessoas. Geralmente, a complicação é descoberta em pacientes que se submetem a exames para averiguar outras patologias.

Para avaliar a importância desse monitoramento específico, os cientistas analisaram tomografias computadorizadas abdominais feitas em adultos submetidos a exame de rotina para câncer colorretal entre 2004 e 2016. Ocorrências de ataque cardíaco, derrame, aneurisma e óbitos foram registradas durante os quase nove anos de acompanhamento.

Dos 8.982 pacientes, 507 morreram. O acúmulo de gordura nos músculos foi notado em 55% dos falecidos e ligado a maior vulnerabilidade para problemas de saúde graves. No período do



Falta de exercícios físicos e dieta rica em gorduras são a principal causa da complicação

Imagem cedida pela Radiological Society of North America



Mostramos que a mioesteatose é um indicador robusto do risco de mortalidade de um indivíduo em um prazo relativamente curto"

Maxime Nachit, pesquisador da Universidade Católica de Lovania em Bruxelas e líder do estudo

Palavra de especialista

Sinal de alerta

"Muitas vezes, a gente considera só a gordura subcutânea, mas o músculo também tem uma reserva, e vários estudos já associaram

que essa quantidade aumentada se relaciona ao risco de diabetes e de doenças cardíacas. O interessante desse estudo é que ele faz uma avaliação dessa análise em relação ao risco de mortalidade e verifica que a quantidade de gordura dentro do músculo é um fator importante de eventos adversos. Seria interessante pensar

nesse tipo de avaliação e em intervenções para melhorar a qualidade do músculo. Ele ser grande ou pequeno não significa que seja funcional, porque as células musculares e de gordura liberam substâncias diferentes, com efeitos positivos e negativos. É importante entender se isso que foi encontrado é uma relação de causa ou de consequência. Se

you é uma pessoa sedentária, que tem maus hábitos em geral, isso vai acumular gordura no músculo e gerar conseqüências negativas para a saúde ou pode ser que o acúmulo gere esses problemas."

Paulo Gentil, professor de educação física e doutor em ciências da saúde

estudo, o risco absoluto de mortalidade em indivíduos com mioesteatose foi de 15,5% — taxa maior que a ligada à obesidade (7,6%) e à esteatose hepática (8,5%). O risco de morte dos pacientes com acúmulo de gordura nos músculos também foi equiparado ao associado ao tabagismo e ao diabetes tipo 2.

Sedentarismo

Anderson Belezia, radiologista do Hospital Anchieta de Brasília, explica que a mioesteatose pode ocorrer por diversos fatores, como patologias crônicas,

questões genéticas e desuso da musculatura, que acomete pessoas acamadas ou sedentárias. A principal causa da complicação, porém, é uma vida com alimentação desregrada e sem exercícios físicos.

Na avaliação do especialista, não é possível afirmar se, por si só, a complicação determina o risco de outras doenças. "Mas existe essa relação entre ela e outras patologias, em especial as cardiovasculares. Não sabemos se, de fato, é a gordura acumulada que causa um prognóstico pior ou se é um reflexo de outra função", afirma.

Belezia acredita que a pesquisa belga permite que haja uma diferenciação dos quadros clínicos, orientando os cuidados. "Para esse paciente que tem maior lipossustituição (o acúmulo de gordura nos músculos), a gente precisa ser mais agressivo no tratamento", ilustra. "Esse conhecimento também permite maior controle do que é feito, como prescrever uma dieta, uma rotina adequada, para diminuir a gordura e aumentar a massa muscular. Essa é a importância do trabalho, validar esse tipo de informação como indicador de risco."

Os pesquisadores também observaram que a relação entre a mioesteatose e o aumento da mortalidade se deu independentemente do IMC ou do diagnóstico de obesidade. "Em outras palavras, isso significa que o acúmulo de gordura nos músculos não é explicado apenas por ser mais velho ou ter excesso de gordura em outros locais do corpo. Aqui, mostramos que a mioesteatose é um indicador robusto do risco de mortalidade de um indivíduo em um prazo relativamente curto", diz, em nota, Nachit.

Prevenção

A expectativa do grupo é de que esse tipo de pesquisa contribua para grandes avanços na saúde. "Estamos testemunhando o surgimento da medicina personalizada, cujo objetivo é adequar o gerenciamento médico no nível individual com base em uma gama de informações, como genética, histórico médico, características físicas, avaliação molecular complexa e em grande escala", afirma Nachit.

Luciana Gusmão, educadora física e personal da Premiere Training Gym, em Brasília, lembra da importância de incluir a alimentação saudável e as atividades físicas na gestão dos cuidados com a saúde. "Muitos problemas poderiam ser facilmente evitados se esse binômio fosse observado e colocado em prática. A pesquisa e a sociedade médica buscam incentivar a população a ter boas práticas de vida saudável em uma tentativa incansável de evitar doenças como infarto, diabetes, hipertensão arterial, estresse, problemas articulares advindos da obesidade e cardiopatias. O que nos resta é refletir sobre a importância desses costumes e colocá-los em ação", diz.

Proteção contra gripe e pneumonia

A lista de benefícios das atividades físicas ganha, frequentemente, contribuições de cientistas. Uma pesquisa publicada, ontem, na revista *British Journal of Sports Medicine* e liderada por Bryant Webber, do Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Atlanta, nos Estados Unidos, mostra que os exercícios aeróbicos combinados com o fortalecimento muscular podem reduzir o risco de morte por gripe e pneumonia em até 50%.

O estudo aponta que só os treinos de cárdio, como são popularmente conhecidos os aeróbicos, diminuem em até 36% a mortalidade por doenças que atingem o sistema respiratório. Para o trabalho, os cientistas analisaram dados de 577.909 adultos, participantes da pesquisa em saúde National Health Interview Survey (NHIS), nos Estados Unidos, entre 1998 e 2018.

Segundo os autores, a análise

dos dados indica que, para o efeito protetivo, os adultos devem realizar, no mínimo, 150 minutos por semana de práticas físicas aeróbicas moderadas ou 75 minutos de exercícios de intensidade forte. Também devem ser incluídas atividades de fortalecimento muscular pelo menos duas vezes por semana.

"Os esforços para reduzir a mortalidade por influenza e pneumonia entre adultos podem se concentrar em diminuir a prevalência de inatividade aeróbica e em aumentar a prevalência de alcançar dois episódios por semana de atividade de fortalecimento muscular", indicam, em nota, os cientistas.

Metas semanais

Os entrevistados responderam a perguntas sobre a frequência com que se dedicavam a atividades aeróbicas

Angela Weiss



A prática de aeróbicos com fortalecimento muscular amplia a proteção

vigorosas, leves ou moderadas. Cada um foi categorizado conforme atingia metas semanais de treinos de cárdio e fortalecimento muscular da seguinte forma: não chegou a nenhum

dos dois objetivos, atingiu o nível de atividade aeróbica, alcançou o de fortalecimento muscular, e conquistou as duas metas. O grupo foi acompanhado por nove anos, período em

que 81.431 morreram, sendo 1.516 em decorrência de gripe ou pneumonia.

Cerca de metade dos voluntários, 50,5%, não alcançou nenhum dos propósitos. Entre aqueles que concluíram os treinos de cárdio, a taxa de mortalidade pelas doenças foi reduzida em 36%. Quem conseguiu atingir as duas metas semanais de atividade física apresentou uma redução de quase 50% do risco, quando comparados àqueles que não atingiram nenhuma delas.

A atividade física surtiu benefícios até mesmo quando realizada em períodos abaixo do recomendado. No caso da

prática durante 10 a 149 minutos por semana, observou-se queda no risco de morte por gripe e pneumonia em 21%. De 150 a 300 minutos de prática, em 41%.

"Embora o tempo de 10 a 150 minutos semanais seja muitas vezes rotulado como

De 21% a 50%
É a faixa de redução na taxa de mortalidade conforme a prática de exercícios aeróbicos e a combinação com fortalecimento muscular.

insuficiente porque fica abaixo da duração recomendada, ele pode conferir benefícios à saúde em relação ao sedentarismo", enfatizam os pesquisadores. A equipe também ressalta que se trata de um estudo observacional. Com seus dados, não se pode estabelecer uma relação de causa e efeito entre a prática de exercícios e queda da mortalidade.

MAIO LARANJA / Secretaria de Segurança Pública tem esquema especial para identificar e prender suspeitos desses crimes, muitas vezes praticados em casa. Judiciário e sociedade civil também criam ações com o objetivo de acolher vítimas

Alerta contra abuso sexual de crianças

» MILA FERREIRA

No Distrito Federal, de janeiro a março de 2023, foram registrados 94 casos de estupro de vulnerável, sendo que 75% das vítimas neste período têm menos de 14 anos. Outro dado alarmante mostra que 77,7% dos estupros de vulneráveis registrados no primeiro trimestre deste ano aconteceram no interior das residências. Sensação de culpa, vergonha, medo, dor, mau desempenho escolar são apenas algumas das sequelas da exploração sexual em crianças e adolescentes. Esse tipo de violência pode prejudicar desde o convívio social até a saúde mental, interferindo no futuro da vítima, se algo não for feito para lidar com o trauma. Especialista ouvida pelo **Correio** explica que é preciso acompanhamento psicológico para que as crianças e jovens possam superar o trauma. Autoridades e sociedade civil estão mobilizadas no DF para combater a violência sexual infantojuvenil e também para ajudar as vítimas a superarem os traumas causados.

A importunação sexual também é uma forma de violência e pode provocar traumas e cicatrizes psicológicas. Na capital do país, 33% dos 170 casos de importunação sexual registrados nos três primeiros meses de 2023 ocorreram com menores de 18 anos. “A criança que foi abusada sexualmente tem uma mudança de comportamento que faz ela se retrair e explorar bem menos o mundo. Se ninguém percebe, ela vai tentando administrar sozinha, porque se sente envergonhada e com sentimento de culpa. Isso gera solidão e dano à autoestima da criança”, analisa a psicóloga Jhanda Siqueira.

A especialista explica que, para superar o trauma de uma violência sexual, é preciso que a vítima e os pais ou responsáveis vivenciem a situação ao invés de fingir que nada aconteceu. “Muitas famílias tentam abafar e não falar sobre o assunto. Mas uma forma de minimizar o trauma é afastar a vítima do abusador, não culpabilizar a vítima e dar amor. É importante levar a criança a espaços onde ela possa ser criança. E encaminhá-la a um psicólogo. É preciso passar pela dor para poder superá-la”, observa Jhanda.

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) destaca que esse tipo de violência, envolvendo vulneráveis, ocorre, na maioria das vezes, no interior de residências, em ambientes familiares, sendo a denúncia o principal mecanismo para que os órgãos de segurança possam elaborar estratégias de atuação preventiva e, ainda, para identificar e prender autores (**Confira no quadro ao lado como denunciar**).

Gravidez precoce

Além da possibilidade de contrair doenças, o abuso sexual sofrido por crianças ou adolescentes pode gerar também uma gravidez precoce e indesejada, o que certamente prejudicará a saúde da vítima. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera gravidez na adolescência, a gestação que ocorre entre 10 e 20 anos de idade. É considerada de risco, independentemente da presença de comorbidades associadas e o perigo aumenta consideravelmente nas jovens menores de 15 anos.

“O impacto físico vai desde síndromes hipertensivas, anemia, eclampsia, parto prematuro, restrição do crescimento fetal, podendo levar ao óbito materno. Para o bebê, as consequências principais são o baixo peso ao nascer e malformações congênitas”, explica o pediatra Henrique Flávio Gomes.

O profissional explica ainda que as consequências psicológicas de uma gravidez precoce podem reverberar em vários aspectos da vida da mãe. “Afastamento social na escola e sociedade, que pode se estender para dentro da própria família. Mudanças na autoimagem.



Pacífico

Mila Ferreira



Ação social: apresentação dos resultados do programa Vira Vida

Ansiedade e depressão. Abandono escolar e falta de profissionalização. Assustadores 80% das mães adolescentes são abandonadas pelos parceiros”, acrescenta o médico.

Educação sexual

Especialistas ouvidos pelo **Correio** pontuaram que a educação sexual precisa ser feita de forma coordenada entre família, escola e poder público. “O debate sobre a educação sexual é de extrema importância para as crianças. Não devemos esperar a adolescência para abordar o tema. De maneira lúdica, o tema pode ser abordado em diversas faixas etárias justamente para a criança saber como agir em um caso de tentativa de abuso sexual”, aponta o pediatra Henrique Flávio Gomes.

“É papel tanto da família quanto da escola educar sexualmente a criança. O jeito como os pais se expressam e abordam a própria relação na frente dos filhos também é uma forma de educar sexualmente. Os pais são espelhos de relações para os filhos. A escola também é importante, pois é onde estão as outras crianças da mesma idade. A escola também tem o papel de fornecer valores e ensinar as crianças a se relacionarem respeitando limites. É explicando limites que se previne abusos”, completa a psicóloga Jhanda Siqueira.

Conscientização

Dezoito de maio marca o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em alusão à data, ao longo de todo o mês, estão sendo realizadas atividades de conscientização, prevenção e combate à violência sexual infantojuvenil.

O Parque da Cidade tem recebido, durante o mês de maio, ações referentes ao combate à exploração sexual infantil. Para este mês, está previsto o lançamento da Rádio Ana Lúcia, com o objetivo de conscientizar os frequentadores do local e entrarem na luta contra a pedofilia, abusos às crianças, exploração infantil, de fomentar a publicidade das crianças desaparecidas do DF e vai transmitir ainda uma programação musical específica para o público infantil. Além disso, o foguetinho do Parque Ana Lúcia recebeu, pela primeira vez, iluminação especial em apoio ao Maio Laranja.

Combate e prevenção

A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) atua por meio de um protocolo criado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), validado em pesquisa científica de depoimento especial de crianças e adolescentes. Esses depoimentos são realizados desde 2018, com a instituição da Lei 13.491, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Esse depoimento especial é feito por profissionais capacitados, em ambiente adequado, dentro da DPCA, para que as crianças possam se sentir seguras.

O programa de Prevenção Orientada à Violência Doméstica (Provid), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), também contribui com a prevenção para interromper o ciclo da violência sem que elas sejam revitimizadas. O tratamento diferenciado é dado tanto às crianças e adolescentes quanto às vítimas ou testemunhas.

Virando vidas

O DF conta com uma tecnologia de intervenção social onde adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social — principalmente vítimas de abuso e violência sexual — têm acesso a um processo sociopsicopedagógico, que cria condições para que eles possam adquirir conhecimento e habilidades, recuperando a autoestima necessária para ingressar no mercado de trabalho. O projeto se chama Vira Vida, existe desde 2008 e foi criado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi). Até 2021, 595 alunos concluíram o processo e 372 foram inseridos no mercado de trabalho.

“São indivíduos que não tinham sonhos e estavam escondidos por serem vítimas da pior perversidade do homem que é a violência sexual. O Vira Vida resgata essas pessoas e devolve para a sociedade bem melhor do que quando chegaram. O processo dura 12 meses. Nós devolvemos dignidade para estes indivíduos. O Vira Vida resgata, qualifica, dá dignidade e ajuda na inserção socioproductiva deles”, descreve Cida Lima, assessora de responsabilidade social do Sesi-DF e coordenadora do programa Vira Vida.

Na última segunda-feira, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) promoveu o evento Faça bonito, aprendiz: bora virar vidas?, que reuniu representantes de instituições públicas e privadas com o objetivo de promover a inserção dos jovens do Vira Vidas no mercado de trabalho por meio da oferta de vagas de jovem aprendiz, estágio ou vínculo empregatício direto.

O MPDFT conta com o programa Adolescente Aprendiz, voltado para jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade extrema, que inclui vítimas de violência sexual. “Acreditamos que transformamos vidas por meio da ferramenta da profissionalização. A bolsa de aprendizagem está destinada para aqueles que jamais conseguiriam disputar uma vaga em iguais condições com outros jovens que tiveram oportunidades”, explica a vice-procuradora Selma Sauerbronn.

O **Correio** conversou com duas alunas do projeto Vira Vidas, vítimas de violência sexual, que declararam que o amor e acolhimento recebido foi fundamental para recuperarem a dignidade após os abusos sofridos. Juliana* (nome fictício), 18 anos, conheceu o

Como denunciar



- O registro de ocorrência pode ser feito em qualquer delegacia localizada nas regiões administrativas e também por meio da Delegacia Eletrônica, disponível em <https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/delegacia-eletronica>. (sugiro colocar QR Code)
- Denúncias também podem ser feitas pelo 197.
- Para casos específicos envolvendo crianças e adolescentes, o DF conta com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), localizado no Departamento de Polícia Especializada (DPE).

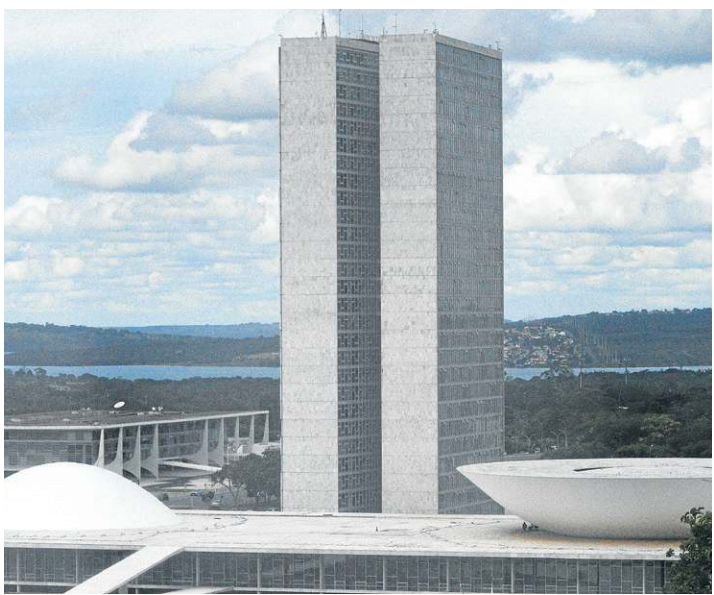
programa Vira Vidas por meio do Programa de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência e Riscos (PAV), para onde são encaminhados pelo Conselho Tutelar os jovens vítimas de violências. Por meio do Vira Vidas, Juliana entrou para o programa Jovem Aprendiz da Caixa e pôde vivenciar o mercado de trabalho. “O amor recebido aqui, nunca recebi em lugar nenhum”, conta ela. “Eu pretendo ser psicóloga no futuro. Quero fazer faculdade e ajudar as pessoas assim como eu fui ajudada”, completa a jovem.

Ângela* (nome fictício), 19, também conheceu o programa Vira Vidas pelo PAV e está trabalhando no MPDFT como adolescente aprendiz. “O programa está me ajudando muito. Agora, vejo que posso ter um futuro. Eu me enxergo com outra perspectiva de vida, descobrindo novos sonhos e podendo realizá-los”, afirma Ângela.



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

ED ALVES/CB/D.A.Press



Arcabouço fiscal pode mudar cálculo do Fundo Constitucional do DF

O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB) denunciou pelas redes sociais uma tentativa de redução do Fundo Constitucional do DF incluída no projeto do arcabouço fiscal em discussão no Congresso. A mudança não estava prevista na proposta original e foi inserida pelo relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). Pelo texto, o valor do Fundo Constitucional do DF passa a ser fixado anualmente por projeto de lei complementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo no limite da despesa primária, apurado a partir de 2024 para aplicar em 2025. Haverá uma estagnação nos valores do Fundo destinados à Segurança, Saúde e Educação. Hoje, a lei estabelece que o repasse para custeio da segurança pública do DF e de parte da saúde e da educação é calculado com base na variação da receita corrente líquida da União, no período de um ano até junho do exercício anterior. Ou seja, o Fundo Constitucional de 2024, por exemplo, será calculado levando em conta o valor atual mais o crescimento ou redução da receita de julho de 2022 a junho de 2023. Caso a mudança proposta por Cajado emplaque, o Distrito Federal voltará a depender da União sem autonomia para tomar decisões sobre a gestão na segurança, saúde e educação. É possível que o pedido de tramitação em urgência seja votado hoje e o projeto na próxima semana. O novo arcabouço fiscal é uma das prioridades da equipe econômica do governo Lula.

TV Brasília/Divulgação



Alerta

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Rodrigo Rollemberg, alertou a bancada do DF sobre as mudanças propostas pelo deputado Cláudio Cajado.

Crueldade

O secretário de Relações Institucionais do DF, Agaciel Maia, explica a alteração: "A correção passa a ser anualmente pela variação do limite de despesa primária do Poder Executivo da União. Significa dizer que o valor do FCDF, antes corrigido na variação da RCL da União, terá uma correção menor", afirma. "Essa atitude do relator, se aprovada, será de uma crueldade jamais vista com a população do DF", avalia Agaciel.



ED ALVES/CB/D.A.Press

PSol contra o arcabouço fiscal defendido por Haddad

O PSol, partido da base do governo Lula, ainda não fechou questão sobre a posição na votação do arcabouço fiscal no Congresso, mas haverá muitas dissidências se não houver uma determinação de cima para baixo. O deputado distrital Fábio Félix (PSol) não participa da votação, mas acompanha a discussão e é contra as novas regras fiscais defendidas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Estamos muito preocupados com o que isso pode gerar para várias políticas públicas", afirma o distrital. "Me parece que a maioria da bancada está contra, mas ainda não fechou questão. Eu acho que para o projeto fundacional do PSol é inegociável votar favorável", acrescenta.



Ascom/CLDF



Ana Maria Campos

Jantar para prestigiar líderes do PSD

Os principais líderes do PSD estiveram ontem no jantar oferecido pelo casal Paulo Octávio e Anna Christina Kubitschek no Royal Tulip Hotel. Estiveram no evento o presidente nacional, Gilberto Kassab, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), André de Paula (Pesca e Aquicultura) e Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), além dos líderes do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), e na Câmara, Antônio Brito (BA). Herdeiro político de JK e de Paulo Octávio, André Kubitschek fez um discurso enaltecendo o partido do bisavô. O governador Ibaneis Rocha (MDB) juntou com os líderes do PSD. "É a hora dos estadistas", afirmou Paulo Octávio em seu pronunciamento. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), também esteve no evento.



Divulgação/Lúcia Leal

Presidente do Correio também recebe homenagem

No jantar do PSD, o empresário Paulo Octávio, que preside o partido no DF, fez também uma homenagem a Guilherme Machado, novo presidente do Correio Braziliense, o "jornal mais importante da cidade".

Leila assume comando do PDT

A senadora Leila Barros (PDT-DF) assumiu ontem a presidência regional do PDT. A meta é organizar o partido para as próximas eleições que, agora, terá mais participação do grupo da ex-atleta do vôlei.



Geraldo Magalhães/Agência Senado

"Eu, por exemplo, faço isso com funcionário meu. É mais fácil. Eu saco dinheiro da minha conta e dou para minha mulher. Eu fico com medo de ficarem fiscalizando e xeretando a minha vida"

Valdemar Costa Neto, presidente do PL, em entrevista à GloboNews



"Entrevista de Valdemar da Costa Neto na GloboNews é uma tragicomédia burlesca"

Deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), presidente do PT, no Twitter



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEPULTAMENTO / Corpo do religioso foi enterrado ontem, na Cidade Ocidental. Pároco e reitor da Basílica Santuário São Francisco de Assis morreu na madrugada de segunda-feira, devido a complicações cardíacas

Despedida de Frei João Benedito

» MARIANA SARAIVA

Centenas de pessoas de paróquias da região Centro-Oeste acompanharam na tarde de ontem a última missa de corpo presente e o sepultamento de Frei João Benedito, no cemitério de Irmãs, localizado no Santuário Jardim da Imaculada, na Cidade Ocidental (GO). O pároco e reitor da Basílica Santuário São Francisco de Assis da Asa Norte morreu em decorrência de complicações cardíacas na madrugada de segunda-feira, aos 53 anos. O religioso teve um mal-estar na noite de domingo, durante a Santa Missa que encerrava a comemoração da elevação do santuário à basílica.

Entrar hoje nesse jardim para deixar o corpo do meu irmão me traz tristeza, mas também vem a alegria, porque, como católicos, acreditamos na ressurreição"

Frei Flávio, amigo de infância

O momento da despedida foi marcado pela emoção. Amigos, familiares e fiéis seguiram o cortejo entoando canções católicas, que começaram às 17h. Parentes do frei que moram em Paracatu (MG), cidade natal do religioso, locaram uma van

para estarem presentes à cerimônia, entre elas, a madrinha de batismo do pároco, Tereza Soares, 85. Chorando, ela recordou da infância do frei. "Vou sentir muita falta dele, mas sei que ele está em paz, parecia até que estava dormindo", disse.

A sobrinha Sabrina Araujo, 35, afirmou que a família não esperava uma partida tão repentina. "No sábado, estávamos com ele sorrindo e brincando. Foi muito inesperado. Ele era como um pai para todos os sobrinhos. Como ele era padre, nos adotou como filhos e nos tratava com todo amor, mas dava bronca quando tinha que dar. Vou lembrar dele com aquele sorrisão e o jeito brincalhão de sempre", comentou. Sabrina observou que João Benedito foi apaixonado pela Igreja a vida inteira. "Ele sempre contou que teve seu chamado quando criança. Não era um padre de apenas rezar a missa e ir embora. Ele era presente e ia na casa das pessoas,

brincalhão de sempre", comentou. Sabrina observou que João Benedito foi apaixonado pela Igreja a vida inteira. "Ele sempre contou que teve seu chamado quando criança. Não era um padre de apenas rezar a missa e ir embora. Ele era presente e ia na casa das pessoas,

Fotos: Mariana Saraiva



Frei João Benedito foi o responsável pela elevação do santuário à categoria de basílica



Cerimônia foi marcada pela emoção. Morte do religioso ocorreu de repente e surpreendeu a todos

dava conselhos aos casais, aos jovens", lembrou a sobrinha.

Muito abalada, a irmã Maria Isabel falou que vai lembrar do frei como um companheiro. "Meu irmão era tudo que alguém precisa ter na vida", disse. Para Isabela Araújo, filha de Maria, o tio era o centro da família e fará uma falta imensurável. É como se tivéssemos perdido as pernas. Ele era um tio que me ligava apenas para contar uma piada, que acompanhava toda a minha

trajetória, sempre me incentivava e acreditava em mim", desabafou.

Frei Flávio começou a carreira religiosa com João Benedito, seu amigo de infância e membro da mesma basílica. Ele esteve presente desde o momento em que Frei João passou mal e acompanhou as nove missas de corpo presente no DF e em Goiás celebradas em honra ao religioso. "Estava recordando que, 35 anos atrás, ainda jovens, nós dois passamos por essa rua (Rua do

Bosque, na Cidade Ocidental), que era apenas mato, para iniciarmos nossa caminhada na Igreja. Hoje, deixo o corpo do meu irmão e amigo aqui", lembrou, chorando. "Sempre terei lembranças boas porque Frei João foi uma pessoa muito boa e só fez o bem. Entrar hoje nesse jardim para deixar o corpo do meu irmão me traz tristeza, mas também vem a alegria, porque, como católicos, acreditamos na ressurreição", completou Frei Flávio.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Gentileza é felicidade

Sempre me interessei por matérias que envolvam uma arte de viver. Ser gentil quando tudo vai bem é fácil. O difícil é lidar com situações de conflito. Por isso, a psicóloga e jornalista Rosana Braga escreveu *A gentileza como bem-estar e felicidade* (Ed. Buzz). É baseado em pesquisas na área comportamental e corporativa. Rosana tem 11 livros publicados.

Resolvi fazer uma entrevista-réplica com ela (essa não é mediúnica) sobre o tema tão interessante e útil em nossas vidas. Fala, Rosana.

O que é a gentileza?

Parto do pressuposto de que ser gentil é ser firme, mas sem trair os seus valores. Às vezes, a pessoa tem toda a razão diante de uma circunstância, mas quando parte para a violência, perde a razão.

Ser gentil é ser bonzinho?

Não é ser bonzinho, não é ser bobo, não é desprezitar os seus sentimentos. É ter flexibilidade, quem não tem flexibilidade se quebra.

A gentileza é mais do que a urbanidade?

Com certeza, é mais do que educação ou polidez. Porque a educação é constituída por regras de boa convivência: “bom dia, boa tarde, dá licença”. Torna a comunicação funcional. Mas, quando você é gentil, transforma o ambiente mais humano.

De que maneira?

Gentileza tem muito a ver com empatia, com ouvir o outro. Quando você é reativo e impulsivo, é muito difícil praticar a gentileza.

O que leva as relações humanas a desandarem?

Você se irritou com uma pessoa, o desejo é revidar, dar o troco, pagar na

mesma moeda. As pessoas dizem: dou um boi para não entrar em uma briga, mas dou uma boiada para não sair. No fundo, isso incita a violência.

Simulemos uma situação. Estou dirigindo o carro, de repente, ouço a batida de outro carro na traseira. E aí, como fica a gentileza?

Claro que em um primeiro momento, você fica assustado. Mas é importante se colocar no lugar da outra pessoa, ver se alguém se machucou. As pessoas são mais importantes do que os carros. Depois, você vai ver o que de fato aconteceu, quem é o responsável, quem pagará o conserto. Mas, tudo de maneira gentil, não adianta sair xingando do carro, só vai causar mais estresse.

E se a outra pessoa não é gentil? Como se comportar?

Quem decide como se comporta é você. Às vezes, você pode ser mais incisivo, mas não precisa machucar.

Qual é o ganho em ser gentil?

Primeiro, ganha relações mais saudáveis e ambientes mais agradáveis. E, depois, amplia a capacidade de comunicação e de resolução de conflitos. O profissional gentil tem um valor cada vez maior nas empresas. As pessoas estão cada vez mais estressadas e deprimidas. A saúde psíquica é extremamente beneficiada pela gentileza. Como diz o título do meu livro, gentileza é bem-estar e felicidade.

LGBTQIA+ / Desde 2013, primeiro ano de vigência da autorização nacional para que os cartórios de registro civil realizassem matrimônios entre pessoas do mesmo sexo, o número cresceu quase sete vezes

Reconhecimento e vitória do amor

» ARTHUR DE SOUZA

Dez anos após a autorização que permitiu aos cartórios de registro civil realizarem casamento de pessoas do mesmo sexo, e 12 anos desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a união homoafetiva às heteroafetivas, o número desses matrimônios cresceu quase sete vezes. Em 2013, foram 83 celebrações, enquanto no ano passado foram 628. Até abril de 2023, os cartórios do Distrito Federal contabilizaram 2.369 enlases.

Os números são da Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), que colhe dados de nascimentos, casamentos e óbitos administrados pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil). A entidade reúne os 7.757 cartórios de registro civil do país. Eles são contabilizados a partir da publicação da Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que padronizou a atuação das unidades registras no país. Os casais femininos são a maioria, representando 52,1% do total, enquanto os masculinos aparecem com 47,9%.

Antes da publicação da norma, os cartórios eram obrigados a solicitar autorização judicial para celebrar casamentos que, muitas vezes, eram negados pelos magistrados por conta da ausência de lei, que até hoje não foi editada pelo Congresso Nacional. A questão foi superada pelo STF que, em 2011, entendeu existir os mesmos direitos entre casais heteros e do mesmo sexo.

O vice-presidente da Arpen-Brasil, Bruno Quintiliano, afirma que a evolução nos casamentos entre pessoas do mesmo sexo reflete não apenas na ampliação dos direitos e da igualdade para casais do mesmo sexo, mas também uma

mudança significativa na percepção social sobre a diversidade e o respeito às diferentes formas de amor e união. “O reconhecimento legal do casamento homoafetivo trouxe avanços importantes para a garantia dos direitos civis e a proteção jurídica desses casais”, ressalta. “Essa mudança reflete o compromisso com a igualdade e o respeito à diversidade, proporcionando a todos os casais, independentemente da orientação sexual, a oportunidade de formalizarem sua união e desfrutarem dos direitos e benefícios legais que o casamento oferece”, acrescenta Quintiliano.

Altos e baixos

Os matrimônios entre casais femininos totalizaram 1.235 das celebrações homoafetivas em cartórios do DF desde 2013. A advogada Paloma Gomes, 38 anos, e a jornalista Bárbara Mengardo, 33, fazem parte dessa estatística. “Posso dizer que isso nos deu e nos dá muita segurança, ainda mais com os últimos anos sombrios que vivemos no Brasil. É o que nos garante, por exemplo, entrar e permanecer uma ao lado da outra em hospitais sem maiores questionamentos”, comenta Paloma, que continua. “Parece algo simples, banal e corriqueiro para casais heteros, que dificilmente seriam questionados sobre o estado civil, caso precisassem acompanhar seus maridos ou esposas num hospital. Mas para o nosso público, nem sempre é tão fácil.”

Bárbara Mengardo reforça a fala da esposa. “A gente pode se casar, mas tudo relacionado ao casamento LGBT é precário ainda. Já tive dificuldade, por exemplo, em colocar a Paloma no meu plano de saúde”, comenta. “Fico muito feliz pelo aumento de casamentos homoafetivos, mas ainda é preciso

Vitor Barboni



Bárbara e Paloma comemoram, mas afirmam que os direitos da pessoa LGBTQ+ precisam avançar mais

avançar muito na questão dos direitos ao público LGBT, que decide se unir no civil”, aponta.

“Não saio de casa sem minha certidão de casamento. Bárbara é a minha esposa e ponto. Apenas espero e exijo que respeitem a nossa existência, como mulheres que amam outras mulheres e como família”, desabafa Paloma.

Didático

Francisco Monteiro e Luiz Eduardo Sarmento, ambos de 35 anos, se conheceram em 2012,

por meio de amigos em comum. De acordo com Francisco, desde a primeira noite que se viram, nunca mais se desgrudaram. “Dormimos todos os dias juntos desde aquele dia. Após um mês juntos, aconteceu o pedido de namoro e, seis meses depois, passamos a morar juntos”, recorda o arquiteto. “Soubemos da autorização para casamentos homoafetivos pelas redes sociais e, em 2015, para assegurar nossos direitos civis, decidimos procurar um cartório. Também oficializamos a união como um ato de

representatividade”, destaca.

Segundo Francisco, o casal não enfrentou nenhum tipo de preconceito da família ou dos amigos. Em relação ao crescimento de casamentos homoafetivos no DF, o arquiteto comemora as estatísticas. “Enxergo como algo didático para o restante da sociedade, pois uma iniciativa como essa ajuda a naturalizar a união entre casais do mesmo sexo. As crianças da nova geração vão crescer sabendo que existe mais de um tipo de casamento”, afirma.

Para saber mais

Casamentos civis homoafetivos no DF	
2013	83
2014	129
2015	120
2016	145
2017	171
2018	274
2019	280
2020	161
2021	227
2022	628
2023	151*

*até abril

Fonte: Arpen-Brasil

Quero casar

Hora das núpcias

Para realizar o casamento civil é necessário que os noivos, acompanhados de duas testemunhas (maiores de 18 anos e com seus documentos de identificação), compareçam ao cartório de registro civil da região de residência de um dos nubentes para dar entrada na habilitação do casamento. Devem estar de posse da certidão de nascimento (se solteiros), de casamento com averbação do divórcio (para os divorciados), de casamento averbado ou de óbito cônjuge (para os viúvos), além de documento de identidade e comprovante de residência.

INVESTIGAÇÃO

Acordo leva generais à CPI

» PABLO GIOVANNI

Um “acordo de cavalheiros” deve assegurar os depoimentos de personagens-chave para o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos. É esperado, nas próximas semanas, o comparecimento de generais do Exército Brasileiro na Câmara Legislativa (CLDF), após a aprovação de requerimentos na última sessão da CPI.

Apesar de todos estarem convocados, um acordo entre o Exército e os deputados distritais transformou em convites (quando não são obrigados a comparecer) a vinda do trio. Uma equipe do Exército compareceu à CPI na última semana, antes do depoimento do empresário suspeito de financiar os atos, Aduauto Lúcio Mesquita, inspecionando a

Casa e conversando com os parlamentares em cada gabinete. Os militares do Exército pediram que a comissão transformasse as convocações em convite e, com isso, confirmariam a presença dos generais.

“Recebemos uma delegação de militares, enviados pelo comandante do Exército (Tomás Paiva), onde ele pediu que nós transformássemos as convocações, de três generais, em convite. Com isso, ele garantiria a presença desses generais aqui, uma vez sendo convidados. Eles conversaram com todos os deputados”, contou o presidente da CPI Chico Vigilante (PT).

O primeiro a ser ouvido é o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto (CMP). O militar exonerado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é

alvo de desconfianças por ter protegido golpistas que invadiram os prédios dos Três Poderes, nas várias investidas do governo local de tentar desmobilizar o acampamento bolsonarista em frente ao Quartel-General do Exército.

Após, a CPI ouve o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), em 1º de junho. O general era considerado por muitos do núcleo do ex-governo como braço-direito do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Heleno e os integrantes da CPI chegaram a costurar um depoimento na CLDF, mas o general desistiu após ser orientado pelos advogados a não colocar “mais gasolina”.

Por fim, o general Marco Edson Gonçalves Dias, ou G.Dias, deve ser ouvido pelos distritais em 17 de junho. O general

Ed Alves/CB



Segundo emissários do comandante do Exército, generais comparecerão para depôr na CLDF

ocupava o cargo de ministro-chefe do GSI nos ataques do dia 8 e pediu demissão após imagens reveladas pela CNN Brasil mostrarem que o militar estava circulando dentro do Palácio do

Planalto durante os atos. A atuação do ex-ministro foi estopim para os distritais aprovarem a convocação do militar.

Antes dos generais, a CPI vai ouvir o indígena José Acácio

Serere Xavante, conhecido como cacique Tsereré, preso pela Polícia Federal em 12 de dezembro, o que desencadeou em atos golpistas em frente à sede da PF, no mesmo dia.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

“Você procurando respostas olhando pro espaço, e eu tão ocupado vivendo... Eu não me pergunto, Eu faço!”
Raul Seixas

SindiAtacadista/Divulgação



Sindiatacadista pede isenção de ICMS para medicamentos oncológicos

O presidente do Sindiatacadista, Álvaro Silveira Júnior, esteve ontem na Câmara Legislativa do Distrito Federal com o presidente da Casa, deputado Wellington Luiz, para tratar da isenção de ICMS de medicamentos usados no tratamento de câncer. Existe um convênio no Confaz que permite que o DF e os Estados concedam isenção para produtos oncológicos. Durante a audiência, o presidente do Sindiatacadista pediu para que, via CLDF, coloque em vigor na legislação distrital o benefício. Também participou do encontro o diretor do Sindiatacadista, Alaor Gomes.

Redução de preços

O Convênio nº 162/94 do Confaz autoriza a isenção do ICMS nas aquisições dos medicamentos destinados ao tratamento de câncer. Recentemente, foram incluídos novos medicamentos na autorização nacional. “Sabemos que quem tem câncer não pode esperar. Com a implementação do ICMS zero para esses remédios, o custo deles vai baixar e ficará mais acessível, principalmente para aqueles que têm dificuldades financeiras”, alerta o presidente do Sindiatacadista.

Buffet para casamentos

O Brasília Palace anunciou novidades. Um dos lugares mais bucólicos e cobijados para festas de casamento agora passa a oferecer o serviço de buffet próprio. Os mais conceituados cerimonialistas da cidade foram convidados para um evento especial, na noite de segunda-feira. Foi realizada uma recepção nos moldes das de casamento com decoração, música e cardápio especiais. “É mais um serviço de excelência que oferecemos. Uma opção de mais praticidade aos noivos poderem fechar vários serviços necessários à festa de casamento num contrato só”, contou o gerente comercial e de marketing da rede Plaza Brasília, Saulo Borges.



Samanta Sallum/CE/DA Press

Ênfase em obras e empregos

O governador Ibaneis Rocha está preparando sua participação na inserção de propaganda partidária do MDB nas tvs e rádios, prevista para ir ao ar na semana que vem. Ele vai falar sobre as realizações nas áreas de obras e social do DF. Mas está preferindo dar mais ênfase nas obras, por avaliar que ativam a economia da capital federal, gerando principalmente empregos, o que tira mais pessoas da necessidade da assistência social.

Ed Alves/CB/DA.Press



Ed Alves/CB/DA.Press



Lecionando sobre urbanismo

Apesar de optar por uma quarentena voluntária, o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano do DF Mateus Oliveira aceitou o convite do UniCeub para ser professor do curso Desenvolvimento Imobiliário do DF — Casos Concretos. O ex-integrante do GDF é advogado há 20 anos, com especialização em Urbanismo. O curso será realizado em oito sábados. A maioria das vagas já foi preenchida, mas ainda há algumas disponíveis. Mateus Oliveira, que tem mestrado no tema pela PUC/SP, abrirá a programação, no próximo sábado, com a aula Construindo as regras fundamentais para uso de terras: os casos da LUOS e do PPCUB.

Pacheco adia votação de projeto polêmico

O senador Rodrigo Pacheco (PSD) tirou da pauta de votação do Senado a MP aprovada na Câmara, que transfere 5% dos recursos do Sesc e do Senac — o que dá um total de R\$ 450 milhões — para a Embratur. O texto estava previsto para ser votado hoje. Mas a relatora, a senadora Daniela Ribeiro (PSD/PB) pediu mais tempo. A decisão também está relacionada à grande mobilização presencial do Sistema S feita ontem em todas as capitais do país contra a proposta. O abaixo-assinado chegou a 600 mil assinaturas. Pacheco também teria dado o sinal para que o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, tentasse, nesses próximos dias, algum entendimento com a CNC. Já são 25 recursos assinados por senadores, pedindo a impugnação dos artigos que mexem no orçamento do Sesc e Senac. Mas a matéria está prevista para voltar à pauta de votação na próxima terça.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Almoço executivo

A outra nova atração é que o restaurante Oscar inaugurou seu cardápio de almoço executivo. Criados pelo renomado chef Gerardo Costa, os sete pratos — duas entradas, três principais e duas sobremesas, para escolha —, têm ingredientes como o cordeiro e o bacalhau. O menu especial é servido de domingo a sexta-feira, por R\$ 96, acrescido de 10% de taxa de serviço.

Sindicombustíveis apoia nova política de preços da Petrobras

O presidente do Sindicombustíveis no DF, Paulo Tavares, avaliou como acertada a decisão da Petrobras de acabar com a paridade internacional dos preços, o PPI, que vem desde 2017. “Com o país sendo autossuficiente na produção do petróleo, teremos menos chances de sofrer com o impacto dos preços internacionais. Não sofreremos com a pressão de preços da OPEP, que é o maior cartel de petróleo do mundo. Outro ponto importante, hoje, 70% dos custos da Petrobras são em real. Inclusive os salários dos seus colaboradores. Neste sentido, em minha opinião, acho sim que a Petrobras adotou um modelo melhor, que não trará nenhum tipo de impacto à empresa, mas fortalecerá os preços num patamar mais razoável dentro do mercado interno brasileiro”.



Ed Alves/CB

COMBUSTÍVEIS / As reduções nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, anunciadas, ontem, pela Petrobras, passam a valer a partir de hoje para as distribuidoras. Postos do DF reajustaram tabelas antes do anúncio do governo

Procon fiscaliza abuso de preços

» ARTHUR DE SOUZA
» RAQUEL LIMA*

No dia em que a Petrobras anunciou redução nos preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha para as distribuidoras, a maioria dos postos do Distrito Federal corrigiram os preços da gasolina, de R\$ 5,49 para R\$ 5,79.

O Procon está atento às variações de preços. “Quando o órgão verifica suposta situação de abuso nos preços, o estabelecimento é autuado para apresentar as notas fiscais de compra e venda dos produtos para que se possa analisar se houve reajuste ou repasse de custos injustificados”, informou.

Ontem, a Petrobras anunciou que o valor da gasolina passará de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro, ou seja, haverá uma redução de R\$ 0,40. O preço médio ao consumidor final deve atingir R\$ 5,18 o litro.

As mudanças nos valores ocorrem após o anúncio da nova política de preços para os combustíveis derivados do petróleo, como gasolina e diesel, com o fim do atual modelo do Preço de Paridade de Importação (PPI), que vinculava as tarifas à flutuação do valor praticado no mercado internacional.

Alguns postos do DF chegaram a cobrar, ontem, R\$ 5,79 no litro da gasolina. “Os valores estão muito altos atualmente, mas essa redução vai ser só para enganar”, disse Eliane Silva, 35 anos, que abastece regularmente aos finais de semana. Para Carlos Alberto, 53, é evidente que a carestia nos preços dos combustíveis “vai ter uma redução, mas é muito pouco. Até melhora a situação, mas deveria baixar mais os valores”, ressaltou.

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindi-combustíveis-DF), Paulo Tavares, os preços não estavam altos

Raquel Lima CB



A placa do posto anuncia gasolina comum a R\$ 5,66. Com as medidas, o valor médio deve ser R\$ 5,29

antes da redução. “A Petrobras fez um anúncio surpresa, que ninguém estava esperando a retirada do PPI da sua política de preços e também fazer um

reajuste no preço da gasolina e do diesel. Eu não aumentei, mas alguns postos reajustaram e voltaram aos antigos valores, retirando as promoções isso é

muito natural”, argumentou.

A última redução da gasolina foi anunciada pela Petrobras, em 28 de fevereiro, enquanto a do diesel ocorreu em 28 de abril.

Fiscalização

Em nota, o Procon disse que fiscaliza rotineiramente postos de combustíveis no Distrito Federal, acompanhando o setor com atenção. Quando o órgão verifica suposta situação de abuso nos preços, o estabelecimento é autuado para apresentar as notas fiscais de compra e venda dos produtos para que se possa analisar se houve reajuste ou repasse de custos injustificado.

O Procon também pede que os consumidores realizem denúncias ao se depararem com situação duvidosa, enviando foto e endereço do posto de combustível para o e-mail 151@procon.df.gov.br.

O órgão recomenda que o valor de venda do combustível deva se basear no preço de compra do produto por parte dos postos revendedores, mas lembra que não existe tabelamento ou controle por lei de preços para o segmento.

*Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 16 de maio de 2023

» Campo da Esperança

Deusdeth Honório dos Santos, 90 anos
Francinaldo de Sousa Pereira, 39 anos
Josemir Donato Gomes, 58 anos
Laura Vitória Figueredo aa Silva Santos, menos de 1 ano
Maria Márcia Alves da Silva de Carvalho, 71 anos
Marilena de Loyola Fleury Martins de Araújo, 82 anos
Pedro Pires Neto, 69 anos

Rivalda Ramos Botelho, 80 anos
Sônia Maria Oliveira de Abreu Gomes, 55 anos
Teresinha de Jesus Menezes Fernandes, 83 anos

» Taguatinga

Alexandre Gomes da Silva, 44 anos
Fábio Ferreira dos Santos, 52 anos
Gilberto Barbosa de Araújo, 72 anos

José Morais Sobrinho, 64 anos
Lúcia Maria da Silva, 78 anos
Lúcio Back, 64 anos
Maria Alice Braz da Silva, 76 anos
Maria Hilda Pires da Costa Sousa, 75 anos
Maria Inês da Silva de Souza, 79 anos
Maria Socorro de Sousa, 66 anos
Otaclício Gomes, 80 anos

Rabílio Portela Barros, 62 anos
Raimundo Nonato Vieira, 80 anos
Ravi Vieira Santos, menos de 1 ano
Rebeca Yarin Gonçalves de Araújo, menos de 1 ano
Santina de Andrade Miguel, 79 anos

» Gama

Eliana Teixeira de Sousa, 68 anos

Iracema de Oliveira Leite, 95 anos
Leonardo da Fonseca, 82 anos
Nádia Pereira Vieira Andrade, 44 anos

» Planaltina

Anísia Ribeiro Dias, 80 anos
Daiane Costa Andrade, 23 anos
Maitê Alves Correia, menos de 1 ano
Maria Cardoso Machado, 93 anos

» Sobradinho

Edilene Oliveira Pereira, 38 anos
Jose Fernandes dos Santos, 93 anos

» Jardim Metropolitano

Apolo Borges Fernandes, menos de 1 ano (cremação)
Paulo Franklin Barreto Dourado, 77 anos (cremação)
Adeildo Pereira da Silva, 81 anos (cremação)



360 Graus

por Jane Godoy

Por Jane Godoy • janegodoy.df@dabr.com.br

"Não há nada bom nem mau, a não ser estas duas coisas: a sabedoria que é um bem e a ignorância que é um mal."

Platão

Muita música, dança, luzes e alegria

Foi o que a Associação dos Camaronêses em Brasília — ACB — organizou para a Grande Soirée Camaronêsa, em homenagem ao embaixador Martin Mbeng que, com sua embaixatriz Laura, completaram 15 anos na representação diplomática de seu país em Brasília. No sábado (13), no Clube Asbac, a festa foi cheia de atrações, cor e beleza, com desfile apresentando o exotismo das vestes de várias regiões daquele país, exposição de quadros, a gastronomia típica e muita música e dança. O ponto alto foi o pronunciamento do embaixador Martin Mbeng, enaltecendo o seu carinho e admiração pelos brasileiros e o prazer de aqui estar há tantos anos.

Fotos: Neide Cavalcante



Embaixatriz Laura e o embaixador do Cameroun, Martin Mbeng (centro), com Prudência Nkwain, Josephine Nkwain Geh, Bernice Nkwain Mengot e Christine Nkwain



Angeladebie Ramkisoen (Suriname), Hege Solheim Ruud (Noruega) e Tonika Maria Sealy-Thompson (Barbados)



Embaixador George Monteiro Prata e Mirian Woslanny Katharine Rodrigues de Sousa, Carlos Murilo Frade Nogueira e Enzo Rodrigues Teixeira de Andrade



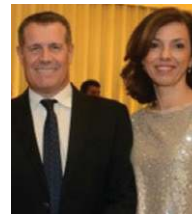
Rafael Zavata e Elodie Esteve (FAO), a esposa do conselheiro dos EUA Eugênia Barragan



Laura Mbeng, Lourdinha Fernandes e Bertha Pellegrino



Renata e o advogado Sávio de Faria Caram Zuquim



Pietro Lazzari e Enrica (Suíça)



Luiz Carlos Ballock e Rita



Michel Moudouté-Bell (Gabão) e Julie Pascale



Emmanuel Kamarianaks e embaixatriz Eleni Menegatos (Canadá), com o coronel Alessandro Marcos Alves



Ana Paula Hoff e o secretário para Assuntos Internacionais do DF, Paco Britto



Mona Lisa Barembaum, Carmen Minuzzi, Irene Maia, Sônia Couto, Carmen Bocorny e Kátia Kouzak

>>PINCELADAS

Arquivo pessoal



» Querida demais, batalhadora e sempre disposta a ajudar todo mundo e atender as necessidades que um evento tanto exige, chegou a vez dela ser homenageada. Daniele Antoni foi alvo de muito carinho, abraços e afagos na terça-feira (18 de abril), com um animadíssimo e concorrido almoço no restaurante Rei do Camarão, com a maravilhosa vista do Lago Paranoá ao fundo. Na foto, ela está com a responsável por toda a festa, Tathny Monteiro, Danielle Antoni, Ana Carolina Guimarães e Carminha Antoni.

Arquivo pessoal



» Para celebrar o Dia das Mães, Deise Aviz (na foto com a filha Catherine e Andrine Dutra) recebeu grande número de amigas na bela casa no Lago Norte, onde serviu um delicioso coquetel.

Arquivo pessoal



» Uma exposição, batizada com o sugestivo nome Pinceladas de Emoção, comemora os 63 anos do late Clube de Brasília. Os trabalhos são da artista plástica Jaqueline Marafon. Aberta na quinta-feira (11) ficará em cartaz até domingo (21), de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, sábados e domingos, das 8h às 18h. Na foto estão Cecília Moço, o comodoro Flávio Pimentel e Chris, Eliete de Pinho, Aureliza Corrêa, Jaqueline Marafon e Denise Elena.

>>PAINEL

MUITO CARINHO ENTRE PAI E FILHO - A quarta-feira (10) foi um dia de muita emoção no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), quando o ministro aposentado Carlos Mário Velloso recebeu o título de Cidadão Honorário, por indicação do deputado distrital Ricardo Vale (PT). Em seu discurso de apresentação do homenageado, mostrou a todos o que o levou a conceder ao magistrado o título que, a partir de então, o leva a se considerar brasileiro de coração e de direito. Nascido em Entre-Rios, no estado de Minas Gerais, Carlos Mário Velloso carrega consigo uma história exemplar como profissional do direito, presidente que foi do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Depois das homenagens por meio das palavras dos componentes da mesa, da vice-governadora, Celina Leão, chegou a vez do filho Camário (foto) se dirigir ao pai e, cheio de emoção, detalhou o que sentiu, ao longo da vida, ao acompanhar e registrar cada passo de sua longa carreira nos meios jurídicos. Do alto do dispositivo, o novo cidadão de Brasília, embevecido, sorvia cada palavra.

Neide Cavalcante



CIDADANIA / O Dia do Gari é celebrado em 16 de maio em todo o Brasil. No DF, os profissionais tiveram festa e folga do exaustivo trabalho, em reconhecimento ao serviço que prestam à sociedade

Impossível viver sem eles

» NAUM GILÓ
» JÚLIA ELEUTÉRIO

Os garis são os responsáveis por retirar das ruas, praças, parques e demais logradouros públicos tudo aquilo que é descartado pela população. Ainda há quem não dê o devido valor a esses profissionais, mas a verdade é que a vida sem eles seria impossível. Para homenagear esses trabalhadores essenciais, foi criado o Dia do Gari, celebrado ontem, em todo o Brasil.

No Distrito Federal, são cerca de 5 mil profissionais para manter as áreas públicas limpas. Segundo o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a maioria ainda é formada por homens. As mulheres correspondem a 35% do total.

Ontem, além de uma data que relembra a importância das tarefas que exercem, os garis do DF também ganharam um dia de folga, ótima oportunidade para descansar um pouco da correria do dia a dia. Stéphane Cordeiro, 34 anos, ficou em casa, com a família. "Tirando o trato grosseiro que algumas pessoas têm com a gente, o resto é tranquilo. Tenho grande satisfação com o meu trabalho, porque mostramos a importância da limpeza", orgulha-se. Ela está na limpeza urbana há nove meses, após um ano afastada do mercado de trabalho por causa da gravidez do filho mais novo.

Moradora do Recanto das Emas, Stéphane atua na região da Praça do Relógio, em Taguatinga. "As pessoas acham que, por sermos garis, não temos educação e estudo, mas isso não é verdade", reclama Cordeiro, que dá a dica para todos que usufruem dos serviços de limpeza pública. "Um bom dia ou um café oferecido já mudam o nosso dia", sugere. "É um trabalho cansativo, exaustivo, mas não podemos

Acervo pessoal



Stéphane Cordeiro aproveitou a folga do Dia do Gari em casa

desistir. Neste dia, eu desejo a todos os garis que trabalhem com alegria e aproveitem a vida."

Festa

Para celebrar a data, o SLU promoveu, ontem, uma grande festa para os trabalhadores. Presente à comemoração que ocorreu no Distrito de Limpeza Norte, próximo ao Noroeste, o governador Ibaneis Rocha (MDB) agradeceu o serviço prestado pelos garis à capital federal. "A população do DF para além de reconhecer o trabalho de vocês, merece ficar um dia sem coleta de lixo para ter a conscientização de quanto se produz lixo na cidade. Temos que conscientizar a todos sobre a importância da coleta e do trabalho que os garis realizam", afirmou o chefe do Executivo local. A celebração contou com

Carlos Vieira/CB/D. A Press



Cleiton de Oliveira sonhava havia 10 anos com o trabalho na limpeza urbana

Origem da palavra

A palavra "gari" faz referência ao fundador da primeira empresa de limpeza urbana do Rio de Janeiro, Pedro Aleixo Gary. Os serviços foram contratados em 1876 pelo Ministério Imperial para remover o lixo das casas, ruas e praças da então capital do império.

Dia do Gari

Foi instituído no DF pela Lei Distrital nº 6.104, de 2 de fevereiro de 2018, e regulamentada pelo Decreto nº 43.320, de 16 de maio de 2022.

dezenas de atrações e serviços, incluindo o sorteio de mais de R\$ 200 mil em prêmios. Foram vários produtos, como celulares e computadores, doados pela Receita Federal. "Isso é reconhecer

Renato Alves/ Agência Brasília



O governador Ibaneis Rocha participou das comemorações



Para Francisco Wellington, o ofício é gratificante

gripe e covid-19, emissão de documentos e outros serviços ofertados gratuitamente. Cleiton de Oliveira, 37, foi um das dezenas de garis que compareceram ao encontro. Há dois meses na limpeza urbana, na capinagem, ele comemora o ofício que tem. "Na verdade, queria entrar nesse ramo há 10 anos. Agora que eu consegui, a felicidade é total, consigo melhorar a renda da família", revela o morador de Santa Maria. Gustavo Felipe Costa dos Santos, 20, também mora em Santa Maria e está há um ano na coleta. "Não acho cansativo, só o sol que mata", pondera o jovem, que estava desempregado até surgir a oportunidade. "Boa parte das pessoas não valoriza o nosso serviço, principalmente no Lago Sul, onde eu trabalho. Mas muita gente oferece água, entende o valor do que a gente faz", pondera Gustavo.

a importância do nosso gari", enfatizou o diretor-presidente do SLU, Silvio Vieira.

Além das apresentações culturais, os funcionários receberam lanche, corte de cabelo, vacinação contra

Aos 21 anos, Ítala Vitória trabalha na varrição há um ano e meio. "O dia a dia é difícil, por causa da falta de consciência das pessoas com a limpeza e o preconceito. As pessoas falam que sou nova e bonita e que poderia estar fazendo outra coisa da vida. Mas foi uma grande oportunidade para mim. Foi aqui que consegui uma bolsa de estudos. Agora, estou fazendo faculdade de gestão ambiental", conta. Ítala começou no SLU como jovem aprendiz antes de ser efetivada. "A profissão está sendo mais valorizada. Agora, temos o Dia do Gari, mas ainda é cansativo. Desejo para nós muita força de vontade, que os garis se dediquem cada vez mais e abracem essa chance", diz a jovem.

Francisco Wellington, 29, trabalhava como motoboy até cinco anos atrás e sonhava em conseguir um emprego no SLU. "Estou na empresa faz dois anos e a gente, graças a Deus, está tendo o valor que era para ter há muito tempo", comemora. Para ele, é gratificante atuar como gari. "Espero que, a cada dia e ano que se passam, o nosso trabalho seja mais valorizado, porque merecemos. Trabalhamos de baixo de sol e de chuva. Estamos deixando tudo limpinho para a população e para nós."

Ao pensar no futuro, Francisco não pestaneja em dizer que pretende continuar sendo gari por mais tempo. "É uma empresa que supre todas as necessidades que minha família precisa, além do prazer de ver as ruas limpas. Um dia de folga da gente e vira uma bagunça", comenta o morador do Sol Nascente. A profissão também lhe deu consciência. "Eu era o tipo de pessoa que jogava meu lixo na rua sem saber da importância de não fazer isso. Depois que entrei, percebi como é fundamental a reciclagem e a coleta", completa.



CARTÃO BRB S.A.
CNPJ 01.984.199/0001-00



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
AVISO

As demonstrações contábeis da Cartão BRB S.A. apresentadas a seguir foram elaboradas em formato resumido de acordo com o Parecer de Orientação da CVM n.º 39, de 20 de dezembro de 2021 e, por essa razão, não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento adequado da situação financeira e patrimonial da Companhia exige a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404/1976.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) <https://correio.braziliense.com.br/>
b) <https://www.brbcard.com.br/acesso-a-informacao/>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	CARTÃO BRB S.A.		CONSOLIDADO		Passivo	CARTÃO BRB S.A.		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado		Reapresentado			Reapresentado		Reapresentado	
Circulante	1.938.100	1.716.227	1.879.773	2.089.375	Circulante	1.242.260	1.215.808	1.252.766	1.414.952
Caixa e Equivalentes de Caixa	525.157	74.076	542.924	167.235	Obrigações com Terceiros	1.241.493	1.215.101	1.251.894	1.336.074
Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	4.203	83.252	11.068	91.557	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	767	707	767	2.848
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.116.289	1.136.930	1.126.860	1.151.662	Passivos de Operações Descontinuadas	-	-	105	76.030
Outros Créditos	270.246	410.431	170.508	627.441	Não Circulante	29.040	27.384	274.649	249.299
Outros Valores e Bens	22.205	11.538	22.557	11.773	Obrigações com Terceiros	20.630	18.220	266.239	239.675
Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	5.856	39.707	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.410	9.164	8.410	9.624
Não Circulante	458.746	632.055	773.188	679.966	Patrimônio Líquido	1.125.546	1.105.090	1.125.546	1.105.090
Realizável a Longo Prazo	21.915	17.930	263.833	190.463	Capital:				
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.338	615	1.338	615	De Domiciliados no país	506.560	506.560	506.560	506.560
Outros Créditos	20.577	17.315	262.495	189.848	Reserva Legal	96.506	88.072	96.506	88.072
Investimentos	421.356	601.605	484.625	467.460	Reserva de Lucros	522.480	510.458	522.480	510.458
Imobilizado de Uso	6.039	3.026	14.451	11.945					
Arrendamentos Operacionais	8.145	9.197	8.145	9.197					
Intangível	1.291	297	2.134	901					
Total do Ativo	2.396.846	2.348.282	2.652.961	2.769.341	Total Do Passivo	2.396.846	2.348.282	2.652.961	2.769.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	CARTÃO BRB S.A.		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Receita Operacional Líquida	226.924	361.422	305.527	432.247
Custos dos Serviços Prestados	(138.974)	(113.548)	(198.835)	(158.934)
Resultado Bruto	87.950	247.874	106.692	273.313
Despesas e Receitas Operacionais	78.310	659.818	8.658	(78.467)
Despesas De Pessoal	(48.491)	(39.096)	(58.908)	(50.228)
Despesas Administrativas	(11.176)	(6.948)	(16.201)	(10.432)
Despesas De Comercialização	(44.955)	(21.651)	(45.108)	(24.807)
Despesas Tributárias	(7.085)	(5.350)	(7.760)	(5.750)
Depreciação/Amortização	(1.879)	(2.452)	(3.037)	(2.926)
Equivalência Patrimonial	104.356	724.859	47.084	(2.009)
Provisão ao Valor Recuperável	(998)	(8.230)	(998)	(8.230)
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	88.538	18.686	93.586	25.915
Resultado Antes das Receitas/ Despesas Financeiras Líquidas de Impostos	166.260	907.692	115.350	194.846
Receitas Financeiras	56.424	21.982	69.235	28.193
Despesas Financeiras	(1.140)	(13.191)	(1.628)	(13.375)
Resultado Não Operacional	165	122.802	72.795	1.071.741
Resultado Antes dos Impostos	221.709	1.039.285	255.752	1.281.405
Contribuição Social	(18.962)	(57.097)	(20.157)	(84.555)
Impostos De Renda	(30.086)	(74.446)	(33.580)	(150.834)
Ativo Fiscal Diferido	3.236	(5.971)	2.498	(13.147)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	175.897	901.771	204.513	1.032.869
Participação nos Lucros e Resultados	(4.386)	(3.555)	(6.159)	(6.061)
Operações Descontinuadas				
Prejuízo após os Tributos Provenientes de Operações Descontinuadas	-	-	(26.843)	(128.592)
Resultado Do Exercício	171.511	898.216	171.511	898.216
Quantidade De Ações	3.941.551	3.941.551	3.941.551	3.941.551
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) – R\$	43,51	227,88	43,51	227,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	CARTÃO BRB S.A.		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Lucro Líquido	171.511	898.216	171.511	898.216
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente	171.511	898.216	171.511	898.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo Reajustado em 31 de dezembro de 2020	432.263	73.784	43.019	-	549.066
Aumento de Capital	74.297	(74.297)	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	898.216	898.216
Constituição de Reserva Legal	-	-	44.912	(44.912)	-
Constituição de Outras Reservas de Lucros	-	511.112	-	(511.112)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(163.700)	(163.700)
Dividendos Pagos	-	-	-	(178.492)	(178.492)
Saldo Reapresentado em 31 de dezembro de 2021	506.560	510.599	87.931	-	1.105.090
MUTAÇÕES NO PERÍODO	74.297	436.815	44.912	-	556.024
Lucro do Exercício	-	-	-	171.511	171.511
Constituição de Reserva Legal	-	-	8.576	(8.576)	-
Constituição de Outras Reservas de Lucros	-	98.837	-	(98.837)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(64.098)	(64.098)
Dividendos Pagos	-	(86.957)	-	-	(86.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	506.560	522.479	96.507	-	1.125.546
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	11.880	8.576	-	20.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	CARTÃO BRB S.A.		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado		Reapresentado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO	171.511	898.216	144.668	769.623
LUCRO LÍQUIDO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	26.843	128.593
LUCRO (PREJUÍZO) AJUSTADO	88.391	201.420	162.529	(6.119)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	457.072	(16.093)	621.718	(370.784)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	245.718	140.100	8.280	468.915
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(251.709)	(241.493)	(254.309)	(238.892)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	451.081	(117.486)	375.689	(140.761)
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2021	74.076	191.562	167.235	307.996
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2022	525.157	74.076	542.924	167.235
AUMENTO/ DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	451.081	(117.486)	375.689	(140.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto operacional

A Cartão BRB S.A. ("BRBCARD"; "Cartão BRB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília-DF, controlada pelo BRB - Banco de Brasília ("BRB", "Banco", "Controlador"), constituída com o objetivo de administrar e processar transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de cartões de pagamento, prê ou pós-pagos, de moeda nacional ou estrangeira, mediante a utilização de instrumentos de pagamento, além de emitir instrumentos de pagamentos e credenciar recebedores para aceitação dos instrumentos de pagamento.

Por meio de suas controladas, a Cartão BRB atua, também, nos segmentos de corretagem de seguros, planos de saúde e afins, consórcios e planos de viagem, cobrança e recuperação de ativos, avaliação e leilão de bens, teleserviços, serviços de gestão administrativa e financeira, de recursos humanos, de cadastro de clientes e fornecedores, serviços de manutenção,

suporte, soluções e tecnologia da informação em geral e logística, podendo participar, inclusive, em outras sociedades ou associações.

Além disso, a Companhia está presente no segmento de "adquirência", com serviços correlatos à captura de transações com cartões de crédito e de débito e serviços relacionados ao credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços por intermédio da *joint venture* formalizada com a Global Payments South América Serviços de Pagamentos S.A. ("Global").

Nota 2 - Base de preparação

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007

e 11.941/2009, com as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis consolidadas (Cartão BRB S.A. - Consolidado) abrangem as empresas controladas diretamente, BRB - Administradora e Corretora de Seguros S.A. ("Seguros BRB") (percentual de participação: 100%) e BSB Participações S.A. (percentual de participação: 99,99%), e a controlada indiretamente, BRB Serviços S.A. (anteriormente denominada BSB Administradora de Ativos S.A.), vinculada a Seguros BRB com um percentual de participação de 100%.

Em observância às práticas contábeis aplicáveis, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados por ocasião da consolidação das demonstrações contábeis.



CARTÃO BRB S.A.
CNPJ 01.984.199/0001-00



O investimento na *joint venture* Global Payments Serviços de Pagamentos S.A., agora, EntrePay Serviços de Pagamentos S.A., foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei n.º 6.404/1976 e de acordo com o CPC 18 (RZ) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, considerando a venda da participação societária o saldo do investimento foi apurado com base nos balanços levantados em 31 de dezembro de 2022 e balanço de 31 de dezembro de 2021.

O valor contábil dos investimentos são atualizados ao valor equivalente da participação societária.

A elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, a provisão para valor recuperável, a provisão para contingências e demais provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2023.

b) Reapresentação dos saldos comparativos

i) Transações a Processar de Cartões de Crédito – Chargeback e Reapresentações de Transações com Cartões de Crédito

O processo de chargeback consiste na devolução do débito ao credenciador do estabelecimento comercial onde a despesa, objeto da contestação, foi efetuada e, paralelamente, na realização de um crédito em confiança na fatura do portador do cartão. Caso não haja reapresentação do

chargeback – segunda apresentação da transação – pelo adquirente, o crédito permanece na fatura do portador.

Por meio de estudo qualitativo e quantitativo que levou em consideração a legislação e normativos relacionados aos processos contábeis, a coleta de documentos gerenciais, balanços e balancetes, além de entrevistas realizadas com os gestores de diferentes áreas da Cartão BRB, foi reavaliado a adequação de controles e a efetividade dos processos de conciliação, bem como, considerando o processo corrente de migração da processadora atual para uma nova no exercício 2023, a Administração entendeu por estes a apropriação ou baixa dos valores conforme apurado, uma vez não sendo possível verificar a liquidação dos mesmos junto aos estabelecimentos comerciais e com os adquirentes.

Considerando o início dos trabalhos de auditoria interna, apurou-se para o exercício de 2020 ajustes retrospectivos na ordem R\$ 108 como recuperação de outros créditos e apropriação de despesa com variação cambial referente às liquidações em moeda estrangeira no valor de R\$ 959. Para o período em curso, apurou-se crédito tributário de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 310.

No exercício de 2021, apurou-se com efeito no exercício a apropriação de perda com baixa de transações de chargeback e reapresentação o valor de R\$ 1.333 e apropriação de despesa com variação cambial referente às liquidações em moeda estrangeira o valor de R\$ 630. Para o período em curso apurou-se crédito tributário de PIS e COFINS no valor de R\$ 39 e de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 252.

ii) Transações Armazenadas e Rejeitadas de Cartões de Crédito

O processo de transações armazenadas e rejeitadas de cartões de crédito consiste no processo transitório do processamento a ser verificado por área de *backoffice* e alocado a conta cartão quando da efetiva identificação e da baixa quando da não identificação. Parte dos ajustes foram verificados com o origem no próprio processamento e que, considerando o processo

corrente de migração da processadora atual para uma nova no exercício 2023, a Administração entendeu por estes a apropriação ou baixa dos valores conforme apurado, uma vez que não foi possível verificar a regularização dos saldos a contas de clientes.

Considerando o início dos trabalhos de auditoria interna, apurou-se para o exercício de 2021 ajustes retrospectivos na ordem R\$ 619 como apropriação de perda com baixa de transações armazenadas e rejeitadas.

Para o ajuste dos saldos de transações a processar com chargeback apurou-se os valores conforme tabela resumo abaixo:

Exercício	Chargeback Reapresentação	Armazenadas Rejeitadas	Variação Cambial	PIS COFINS	IRPJ CSLL	Total
2020	108	-	(958)	-	309	(541)
2021	(1.333)	(619)	(629)	39	253	(2.289)
Total	(1.225)	(619)	(1.587)	39	562	(2.830)

iii) Reapresentação de Valores Comparativos pelas Operações Descontinuadas na BRB Seguros

Em função da parceria comercial firmada em 2021 entre BRB Seguros (Controlada) e WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A., pela venda da operação de seguros, os saldos comparativos oriundos das informações consolidadas com a Controlada estão sendo reapresentados de forma a permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis resultante da descontinuidade das atividades operacionais. Foram efetuados as reclassificações nos saldos de 2021 com efeito no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, segregando as operações em continuadas e descontinuadas.

Com efeito às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2021 da BRBCARD, tem-se o quadro a seguir:

Balanço Patrimonial

	Cartão BRB S.A.						Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Consolidado	Ajuste	Reapresentado	
Circulante	1.719.057	(2.830)	1.716.227	2.075.522	13.853		2.089.375	
Caixa e Equivalente de Caixa	74.076	-	74.076	167.976	(741)		167.235	
Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	83.252	-	83.252	91.557	-		91.557	
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.136.930	-	1.136.930	1.173.020	(21.358)		1.151.662	
Créditos a Receber de Empresas Ligadas	401.890	-	401.890	317.423	-		317.423	
Outros Créditos	11.371	(2.830)	8.541	312.848	(2.830)		310.018	
Outros Valores e Bens	11.538	-	11.538	12.698	(925)		11.773	
Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	39.707		39.707	
Não Circulante	632.055	-	632.055	696.649	(16.683)		679.966	
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	615	-	615	5.844	(5.229)		615	
Créditos Tributários	17.176	-	17.176	21.036	(2.860)		18.176	
Outros Créditos	139	-	139	171.672	-		171.672	
Investimentos em Controladas	601.605	-	601.605	467.460	-		467.460	
Outros Ativos	12.520	-	12.520	30.637	(8.594)		22.043	
Total do Ativo	2.351.112	(2.830)	2.348.282	2.772.171	(2.830)		2.769.341	
Circulante	1.215.808	-	1.215.808	1.406.260	8.692		1.414.952	
Outras Obrigações	1.215.808	-	1.215.808	1.406.260	(67.338)		1.338.922	
Passivos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	76.030		76.030	
Não Circulante	27.384	-	27.384	257.991	(8.692)		249.299	
Outras Obrigações	27.384	-	27.384	257.991	(8.692)		249.299	
Patrimônio Líquido	1.107.920	(2.830)	1.105.090	1.107.920	(2.830)		1.105.090	
Total do Passivo	2.351.112	(2.830)	2.348.282	2.772.171	(2.830)		2.769.341	

No quadro a seguir demonstram-se os efeitos no resultado líquido do período comparativo no valor de R\$ 2.289:

Demonstração do Resultado do Exercício

	Cartão BRB S.A.						Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Consolidado	Ajuste	Reapresentado	
Receita Operacional Líquida	361.383	39	361.422	626.349	(194.102)		432.247	
Custos dos Serviços Prestados	(113.548)	-	(113.548)	(186.148)	27.214		(158.934)	
Resultado Bruto	247.835	39	247.874	440.201	(166.888)		273.313	
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	(64.413)	(628)	(65.041)	(96.068)	19.610		(76.458)	
Equivalência Patrimonial	724.859	-	724.859	(2.009)	-		(2.009)	
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	908.281	(589)	907.692	342.124	(147.278)		194.846	
Receitas e Despesas Financeiras	8.791	-	8.791	12.150	2.668		14.818	
Resultado Não Operacional	124.753	(1.951)	122.802	1.073.693	(1.952)		1.071.741	
Resultado antes dos Impostos	1.041.825	(2.540)	1.039.285	1.427.967	(146.562)		1.281.405	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(137.765)	251	(137.514)	(518.977)	270.441		(248.536)	
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	904.060	(2.289)	901.771	908.990	123.879		1.032.869	
Participação nos Lucros e Resultados	(3.555)	-	(3.555)	(8.485)	2.424		(6.061)	
Prejuízo após os Tributos Provenientes de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	(128.592)		(128.592)	
Resultado do Exercício	900.505	(2.289)	898.216	900.505	(2.289)		898.216	

No quadro a seguir demonstra-se os efeitos no resultado abrangente do período comparativo no valor de R\$ 2.289:

Demonstração do Resultado Abrangente

	Cartão BRB S.A.						Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Consolidado	Ajuste	Reapresentado	
Lucro Líquido	900.505	(2.289)	898.216	900.505	(2.289)		898.216	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-		-	
Resultado Abrangente	900.505	(2.289)	898.216	900.505	(2.289)		898.216	

Com efeito, demonstram-se as mutações do patrimônio líquido no quadro seguinte:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Publicado			Ajustado		
	Lucros Acumulados	Total	Ajustes	Lucros Acumulados	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	549.606	(540)	-	549.066	
Lucro/ Prejuízo do Exercício	900.505	900.505	(2.289)	898.216	898.216	
Constituição de Reserva Legal	(45.025)	-	113	(44.912)	-	
Constituição de Outras Reservas de Lucros	(513.288)	-	2.176	(511.112)	-	
Dividendos a Distribuir	(163.700)	(163.700)	-	(163.700)	(163.700)	
Dividendos Pagos	(178.492)	(178.492)	-	(178.492)	(178.492)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.107.919	-	549.066	1.105.090	
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	558.313	-	-	556.024	

No quadro seguinte, demonstra-se a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Consolidado	Ajuste	Reapresentado	
Lucro Líquido	900.505	(2.289)	898.216	900.505	(130.882)		769.623	
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	-	-	-	-	128.593		128.593	
Ajuste Operação Descontinuada	-	-	-	-	881		881	
Ajuste para o Resultado	(696.796)	-	(696.796)	(904.335)	(881)		(905.216)	
Lucro Ajustado	203.709	(2.289)	201.420	(3.830)	(2.289)		(6.119)	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(16.093)	-	(16.093)	(371.883)	1.099		(370.784)	
FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	140.100	-	140.100	471.530	(2.615)		468.915	
CAIXA PROVENIENTE (USADO EM) DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(241.493)	-	(241.493)	(239.667)	775		(238.892)	
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(117.486)	-	(117.486)	(140.020)	(741)		(140.761)	
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(117.486)	-	(117.486)	(140.020)	(741)		(140.761)	

Nota 3 - Principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos das contas correntes mantidas em instituições financeiras (disponibilidades) e as aplicações financeiras, cujo prazo de resgate é inferior a 90 (noventa) dias em relação à data da aplicação e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e determinados instrumentos financeiros que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros refere-se a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se concomitantemente:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem marítimos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:



CARTÃO BRB S.A.
CNPJ 01.984.199/0001-00



Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

• A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao Valor Recuperável

• Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

Em 2018, por meio do Ofício 17645/2018-BCB/DESUP/GTBHO/COSUP-01, o Banco Central realizou oito apontamentos ao BRB, demonstrando que a operação de Empréstimo Rotativo de Cartão - ERC realizada com um Cartão BRB possuía algumas inconsistências que deveriam ser sanadas, entre elas o reconhecimento de receita financeira no Cartão BRB decorrente da intermediação financeira realizada com recursos do BRB.

Em suma, o Banco Central reforçou que a atividade de financiamento de clientes é uma operação de crédito em essência e, portanto, privativa de instituições financeiras. Diante desses apontamentos, foi determinado que a carteira com características de operação de crédito de titularidade da Cartão BRB fosse integralmente transferida para o Banco, de modo que as fragilidades identificadas pelo órgão regulador fossem superadas.

Em dezembro de 2021, após reorganização societária e com aprovação das alçadas competentes em ambas as Companhias, houve a migração da carteira com características de operação de crédito para o Banco, permanecendo no Cartão BRB apenas a carteira de operações à vista, a qual não possui características de operação de crédito.

Nas operações de meio de pagamento pós-pagas, a carteira com características de operação de crédito é composta pelas modalidades de rotativo em dia, rotativo em atraso, parcelado com juros e renegociações, sendo a modalidade de crédito rotativo aconada quando não ocorre o pagamento integral da fatura de cartão de crédito na data do vencimento.

d) Despesas Antecipadas

As despesas pagas antecipadamente referem-se a serviços ou produtos cujos benefícios ou direitos serão usufruídos em períodos futuros, desta forma, em alinhamento aos preceitos contábeis, o valor é diferido ao longo do tempo ou de acordo com os contratos relacionados.

As despesas antecipadas compreendem o diferimento referente aos custos com a emissão de cartões de crédito, considerando na metodologia variáveis como a vida útil do plástico, por segmento, e sua utilização em função do potencial de originação de receitas ao longo do tempo de uso.

De acordo com as metodologias de controle adotadas pela Cartão BRB, as despesas antecipadas são baixadas contra resultado, quando verificado que já não possuem capacidade para geração de benefícios econômicos futuros.

e) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei n.º 6.404/1976, e apurados com base nos balanços levantados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

O valor contábil de outros investimentos em controladas, ainda que não possuam influência significativa, são atualizados ao valor equivalente da participação societária.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de teste. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Cartão BRB avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se torna uma propriedade para investimento, contabiliza-se a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

Os demais investimentos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam influência significativa e são reconhecidos pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes, quando aplicável.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Edificações	8,00%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20,00%
- Demais itens	10,00%

O saldo residual, custo de aquisição corrigido e deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

g) Operações de Arrendamento Mercantil Operacional

Os contratos de arrendamento são analisados a luz do CPC 06 (R2) Arrendamentos e reconhecidos de acordo com o prazo do contrato e se o ativo subjacente é de baixo valor. Quando não suprida a norma, os aluguéis são reconhecidos como despesa no período do contrato.

h) Intangível

Os ativos registrados no Intangível satisfazem o critério de identificação de um ativo intangível, nos termos da Lei n.º 11.638/07, e contemplam os direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, sendo consideradas nessa categoria a aquisição de patentes, direitos de uso, marcas comerciais, licenças de uso de sistemas e softwares.

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Para determinar as taxas anuais de amortização são utilizados como critérios de avaliação os documentos contratuais, as restrições de uso, os benefícios econômicos futuros e a vida útil:

- Sistemas Lógicos	20,00%
- Demais itens	10,00%

Os ativos intangíveis têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor, por meio de testes realizados por especialistas internos ou externos à Companhia.

i) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização, sendo os ativos classificados como circulantes quando a realização ou a liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

j) Redução do valor recuperável de ativos - Impairment

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

k) Passivos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Cartão BRB são efetuados de acordo com o CPC 48, sendo inicialmente reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que a Cartão BRB se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cartão BRB incluem fornecedores e outras contas a pagar, depósitos em contas de pagamento (pré-pagas), obrigações de arranjo de pagamentos, empréstimos, provisões passivas e transações a processar de cartões de crédito e pré-pagos.

Os passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii) instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

i) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços, sendo os passivos classificados como circulantes quando a realização ou a liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, dentro de uma estimativa confiável do valor.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas, consideram as premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: quando aplicável, trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo

montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em Notas Explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação e, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25, integralmente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

n) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10,00%
Imposto de Renda Retido na Fonte - Importação de Serviço em Moeda Estrangeira	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	
Cartão BRB (até 30/06/2022)	15,00%
Cartão BRB (até 31/12/2022)	16,00%
Programas de Integração Social (PIS)	
Receitas Financeiras	0,65%
Regime não cumulativo	1,65%
Importação de Serviços em Moeda Estrangeira	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	
Receita Financeira	4,00%
Regime não cumulativo	7,60%
Importação de Serviços em Moeda Estrangeira	7,60%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
ISS	2,00% e 5,00%
ISS a partir de Maio de 2022	5,00%

O IRPJ e a CSLL são determinados com base no lucro real e apurados e recolhidos trimestralmente.

São constituídos créditos tributários relativos ao Imposto de Renda (IR), com base nas diferenças intertemporais e prejuízo fiscal do IR, à alíquota de 25%, e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com base nas diferenças intertemporais e base negativa da CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes na data da constituição.

Reconhecimento de Receita de Contrato com Clientes

À luz do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, correlacionado à norma Internacional de Contabilidade - IFRS 15, a receita é reconhecida quando o contrato expressa real certeza de sua realização, mitigando o risco do fluxo de caixa vinculado às obrigações das partes.

O resultado é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos.

As receitas de serviços oriundas da consolidação com a BRB Administradora e Corretora de Seguros são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas, considerando os produtos e as seguradoras, e são reconhecidas na competência da prestação de serviço. O CPC 47 não modificou o reconhecimento das receitas, não gerando necessidade de adequação, assim, as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando há uma incerteza significativa de sua realização.

o) Provisão para Programa de relacionamento

A provisão é realizada considerando o saldo de pontos disponível para resgate a partir da faixa acumulada por cliente, faixa mínima de resgate por parceiro, custo efetivo dos pontos para clientes fidelizados e custo médio dos pontos para clientes não fidelizados, descontando a expectativa de não realização. Atualmente, os pontos adquiridos pelos clientes possuem vigência de 24 meses.

p) Despesa de Pessoal

O reconhecimento do passivo é realizado quando o empregado presta o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e da despesa quando ocorre a utilização do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado, em troca de benefícios oferecidos a esse empregado, conforme determina o Item 5.a do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

São considerados nessa categoria benefícios de curto prazo, tais como ordenados, salários, contribuições para a previdência social e complementar, licença anual remunerada, licença por doença remunerada, participação nos lucros e gratificações, assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados.

q) Gestão de Riscos

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco Operacional.

Risco de Crédito

O risco de crédito para a Companhia surge predominantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimento financeiro e em certificados de depósito bancário (CDB), bem como a possibilidade de inadimplência do contas a receber.

A Companhia aplica recursos preponderantemente em fundos de investimentos e em CDB administrados pela BRB DTVM S.A. e pelo Banco, respectivamente, e não há a contratação de derivativos para gerar eventual risco de crédito.

Risco de Mercado

A Companhia não está exposta significativamente ao risco de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis, exceto pelas operações contratadas com o BRB, atreladas à variação do CDI, como as aplicações em CDB.

Risco de Câmbio

A Companhia não está sujeita a risco significativo de câmbio, tendo em vista não possuir operações relevantes localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja o Real.

Risco de Liquidez

A Companhia está sujeita ao Risco de Liquidez na gestão de seu fluxo de caixa em função da possibilidade de ocorrências de descasamentos entre os montantes de recebimentos e pagamentos que afetem sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é efetuado por meio do controle diário da composição dos recursos disponíveis em relação aos vencimentos de suas obrigações.

Risco Operacional

A Companhia está sujeita ao Risco Operacional tendo em vista que o processamento de suas operações com cartão de crédito e cartão pré-pago é realizado por empresas terceirizadas.

r) Operações Descontinuadas

O CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, parágrafo 38, exige que os itens reconhecidos em outros resultados abrangentes relacionados a operações descontinuadas sejam divulgados separadamente. Determinados ajustes de capital de giro e outros ajustes incluídos na demonstração do fluxo de caixa refletem mudanças nos saldos entre 2021 e 2022, incluindo os saldos de operações descontinuadas agrupados nos itens "Ativos de operações descontinuadas" e "Passivos de operações descontinuadas". Operações descontinuadas são excluídos dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

Nota 4 - Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Cartão BRB é de R\$ 506.560, composto por 3.941.551 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Em 2023, a Administração, submeterá o saldo das reservas de lucros à deliberação da Assembleia Geral Ordinária para eventual integralização ou aumento de capital em conformidade com o art. 199 da Lei n.º 6.404/1976.

Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social e na legislação societária, foi constituída a reserva legal de 5% sobre o lucro societário do período.

Dividendos

A Cartão BRB, dada a política de distribuição de dividendos, confere aos seus acionistas o direito a dividendos anuais mínimos de 40% do lucro remanescente após constituição de reserva legal.

Reserva de lucros

O Estatuto Social prevê a alocação do lucro líquido remanescente como reserva estatutária a ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o devido desenvolvimento das atividades da Companhia ou por proposta dos órgãos de Administração, ad referendum da Assembleia Ordinária, podem ser destinados integralmente aos acionistas da Companhia como dividendos adicionais.

	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado	
Lucro do exercício após as participações	171.512	898.216
Destinação de reserva legal (Lei nº 6.404/76 - Art. 193)	(8.576)	(44.912)
(=) Lucro remanescente após reserva legal:	162.936	853.304
Dividendos Pagos Antecipadamente	-	(178.492)
Destinação de dividendos obrigatórios (R\$ 16,2624 por ação)	(64.099)	(163.700)
(=) Lucro líquido remanescente após dividendos	98.837	511.112
Destinação de outras reservas de lucro (Deliberação Estatutária)	98.837	511.112

Lucro por Ação

	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado	
Lucro Líquido (R\$ mil)	171.512	898.216
Número médio ponderado de ações (básico)	3.941.551	3.941.551
Número médio ponderado de ações (diluído)	3.941.551	3.941.551
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	43,51	227,88

Nota 5 - Operações Descontinuadas

A Seguros BRB segregou no exercício de 2022 e 2021, as operações em continuadas e descontinuadas. Os quadros abaixo apresentam as contas patrimoniais e de resultado das operações descontinuadas que sensibilizaram as informações Consolidadas para o período de referência.

Balanco Patrimonial

Consolidado (em milhares de Reais)	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	5.856	23.204
Caixa e Equivalentes De Caixa	-	741
Disponibilidades	-	741
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	5.856	21.358
Recebeíveis de Clientes	5.856	21.358
Outros Valores e Bens	-	925
Não Circulante	-	16.683
Realizável A Longo Prazo	-	8.089
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-	5.229
Recebeíveis de Clientes	-	5.229
Outros Créditos	-	2.860
Créditos Tributários	-	2.860
Arrendamentos Operacionais	-	8.594
Arrendamentos Operacionais - Imóveis	-	10.172
(Depreciações Acumuladas)	-	(1.578)
Total Do Ativo	5.856	39.707

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	105	67.338
Obrigações com Terceiros	105	66.578
Fornecedores a Outras Contas A Pagar	-	1.572
Obrigações Tributárias	1	13.771
Outros Passivos	104	51.235
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	-	760
Arrendamento Operacional	-	760
Não Circulante	-	8.692
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	-	8.692
Arrendamento Operacional	-	8.692
Total Do Passivo	105	76.030

Demonstração do Resultado do Exercício

Consolidado (em milhares de Reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	6.106	194.141
Custos dos Serviços Prestados	(6.795)	(27.214)
Resultado Bruto	(689)	166.927
Despesas e Receitas Operacionais	(221)	(20.240)
Despesas De Pessoal	(221)	(11.723)
Despesas Administrativas	(1.017)	(5.165)
Despesas De Comercialização	(40)	(1.412)
Despesas Tributárias	(5)	(151)
Depreciação/ Amortização	-	(2.008)
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	1.062	219
Resultado Antes das Receitas/ Despesas Financeiras Líquidas de Impostos	(910)	146.687
Despesas Financeiras	(248)	(2.668)
Resultado Não Operacional	1.058	-
Resultado Antes dos Impostos	(100)	144.020
Contribuição Social	(6.346)	(72.713)
Impostos De Renda	(17.537)	(200.335)
Ativo Fiscal Diferido	(2.860)	2.860
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	(26.843)	(126.169)
Participação Nos Lucros e Resultados	-	(2.423)
Resultado Do Exercício	(26.843)	(128.592)
Quantidade De Ações	3.941.551	3.941.551
Lucro Líquido por Ação de Operações Descontinuadas (Básico e Diluído)	(6,81)	(32,63)

Demonstração do Fluxo de Caixa

Consolidado (em milhares de Reais)	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(26.	

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Máfia das apostas

O presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Otávio Noronha, determinou a suspensão preventiva de oito jogadores envolvidos na Operação Penalidade Máxima, do Ministério Público de Goiás (MP-GO). São eles: Moraes (Aparecidense), Gabriel Tota (Ypiranga), Jonathan Doin (Náutico), Igor Cariús (Sport), Matheus Phillipe Gomes (ex-Sergipe), Fernando Neto (São Bernardo), Kevin Lomónaco (Bragantino) e Eduardo Bauermann. Bauermann, inclusive, teve o contrato com o Santos interrompido por 30 dias.

COPA DO BRASIL No primeiro duelo pelo torneio nacional, Fluminense e Flamengo mudam posturas recentes, se enfrentam com intensidade, mas não colocam nenhuma bola na rede em bom clássico. Placar deixa vaga em aberto para jogo da volta

Só faltaram os gols

DANILO QUEIROZ

Dois times com modelo de jogo ligado no 220v proporcionaram, ontem, no Maracanã, um jogo de intensidade, mas nenhum gol. O duelo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil, entre Fluminense e Flamengo, no Maracanã, teve várias nuances e mudança de postura dos rivais cariocas. O rubro-negro jogou bem com a bola no pé, chegou a acuar e tirar o tricolor da zona de conforto, mas não fez os bons momentos ecoarem no placar de 0 x 0. Em igualdade, a volta será em 31 de maio, no mesmo palco.

Time de altos e baixos desde a chegada de Jorge Sampaoli, o Flamengo foi agudo e dominante na, possivelmente, melhor atuação em 2023. Entretanto, parou em erros recorrentes no ano, como não se impor com um jogador a mais em campo. Com padrão de jogo bem definido, o Fluminense sobreviveu a um cenário longe das características ideais implementadas por Fernando Diniz: sofreu no primeiro tempo, recuou após Felipe Melo ser expulso, mas fez o bastante para não sair em desvantagem.

Os primeiros 45 minutos do duelo tático entre Sampaoli e Diniz teve êxito das ideias do argentino. Com linhas altas e meio-campo encorpado com cinco jogadores, o Fla incomodou o Flu a ficar com a bola e praticar pressão alta pós-perda com participação de todos os setores. A postura gerou domínio rubro-negro. Em termos de chances, Gabi chutou uma bola na trave e Gerson passou perto em tentativa de cobertura. Nitidamente incomodado, o tricolor não finalizou na primeira

Maitson Santana/Fluminense



Rivais cariocas disputaram um clássico bastante pegado. O rubro-negro foi melhor, mas não teve êxito na tentativa de superar o tricolor

meia hora no Maracanã.

Durante atendimento a Santos, Diniz e Marcelo (que deixou o campo lesionado) chegaram a reunir todo o time na tentativa de ajustar os ponteiros. Mesmo nos momentos mais acuada, o tricolor não abdicou do estilo de jogo. Entretanto, teve momentos nos quais ficou com os 11 atrás da

bola. Bem fechado, o Fluminense suportou o padrão de jogo e correu menos quando manteve a bola e a partida ficou picada com faltas. O time ainda teve bom momento aos 43, quando Santos abafou chute de John Árias.

Com 15 minutos de conversa nos vestiários, o clássico voltou equilibrado. Isso até os seis,

quando Felipe Melo foi expulso por falta forte em Gabi. Com um a mais, o rubro-negro reativou a tática de subir as linhas. O time teve chances ofensivas, mas, com dificuldades de infiltrar, finalizou apenas de longe. Quando entrou na área, Ayrton Lucas cabeceou o parou em grande defesa de Fábio. Em determinados momentos, o

Fluminense abdicou do tradicional modelo de posse de bola para focar na marcação.

Quando a tática não fazia mais tanta diferença, o Flamengo apostou na paciência para romper a linha de seis do Fluminense na defesa. A estratégia rubro-negra de circular a bola, porém, oscilou com decisões erradas. Dentro das

“Temos que encontrar consistência. Às vezes, jogamos bem, e perdemos, jogamos mal, e ganhamos. Fizemos um bom jogo. Com o tempo, vamos nos ajustando”

Gabi, atacante do Flamengo

“Tivemos algumas imprevisibilidades, mas são nesses momentos, quando as coisas não acontecem, que mostramos força. Saímos bem pelo que o time se dedicou”

Nino, zagueiro do Fluminense

Mineirão inicia adeus de mata-matas do Galo

O sonho da casa própria do Atlético-MG está muito perto de ser concretizado. Enquanto finaliza os ajustes para jogar na Arena MRV, em Belo Horizonte, o Galo entra em clima despedida de outros grandes palcos da história alvinegra. Um deles é o Mineirão. O jogo de hoje, às 21h30, contra o Corinthians, pelas oitavas de final da Copa do Brasil, tem tudo para ser a penúltima do time mineiro no Gigante da Pampulha em torneios de formato eliminatório.

“Inaugurada” com a instalação das traves, a marcação das linhas do gramado e um primeiro gol simbólico em 15 de abril, a Arena MRV se organiza para receber o primeiro jogo oficial. Um dos mecenas do clube, Rubens Menin apontou o recor-

te entre julho e agosto para isso. Se passar do Corinthians, o Galo teria, no máximo, mais um jogo de caráter decisivo pela Copa do Brasil no período. A Libertadores deve iniciar o mata-mata com o novo estádio do clube em funcionamento.

No gramado do Mineirão, o Atlético-MG ganhou a própria Libertadores, em 2013, e a Copa do Brasil, no ano seguinte. Os títulos do mata-mata nacional e do Brasileirão de 2021 foram concretizados fora de casa, mas passaram pelo Gigante da Pampulha e fazem parte do hall de 41 títulos conquistados em 58 anos utilizando o estádio. Sob o clima de nostalgia dourada, o Galo espera mais de 50 mil pessoas para tentar abrir frente nas oitavas de final contra o Corinthians.

Adepto do rodízio de jogadores, o técnico Eduardo Coudet deve rodar a equipe na Copa do Brasil. “Vamos ver no dia a dia quem está melhor e mais recuperado. A partir daí, pleiteamos uma ideia de jogo para cada rival. Depende do adversário, de como estão e das características de jogo. Vamos nos preparar para o Corinthians. Não é mais importante começar jogando. Você não pode saber quem vai ser o mais determinante do jogo. É importante estar preparado”, alertou o treinador argentino.

Mesmo em grande crise, o alvinegro paulista joga para amargar o início da despedida do Atlético-MG. O Corinthians ainda não venceu desde a chegada do técnico Vanderlei Luxemburgo. Na Série A do

Campeonato Brasileiro, o clube está na zona de rebaixamento e não apresenta evolução no futebol apresentado em campo. Com pouco tempo para treinar, a equipe aposta em aumentar a competitividade para triunfar.

“O futebol é muito complicado. Eu tenho uma semana, dez dias aqui, e as pessoas querem que você mude tantas coisas como se fosse ciência exata, mas não é. Muitas coisas precisam ser feitas para encontrar equilíbrio. O maior problema do Corinthians está no emocional”, disse o treinador depois do clássico contra o São Paulo, na Neo Química Arena. Na ocasião, Luxemburgo comemorou o empate. Hoje, não perder no Mineirão também pode ser visto pelo lado bom. (DQ)

Pedro Souza/Atlético-MG



Coudet quer vitória para o Galo começar bem a despedida ao Mineirão

Giro das oitavas de final

Raul Baretta/Santos



Na Vila Belmiro

Uma semana após se enfrentarem no Brasileirão, Santos e Bahia viram a chave para a Copa do Brasil. Às 19h, Peixe tenta repetir o bom desempenho de quando venceu o tricolor, por 3 x 0, na mesma Vila.

Cesar Greco/Palmeiras



No Allianz Parque

Únicos invictos no Brasileirão, Palmeiras e Fortaleza jogam, às 19h, em São Paulo, com meta de se impor na Copa do Brasil e abrir frente importante nas oitavas de final em busca da classificação.

Lucas Uebel/Grêmio



Na Arena do Grêmio

Cruzeiro e Grêmio se enfrentam, na Arena, às 19h30. O confronto é um duelo precoce entre dois times acostumados a chegarem na final. A Raposa é a maior campeã, com seis títulos, e o tricolor tem cinco.

Rafael Bandeira/Sport



Na Ilha do Retiro

Às 20h, Sport e São Paulo jogam o único confronto de níveis distintos nas oitavas de final. Bem na Série B, o time pernambucano conta com o fator casa para fazer frente a um dos clubes da elite nacional.

Mourão Panda/América



No Independência

Em baixa no Brasileirão, América-MG e Internacional mudam o foco e duelam na Copa do Brasil. Os dois times se encontram no Estádio Independência, em Belo Horizonte, às 21h30, para tentarem embalar.

José Tramontin/Athletico



Na Arena da Baixada

Athletico-PR e Botafogo vão se enfrentar, às 21h30, na imponente Arena da Baixada, em Curitiba. Além do apoio da torcida, o time rubro-negro defende um tabu de 15 anos em cima do rival carioca.

LIGA DOS CAMPEÕES Padrões de excelência à beira do gramado, Guardiola e Ancelotti guiam City e Real, hoje, na semifinal

Quando gerações se abraçam

VICTOR PARRINI

Poucos profissionais no competitivo mundo da bola se orgulham de ser padrão de excelência como Pep Guardiola e Carlo Ancelotti. Maestros de Manchester City e Real Madrid, respectivamente, eles são sinônimo de encanto, vitórias, recordes e, claro, títulos. Adversários hoje, às 16h, no Etihad Stadium, buscam a manutenção de um sonho no palco do maior espetáculo interclubes.

As semelhanças entre o espanhol e o italiano vão muito além da função nos tempos nas quatro linhas. De meias passaram para maestros presentes um seleto grupo de personagens que faturaram a orelhuda com chuteiras nos pés e as pranchetas nas mãos. Além deles, apenas Miguel Muñoz, Giovanni Trapattoni, Johan Cruyff, Frank Rijkaard e Zinedine Zidane alcançaram o feito.

Carlo Ancelotti faturou a Liga dos Campeões duas vezes como jogador — 1988/89 e 1989/90, pelo Milan. À beira do gramado, esteve presente em cinco finais. É o recordista de decisões no torneio europeu (5) e de canecos. Em 2002/03 e 2006/07, colocou o Milan no topo do Velho Continente. Em 2013/14 e 2021/22, brindou o Real Madrid com novas conquistas.

A primeira final de Ancelotti como treinador está próxima a completar 20 anos. Aos 63, ele mostra que chegar ao topo é “fácil”, mas manter-se no auge é ainda mais desafiador. O veterano tem, hoje, mais uma chance de fazer história, com a possibilidade de alcançar a sexta decisão

Javier Soriano/AFP



e guiar o clube merengue ao 15º título continental.

O currículo de respeito desperta o interesse da Confederação Brasileira de Futebol. Sem técnico desde a saída de Tite, em 9 de dezembro, Ancelotti é a prioridade do presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues. O cartola está disposto a esperar o fim da temporada para colocar uma proposta na mesa. O italiano, porém, garante cumprir o contrato com o Real Madrid até 30 de junho de 2024 e reforça o bom

momento na capital espanhola.

“É o meu quarto ano no clube. Desfruto e aproveito todos os dias. O meu legado é treinar a equipe e buscar extrair o melhor dos jogadores. Falta muito pouco para fazermos algo importante. Estamos muito entusiasmados. Sabemos que é muito difícil, mas as dificuldades nos ajudam a tirar o melhor de nós”, disse Ancelotti na coletiva pré-jogo.

A dificuldade de Carlo Ancelotti tem nome e sobrenome: Josep Guardiola. Campeão da

Champions como meia do Barcelona em 1991/92, repetiu a dose como mentor em 2008/09 e 2010/11. Agora, o espanhol de 52 anos indica ter encontrado a melhor versão do Manchester City, desde a chegada em julho de 2016. Sonha com a quarta final como treinador no torneio e a segunda à frente dos citizens. Em 2021, bateu na trave na decisão contra o Chelsea.

Apesar da lembrança ruim, o futuro é promissor. O time vença e convence. Das 55 partidas na

16h	Estádio	Liga dos Campeões	Transmissão
	Etihad (ING)	Semifinal (volta)	TNT e HBO Max
MANCHESTER CITY		REAL MADRID	
Ederson; Walker, Rúben Dias e Akanji; Stones e Rodri; Bernardo Silva, Gundogan, De Bruyne e Grealish; Haaland		Courtois; Carvajal, Éder Militão, Rudiger e Alaba; Kroos, Camavinga e Luka Modric; Valverde, Benzema e Vinicius Jr.	
Técnico: Pep Guardiola		Técnico: Carlo Ancelotti	
Árbitro: Szymon Marciniak (POL)			

“O futebol tem coisas que não se pode controlar. Precisamos ter um bom desempenho ou será muito difícil”

Pep Guardiola, técnico do City

“É o meu quarto ano no clube. Desfruto todos os dias. O meu legado é treinar e extrair o melhor dos atletas”

Carlo Ancelotti, técnico do Real

temporada, amargou seis derrotas e apenas uma em casa. O cenário é animador, pois somente um tropeço pode frustrar o sonho inglês com bola rolando. “Temos que ter um bom desempenho. Na mente e no coração dos jogadores, eles precisam fazer uma performance incrível para vencer o Real Madrid ou será muito difícil. O futebol tem coisas que você não pode controlar. Apenas seja você mesmo, esse é o meu único desejo para meus jogadores”, discursou

Guardiola na véspera do duelo.

Será um banquete tático, técnico de dois sonhos de consumo da Seleção Brasileira. Assim como Carlo Ancelotti, Pep Guardiola também esteve na pauta da CBF. O espanhol foi sondado, mas disse “não”. Ele reforçou o compromisso com o clube inglês e a sequência do projeto de expansão no cenário europeu. “Estou muito feliz e eu renovaria meu contrato por 10 anos. Agora não é a hora certa (para assumir o Brasil)”, disse em abril.

Informe Publicitário



Brasília
Ano IV - nº 616

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

CIEE premia instituições com melhores programas de estágio

Representantes de empresas e órgãos públicos se reuniram no Teatro CIEE, em São Paulo, para comemorar o 14º Prêmio CIEE Melhores Programa de Estágio. A premiação é a única em que o estudante pode avaliar o seu programa de estágio anonimamente. O evento conduzido pelo jornalista Carlos Nascimento apresentou um levantamento anual encomendado ao IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), que ouviu mais de 10 mil estagiários oriundos de mais de 470 organizações públicas, privadas, de economia mista e entidades do terceiro setor.



14º PRÊMIO CIEE
melhores programas de estágio

foto: Edith Schmidt/CIEE

Você pode conferir como foi o evento e a lista de vencedores através do QR Code abaixo.





Traga a sua vaga de Estágio ou Aprendizagem para o CIEE

www.ciee.org.br 3003-2433



Inter retorna à final após 13 anos

PAULO MARTINS*

Não há nada como o tempo para mudar o mundo. No caso da Internazionale, esta razão volta a mostrar os efeitos 13 anos depois, com a volta do time à final da Liga dos Campeões da Europa. A confirmação da vaga veio ontem após a nova vitória sobre o Milan, por 1 x 0. O próximo desafio será em 10 de junho, em Istambul, na decisão contra Manchester City ou Real Madrid.

Desde a final da temporada 2009/2010, em Madri, a vida da equipe azul de Milão, assim como o planeta, também mudou. No caso do clube, apenas um título do campeonato nacional, além de mais duas Copas da Itália, foram somadas à sala de troféus. Entretanto, como era o mundo quando o time italiano chegou à final continental pela última vez antes? O *Correio* relembra.

Filme do momento: *Alice no País das Maravilhas* — A produção da Disney rendeu a segunda maior bilheteria de 2010, com mais de um milhão de dólares arrecadados, superado apenas pelo terceiro filme da franquia *Toy Story*.

Música do momento: *Loca*, de Shakira — A cantora colombiana foi a voz do ano. Além de ter feito sucesso com o tema da Copa do Mundo daquele ano, *Waka Waka*, a música foi um estouro com a mescla de letras em espanhol e inglês.

Tecnologia do momento: Twitter — Os smartphones ainda tinham telas. Porém, uma forma

Gabriel Bouys/AFP



O atacante Lautaro Martínez marcou o único gol da partida, ontem

tão prática e fácil de obter informação na hora, algo que faz parte do dia a dia de todo um planeta, é uma ferramenta com mais de uma década de vida.

Presidente do Brasil: Lula — Foi o último ano do segundo mandato do atual chefe do Executivo nacional. Após ter superado a crise da União Europeia, o petista finalizou a passagem pelo Palácio do Planalto garantindo a sucessão nas urnas para Dilma Rousseff.

Cotação do dólar: R\$ 1,66 — A boa posição frente à primeira década e meia do real dava boa condição à moeda no cenário internacional. A realidade mudaria anos depois, com crises internas.

Copa do Mundo: África do Sul — A Seleção Brasileira era comandada por Dunga e parou diante de uma das melhores versões históricas da Holanda, nas quartas de final. O título, porém, ficou com a Espanha de Xavi, Iniesta e companhia.

Futebol brasileiro: domínio continental à vista — Bicampeonato do Internacional na Libertadores começava uma boa sequência brasileira na competição, seguida pelo tri do Santos, em 2011, e pelos títulos inéditos de Corinthians e Atlético-MG, em 2012 e 2013.

*Estagiário sob a supervisão de Victor Parrini

FÓRMULA 1

As fortes chuvas que atingem a região de Emilia-Romanha, na Itália, chegaram ao circuito de Ímola, ontem, e causaram uma surpreendente evacuação do paddock. As atividades na pista começam na sexta-feira. Vídeos na internet mostram a água do rio subindo até se aproximar dos tetos das pontes.

VÔLEI

A Confederação Brasileira de Vôlei e o Comitê Olímpico do Brasil chegaram a um acordo para diminuir as punições no Caso Wallace. A suspensão à entidade que dirige o vôlei nacional passou a ser uma multa, enquanto o gancho de cinco anos dado ao oposto diminuiu para 90 dias.

TÊNIS

Beatriz Haddad Maia foi eliminada, ontem, do WTA 1000 de Roma, na Itália. A brasileira sentiu dores na panturrilha, jogou no sacrifício e foi derrotada pela ucraniana Anhelina Kalinina após 3h41min de partida, por 2 sets a 1. A queda de Bia também marcou o jogo mais longo da temporada.

Diversão & Arte

A FOTÓGRAFA **GABRIELA BILÓ** ACOMPANHOU O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS GRUPOS NO FACEBOOK COM OS PRIMÓRDIOS DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013. DE LÁ PARA CÃ, ELA FOTOGRAFOU AS RUAS E A CENA POLÍTICA DURANTE UM PERÍODO EM QUE AS REDES SOCIAIS CRESCERAM COMO ESPAÇO DE FAKE NEWS E VIOLÊNCIA

VERDADE NUMA FOTO



Foto de Gabriela Biló em ato contra a Copa

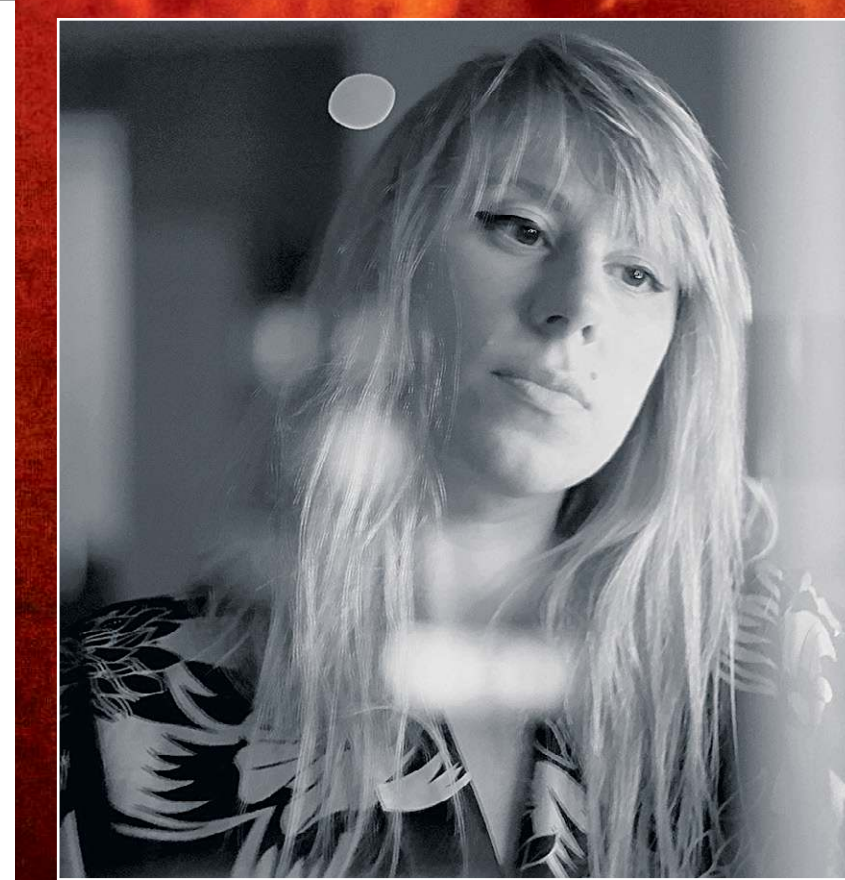
» NAHIMA MACIEL

Longo no início do livro de fotografia *A verdade vos libertará*, na página 20, um aviso: “Saímos do Facebook”. Acima, uma imagem de uma pessoa encapuzada com um extintor nas mãos prestes a quebrar um ônibus. Gabriela Biló captou a imagem em novembro de 2013, durante um ato do Movimento Passe Livre (MPL) pela tarifa zero no centro de São Paulo. A pichação, que ela transcreveu para o livro, era o início de um fenômeno que tomaria uma dimensão até então inimaginável. O movimento organizado em grupos de Facebook saía da rede para tomar as ruas do Brasil e causar um caos que resultou em quebra-quebra e prédios oficiais queimados em Brasília no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Na época, Biló monitorava os grupos para saber onde seriam os protestos, que não tinham uma liderança oficial e surgiam de forma orgânica nas redes sociais antes de saltar para o asfalto. “Quando eu começava a conversar sobre os rumos políticos que o Brasil tomou, sempre falava que, para mim, tudo tinha conexão com 2013, mas percebia que muitas pessoas se surpreendiam com essa análise. Para mim, é uma narrativa que sempre foi muito clara”, conta a fotógrafa, que se juntou a Cristiano Botafogo e Pedro Daltro, do podcast Medo e delírio em Brasília, e ao designer Pedro Inoue, para criar o livro de fotografias *A verdade vos libertará*.

Na publicação, que chega às livrarias pela Fósforo, há imagens captadas entre 2013 e este ano, todas fruto da cobertura de Biló, que é formada em jornalismo, para os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* e para a agência Futura Press. “Nossa história é uma coisa tão deturpada com o tempo, a história é contada por quem está no poder e muda tanto que é importante a gente ter um livro que conta essa narrativa política, que preserve isso, que não deturpe”, conta a fotógrafa.

Deturpação é uma ideia que Biló conhece bem. Em 18 de janeiro deste ano, 10 dias após a invasão do Palácio do Planalto,



Fotógrafa Gabriela Biló

uma imagem da fotógrafa publicada na capa da *Folha de S. Paulo* gerou polêmica e suscitou uma discussão sobre fake news na fotografia que tomou as redes. Fruto de uma dupla exposição, a imagem mostrava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o rosto abaixado, arrumando a gravata, por trás de uma vitraça do palácio presidencial estilhaçada pelos terroristas durante os ataques de 8/1.

Num momento em que as inteligências artificiais (IA) estão cada vez mais aptas a criar imagens de cenas que nunca existiram e que a discussão das fake news se transporta também para o campo visual, a dupla exposição de Biló gerou reações de nomes importantes do fotojornalismo brasileiro, como Eder Chiodetto, ex-editor da *Folha de São Paulo*, que viu na imagem um deslocamento da função jornalística da foto. “A múltipla exposição é um arquivo único, não são dois, tem essa coisa de elementos que estão no real com as condições dadas naquele instante, são coisas que estão acontecendo

naquele momento, não posso criar nada que não esteja lá”, explica Biló.

A fotógrafa tem um olhar generoso para a chegada das IAs ao mundo da fotografia. “Não sei muito como vai ser o papel dela no jornalismo, mas acho que tem espaço e acho que lutar contra a IA é inútil. A IA está aí para ficar, a gente precisa entender que ela pode ser usada para defender valores humanos e democráticos”, acredita. Mais preocupante é o extremismo nas redes e a circulação das fake news que engajam e levam os algoritmos a distribuir cada vez mais conteúdos violentos. “Acho que vai piorar muito antes de melhorar, a gente ainda está nesse caminho. Os algoritmos estão cada vez mais desenhados para fecharem bolhas e bolhas são lucrativas, os extremismos crescem nessas bolhas”, observa a fotógrafa.

Muitas vezes usada pelas plataformas e redes sociais para justificar a livre circulação de ideias extremistas perigosas, a liberdade de expressão, para a fotógrafa, tem limites e não pode ser exercida para embalar práticas criminosas. “Eu acho que o limite da liberdade de expressão é quando começa o limite do outro. Você incentivar um crime não é liberdade de expressão, é crime. Liberdade de expressão é um termo político usado para defender discurso de ódio”, diz Biló.

Ao longo do livro, é possível perceber a instalação de ideias extremistas durante as manifestações. Cartazes com pedidos de intervenção militar registrados em 2014, referências ao kit gay que, na narrativa bolsonarista, teria sido criado por Fernando Haddad, a própria escalada das fake news no Whatsapp são abordados no livro por meio das imagens.

O livro traz ainda os momentos políticos mais dramáticos do país, com as declarações chocantes de Bolsonaro durante a pandemia e os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), o orçamento secreto, a posse de Lula e a invasão terrorista de 8 de janeiro. Algumas imagens vêm acompanhadas de QR codes com acesso a comentários de Gabriela Biló sobre o momento retratado e os métodos de trabalho.



Capa de Gabriela Biló

A VERDADE VOS LIBERTARÁ — 2013-2023

De Gabriela Biló, com Medo e Delírio e Pedro Inoue. Fósforo, 208 páginas. R\$ 149,90

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quarta-feira, 17 de maio de 2023

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel

1.2 Apartamentos

1.3 Casas

1.4 Lojas e Salas

1.5 Lotes, Áreas

e Galpões

1.6 Sítios, Chácaras

e Fazendas

1.7 Serviços e

Crédito

Imobiliário

1.1

APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE

ATHOS BULCÃO a poucos minutos da Esplanada e dos principais centros comerciais da região 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE

BIARRITZ FLAT apto 1qto com 44m², 12º andar. Tratar: 3033-3865 cj21229

1.2

APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SORAYA SCARINCI VENDE QS 05 Cond Costa Verde de Apto 1qto 40m² R\$ 225 mil 3351-4991

ABDALLA IMÓVEIS

R 09 Res Easy apt 1qto + sala com varanda armário nascente. 98114-9654

2 QUARTOS

ABDALLA IMÓVEIS

QD 203 Resid Ravela 2 qtos sendo 1 ste nascente 98114-9654

ABDALLA IMÓVEIS

R 19 Resid Loes Lindo Apto 2 qtos 68m² próx park/ metrô 98114-9654

3 QUARTOS

RICARDO NERI IMOVEIS QD 105 Norte Nature Residence 128m² 3qtos 3stes 2vg 99324-6806

RICARDO NERI IMOVEIS RUA 36 Sul Resid Ouro Branco VI 3qtos 3stes alto padrão 99324-6806

1.2

ÁGUAS CLARAS

RICARDO NERI IMOVEIS R DAS CARNAUBAS apto 96m² 3qts 1 suite varanda garagem TR: 99324-6806 c/19540

ASA NORTE

1 QUARTO

BARRA IMOBILIÁRIA Desde 1985 Avaliações Gratuitas

QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?

AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!

(61) 3352-4544

www.barraimobiliaria.com.br

VIRTUAL IMOB. VENDE ED PRIME RESIDEN-CE Excelente apto 1qto 44m² totalmente mobiliado 3322-6644 cj12135

3 QUARTOS

SORAYA SCARINCI VENDE 104 ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suites armários 3351-4991

VIRTUAL IMOB. VENDE 713/913 Golden Place semi mobiliado nascente 5º andar 61 3322-6644

ASA SUL

QUITINETES

APOLLO IMOVEIS VENDE 712/912 Ed Grand Ville kit totalmente mobilada 26m² 3049-4648

1 QUARTO

ALESSANDRO JARDIM SHS QD 06 Brasil XXI 1qto com 42m² mobiliado padrão poolTr: 3963-6881 c/11763

3 QUARTOS

SQS 311 COM 2 VAGAS 311 SQS 3qts ste alto 2 garag. Bloco reformado Ac.finan MAPI Whats 98522-4444 cj27154

1.2

NOROESTE

NOROESTE

1 QUARTO

CLNW 02/03 Ed Easy Unidade 219 (interna) Prédio frente Parque Burle Marx 1qto 40m² novo sem uso Entrega em junho/23 c/habite-se, garagem, elevador, lavanderia e academia R\$ 590.000, Ac financ. Tr. 99975-9457

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

RICARDO NERI IMOVEIS QR 212 Res Max Plus 2qtos 49m² TR: 99324-6806 c/19540

SUDOESTE

2 QUARTOS

PRIMEIRO ANDAR 2QTOS QRSW 08 2q + escritório linda reforma arms Bl pastilhado MAPI Whats 98522-4444 cj27154

ANUNCIE O SEU PRODUTO

LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

QUERO CARTAS CONTEMPLADAS COMPRA E VENDA

IMÓVEIS
AUTOMÓVEIS
CARTAS NOVAS
COMPRAMOS CONSÓRCIOS

QUERO CONTEMPLADO Odf.com.br

APONTE A CÂMERA DO QR CODE PARA ACESSAR O NOSSO SITE

(61) 3326-1280 / (61) 98406-1067
(61) 99882-7676

SSN QD 02 Bloco J Sala 1112/1115

1.2

TAGUATINGA

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

BARRA IMOBILIÁRIA Desde 1985 Avaliações Gratuitas

QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?

AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!

(61) 3352-4544

www.barraimobiliaria.com.br

1.3

CASAS

CEILÂNDIA

3 QUARTOS

SOTERRA VENDE QNN 07 Casa de 250m² 3qtos, sala, coz, banheiro social, toda na laje, garagem. CJ3504 TR: 3351-8000/ 99654-5748

GUARÁ

4 OU MAIS QUARTOS

ALESSANDRO JARDIM QE 32 5qtos sendo 2stres 262m² constr., Lote 201,98m² gar p/3 carros Tr: 3963-6881/ 98152-0200 c/11763

ANUNCIE O SEU IMÓVEL

LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

1.3

JARDIM BOTÂNICO

JARDIM BOTÂNICO

3 QUARTOS

ALESSANDRO JARDIM COND MORADA SUL Linda casa estilo pousada, 390m² constr., terreno 1.000m² 2 suites, suite master c/closet e varanda virada p/área verde. Tr: 3963-6881/ 98152-0200 c/11763

4 OU MAIS QUARTOS

APOLLO IMOVEIS COND ESTÂNCIA Jd Botânico II sobrado acabto primeira 560m² área construída a 3049-4648

SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE AR 14 Casa 3qtos recém construída ac financ e fgts 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE QD 03 Casa 35m² 3qtos com suite wc c/ blindex 2 vagas cobertas Tr: 98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS

LUGAR CERTO VENDE COND ALTO da Boa Vista casa 7 qtos 340m² Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

PEDRO JR C 12778 VENDE QD 02 Casa 200m² 4qtos closet 2 vagas de garagem coberta. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

1.3

TAGUATINGA

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

BARRA IMOBILIÁRIA Desde 1985 Avaliações Gratuitas

QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?

AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!

(61) 3352-4544

www.barraimobiliaria.com.br

SOTERRA VENDE QNE 30 Csa de 340m² 4qtos, 02 salas, sala de jantar, 2 banhs, gar p/5 carros. CJ3504 3351-8000/ 98116-4684

RITA LANDIM VENDE SETOR DE MANSÕES Casa 480m² 6qtos 6 suites 2salas. Ótima para viver com a família. 99673-2538 c/12179

VICENTE PIRES

3 QUARTOS

R 17 linda casa nova 3sts pisc churr Lt 990m 99983-1953 c/3149

4 OU MAIS QUARTOS

ALESSANDRO JARDIM R 02 Casa térrea 4qtos piscina varanda gourmet 482m² Tr: 3963-6881 c/11763

1.4

ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE ED VISION WORK Sala com 27m² 4º andar 01 vaga de garagem. Tr: 3033-3865 cj21229

ASA SUL

RITA LANDIM VENDE SHS QD 06 Excelente loja ampla perfeita p/ seu comércio 99673-2538

PARANOÁ

APOLLO IMOVEIS AV COMERCIAL prédio 520m² de frente, lote 300m² o maior do Paranoá 3049-4648

SALAS

ASA SUL

VIRTUAL IMOB. VENDE ED ASSIS CHATEUBRI-AND 4 salas em uma, com divisórias e blindex 3322-6644 cj12135

J RIBEIRO VENDE SEPS 714/914 Sala 26m² 1 banheiro. R\$ 180.000 CJ 5211. Tratar: 3322-3443

SUDESTE

INVEST FLAT VENDE CENTRO COMERCIAL Sala 22m² c/1 banheiro privativo, prateleiras e lavabo. R\$ 140.000. Tr: 3033-3865/ 98192-0308 cj21229

1.5

OUTROS ESTADOS

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

OUTROS ESTADOS

VENDO LOTE CORUMBÁ IV 1000 M² Aceito Lote/ Apto/ carro no DF. Tr: (61) 99997-0399 Falar com Dra. Iara

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

APOLLO IMOVEIS PLANALTIMA GO (pesque e pague) 8.907m² escriturada toda formada 3049-4648

ANUNCIE O SEU PRODUTO

LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

OUTROS ESTADOS

VALE DO PARANÁ-GO DISTANTE 270 KM BSB 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais. Ótimo preço! (61) 99978-1485

INSS indeferiu ou está demorando?

Podemos te ajudar!!

* APOSENTADORIA
* AUXÍLIO DOENÇA
* ACIDENTE DE TRABALHO
* BPC AMPARO ASSISTENCIAL
* REVISÃO (MELHOR RENDA)

61. 3968-5724
61.99261-1256

3 SUÍTES OU 1 SUÍTE + 2 SEMI-SUÍTES

2 OU 3 VAGAS DE GARAGEM | MUDE NO 2º SEMESTRE/23

FINANCIE ATÉ 90%

OBRA 93% CONCLUÍDA

VENHA CONHECER OS DECORADOS NO EDIFÍCIO

RUA 36-SUL COM AV. BOULEVARD - ÁGUAS CLARAS

9.8606-8311 **3435-4422**

Acesse: www.veconstrutora.com.br

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.1 APARTHOTEL

IMPERIAL POUSADA
 Mob sl qt as coz 1.300 zap 999819265 c4559

ANUNCIE O SEU IMÓVEL

LIGUE PARA: 61 3342-1000

CLASSIFICADOS

2.2 ÁGUAS CLARAS

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AV ARAUCARIAS Ed. Brando excelente Apto 1 qto 50m² 99112-3703

CONVICTA IMÓVES ALUGA CRS 513 fundos W3 loja aprox 200m² c/ banheiro interno 99112-3703

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA R 28 Apto 68m2 2 qtos sendo 1 suíte sl varanda gourmet 3351-4991

2.2 ASA NORTE

ASA NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

VIRTUAL IMOB. VENDE 312 SQS 221m² 4qtos com armários e 02 suítes DCE 61 3322-6644

VIRTUAL IMOB. VENDE 312 SQS 221m² 4qtos com armários e 02 suítes DCE 61 3322-6644

ASA SUL

2 QUARTOS

J RIBEIRO ALUGA 207 SQS Bl H 108M² alto padrão mobilado. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA C 08 excelente loja frente Praça do Relógio. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

B.R. ANDRÉ ALUGA QE 46 Apto 30m2 1 qto sala cozinha banheiro, garagem no subsolo 3321-4824 98409-4824

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA AV CONTORNO 2qtos sl coz ár.serv. e gar Tr: 3386-9000 cj22002

PLANALTINA

1 QUARTO

LUGAR CERTO ALUGA ST RESID Leste lindo Apto 4º 2 qto acabo de 1º R\$650. Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

SOBRADINHO

1 QUARTO

PEDRO JR C 12778 ALUGA QD 03 Apto 1quarto 35m² localização fácil acesso 98481-4268

TAGUATINGA

1 QUARTO

B.R. ANDRÉ ALUGA CSG 07 Apto 35m2 1 qto Resid Católica 3321-4824 98409-4824

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA CSA 03 ótimo apto vista livre com armários piso porcelanato 3351-4991

SOTERRA ALUGA CSB 09 excelente apto 2 qtos ótima localização. CJ3504 3351-8000

2.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO ALUGA QD 14 Conj 01 Excelente localização casa térrea com piscina. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

PLANALTINA

2 QUARTOS

LUGAR CERTO ALUGA QD 02 Vila Buritis cs 2qtos próx Escolas, Bancos e comércio R\$ 900. Tr: 3389-3330

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

PLANALTINA

1 QUARTO

LUGAR CERTO ALUGA ST RESID Leste ótima loja Qd 4 Vila Buritis. Oportunidade única, próximo do Banco Bradesco Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

SOTERRA ALUGA RUA 03 Loja com 90m² e 02 banheiros sociais. CJ3504 3351-8000

SALAS

ASA SUL

B.R. ANDRÉ ALUGA SRTVS 701 sala dividida em 2 ambientes próx shopping Pátio Brasil 3321-4824 98409-4824

2.6 QUARTOS E PENSÕES

CIDADES SATÉLITES

APOLLO IMOVEIS PARANOIA DF galpão 257m² com salas para escritório e banheiros á 3049-4648

3.1 HONDA

HONDA

AUTO JUST

CIVIC/00 EX 2.0 flex 16V autom. R\$ 134.990 Tr: 99676-7448

NISSAN

AUTO JUST

MARCH 15/16 1.0 12V flex 5ps R\$ 43.990,00 Tr: 99676-7448

TOYOTA

ETIOS SEDAN 14/14 1.5X prata flex R\$ 33.800 Tr: 98621-4352

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

TOYOTA

AUTO JUST

HILUX SW4 16/17 SRX 4x4.4.+0V6 24v automático. Tr: 99676-7448

3.6 PEÇAS E SERVIÇOS

CONSORCIO

QUERO CARTAS CONTEMPLADAS E NÃO contemplada. Compramos e Vendemos. faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/61 99982-7676. visite o site: www.querocontempladof.com.br

QUERO CARTAS CONTEMPLADAS E NÃO contemplada. Compramos e Vendemos. faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/61 99982-7676. visite o site: www.querocontempladof.com.br

4.1 ENCANAMENTO

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

ENCANAMENTO

GPM

DESENTUPIDORA DESENTUPIMENTOS DE ESGOSTO Pia, vasos, canos, ralo e calhas. Hidrojateamento de Redes Pluvias. Caminhão com jato de alta pressão. Tratar: 61 4104-4143/ 99242-3009 WhatsApp

GPM

DESENTUPIDORA DESENTUPIMENTOS DE ESGOSTO Pia, vasos, canos, ralo e calhas. Hidrojateamento de Redes Pluvias. Caminhão com jato de alta pressão. Tratar: 61 4104-4143/ 99242-3009 WhatsApp

4.2 MODA, VESTUÁRIO E BELEZA

JÓIAS E RELÓGIOS

SMARTWATCH W 27 pro a prova d'água 61-991425364

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA Orientação sem compromisso: BPC LOAS; Auxílios e Aposentadorias em geral. (61) 98541-9335

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

PARQUE ESPLANADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
 CNPJ 34.693.800/0001-57, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Jorcelio dias Miranda CTPS n° 0250996 Série N°: 3325 a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Lei da CLT

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ORLANDO LAMOUNIER PARAISO JUNIOR, CPF: 561.183.761-15 e ALESSANDRA ALVES VIEIRA LAMOUNIER PARAISO, CPF: 584.228.621-15. Requerimento nº 968710

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a). ORLANDO LAMOUNIER PARAISO JUNIOR, CPF: 561.183.761-15 e ALESSANDRA ALVES VIEIRA LAMOUNIER PARAISO, CPF: 584.228.621-15, devedor(a)(es) fiduciante(s) do imóvel alienado, AP. 1005, GARAGENS 39 E 40, TORRRE A, LOTE 5, RUA DASFIGUEIRAS, ÁGUAS CLARAS, DF. CEP: 71.906-750, a qual não tendo sido encontrada no endereço de cobrança AP. 1005, GARAGENS 39 E 40, TORRRE A, LOTE 5, RUA DASFIGUEIRAS, ÁGUAS CLARAS, DF. CEP: 71.906-750 SMB CONJUNTO 10, LOTE 1 - D - LAGO SUL - BRASÍLIA/DF - CEP: 71.680-100, fica, por este edital, INTIMADO(A) do teor respectivo. O 3º de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei n.º 9.514/97, por requerimento do(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - COMERCIAIS, credor(a) fiduciário(a) do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, na matrícula n.º 259.436 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.Sa., venho INTIMÁ-LO(A) a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 1.607.302,13 (um milhão seiscentos e sete mil trezentos e dois reais e treze centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, pelo(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - COMERCIAIS como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.Sa. para que se dirija, no horário de 9:00 às 17:00, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 3 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V.Sa. ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei n.º 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LOIANE ALVES DE BARROS CPF: 024.003.031-18.

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) LOIANE ALVES DE BARROS CPF: 024.003.031-18, residente e domiciliada em Qs 11, Conjunto M, Lote 10, Águas Claras-DF, devedora fiduciante do imóvel: Apartamento nº 302, Lote 07, Quadra 26, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Sena Vi, Lunabel 3-A, Neste Município; a qual não tenha sido encontrada nos endereços de cobranças: Apartamento nº 302, Lote 07, Quadra 26, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Sena Vi, Lunabel 3-A e na QS 11, CO M, LT 10, Área L, Águas Claras, Brasília-DF; fica, por este edital INTIMADA do teor respectivo. O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1º e 3º da lei nº 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matrícula nº 23.792 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMÁ-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 3.277,26 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.Sa. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Ofício situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7º, da Lei nº 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

LEILÃO DE IMÓVEIS

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (CREDORA FIDUCIÁRIA: TAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **18/05/2023** às 11h30, pelo lance mínimo de R\$ 791.596,80 (setecentos e noventa e um mil quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **19/05/2023** às 11h30, pelo lance mínimo de R\$ 678.892,19 (seiscentos e setenta e oito mil oitocentos e noventa e dois reais e dezenove centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial dos imóveis caracterizados pelo **Apart-Hotel nº 1.308, Bloco "B" (Apart-Hotel 1), Conjunto "A", Quadra 01, Ed. Saint Moritz, SH/Norte, Brasília-DF, com área privativa de 31,95 m2, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 102.400 e Apart-Hotel nº 1.515, Entrada "B", Bloco "D", Conjunto "A", Quadra 01, Ed. Fusion Work & Live, SH/Norte, Brasília-DF, com área privativa de 34,27 m2, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 111.083**, oriundos de consolidação de propriedade em favor de TAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.908.435/0001-52, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA, tendo sido o devedor fiduciante devidamente constituído em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 19/05/2023 correrão por conta da Credora Fiduciária. Os imóveis encontram-se ocupados, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
 Leiloeiro Público Oficial

Capital Leilões
 Leilões Judiciais e Extrajudiciais

2.3 CASAS

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA AV CENTRAL 3qts sendo 1ste sala coz banh. Tr: 3386-9000 cj22002

LEILÕES DE IMÓVEIS
 Casa 62m², Sobradinho/DF, terreno com 360m², lote 16, quadra 02, Conjunto B-9. Inicial R\$ 225.000,00 (Parcelável)

Apartamento 114m², Sobradinho/DF, Bloco Cinco, quadra central, Setor Comercial Central. Inicial R\$ 224.000,00 **leiloescentroeste.com.br 0800-707-9339**

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

FORD

AUTO JUST

FIESTA SEDAN 14/15 TI Plus 1.6 16v Flex automático 99676-7448

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

POÇOS ARTESIANOS

GEO NORDESTE
 ABERTURA E LIMPEZA de poços Perfura em 7h. Barato! Melhor preço!! 61 99125-3541

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

PARQUE ESPLANADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
 CNPJ 34.693.800/0001-57, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Jorcelio dias Miranda CTPS n° 0250996 Série N°: 3325 a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Lei da CLT

FÁCIL DE ANUNCIAR

PARA PUBLICAÇÕES, ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES ENTRE EM CONTATO CONOSCO



61 3342-1000 opção 04

61 99463-2159



Sig Qd 02, It 340 bloco 2
Próximo Câmara Legislativa



Segunda a Sexta-feira
9h às 18h
e aos Sábados 8h às 12h



@classificadoscb

@classificadoscb



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

5.2 CONVOCAÇÕES

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

PARQUE ESPLANADA
EMPREENDEMENTOS

IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ 34.693.800/0001-57, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Maykon Rodrigues da Silva CTPS n° 006325475 Série N°: 0050/DF a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Letra I da CLT

PARQUE ESPLANADA
EMPREENDEMENTOS

IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ 34.693.800/0001-57, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Ailton Severino CTPS n° 013306 Série N°: 0101/MG a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Letra I da CLT

PARQUE ITMARATY
EMPREENDEMENTOS

IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ 34.693.948/0001-91, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Marcili Alves de Araújo CTPS n° 008669660 Série N°: 0050/PI a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Letra I da CLT

ANUNCIE O SEU PRODUTO
LIGUE PARA:
61 3342-1000
CLASSIFICADOS

5.2 CONVOCAÇÕES

PARQUE ESPLANADA
EMPREENDEMENTOS

IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ 34.693.800/0001-57, situada: SQSW 500 Bloco H N° 500 Convoca o funcionário Lucelio dos Santos Silva CTPS n° 090312 Série N°: 00040/PE a comparecer no local de trabalho no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme Artigo 482, da Letra I da CLT

MÍSTICOS

CODO DO MARANHÃO

A MAE JANA ajuda espiritual no amor com resultados em 7 horas. Faz Pacto de riqueza. Revelo combinações de números que fazem a pessoa acertar os 14 números da lotofácil, garantido resultado em cartório. Cura impotência sexual e ejaculação precoce, faz aumento peniano. Atendimento em sua casa se precisar. Zap (61) 99149-8430 Tenho testemunha de clientes.

RECADOS

RAPAZ QUER CONHECER garotas para namoro sério. 61 99209-5141

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

EMPRÉSTIMO PESSOAL

DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

EMPRÉSTIMO PESSOAL

DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS

CALDAS NOVAS

(GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

5.7 ACOMPANHANTE

FAÇO ORAL

KEILA FAÇO Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca. A .Norte 61 99620-9236

FAÇO ORAL

KEILA FAÇO Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca. A .Norte 61 99620-9236

MASSAGEM RELAX

CAROL TOP DE LUXO REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

MASSAGISTA PRECISO COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

AS-TOPS DAS GALÁXIAS BEMESTARMASSAGENS.COM.br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

CAROL TOP DE LUXO REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

ANUNCIE O SEU PRODUTO

LIGUE PARA:
61 3342-1000
CLASSIFICADOS

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CUMIN, PIZZAIOLLO Aux. de Cozinha c/ exper. Enviar Currículo para: 61 98275-0420

POLIDOR AUTOMOTIVO Que saiba montar e desmontar. Salário R\$ 1.600,00 + passagem e almoço. Tr. 99903-3085

SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA)

COM OU SEM exper. Salário da categoria +VA +VT +PS. Enviar CV p/ : viamagistral-curriculum@uol.com.br

MASSAGISTA PRECISO COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

6.1 NÍVEL BÁSICO

DOMÉSTICA PRECISA-SE c/ experiência e que tenha referência comprovada em carteira, cozinhar bem, limpar, lavar, passar, organizar que saiba ler. De Seg à Sáb. Paga-se bem! Plano Piloto Sudoeste. e BABA que durma p/recém nascido c/exp comprovada em carteira, c/ escolaridade, folga a combinar. Paga-se bem! (61)3274-5588

MASSAGISTA CONTRATADO c/ ou s/exp Asa Norte 61 98187-5976

NÍVEL MÉDIO

VENDEDOR(AS) GRUPO Espaço Gold (início imediato). 98152-6196

AUXILIAR DE CABELEIREIRA Que saiba escovar. Contrata-se. Tr: 98151-9332

ÓTIMOS GANHOS!! MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem experiência. 61 3326-7752

CONTRATA-SE MOTORISTA CAT D/E Salário + VA + VT, trabalhar Ceilândia-DF Enviar e-mail c/ nome da vaga: rh.prembr@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE AUXILIAR ADMINISTRATIVO c/ domínio em Excel, Word. Salário + VA + VT, trabalhar na Ceilândia-DF. Enviar e-mail c/ nome da vaga p/ vagashrpb@gmail.com

CONTRATA-SE AUXILIA DE LABORATORIO c/ experiência em pesagem, p/ trabalhar em farmácia na Asa Norte, seg, a sexta, 08h às 17h. Salário + VT + VA. Interessados enviar CV: vagaskanzo@gmail.com

AUX. LABORATÓRIO MANIPULAÇÃO SALÁRIO BASE com/ sem expr. R\$1.600 + Va + Vt + PS. Enviar p/ : viamagistralcurriculumlab@uol.com.br

CONTRATA-SE COORDENADOR PEDAGÓGICO para curso de concursos EAD https://lemerh.selecty.com.br/

6.1 NÍVEL MÉDIO

CARAVELLAS ROCK BAR FREE LANCER Contrata-se p/ período noturno p/trab Tag Norte. Enviar currículo Whatsapp 98504-0725 Marcus

CONTRATA-SE MECÂNICO Salário + VA + VT, trabalhar na Ceilândia-DF. Enviar e-mail c/ nome da vaga p/ vagashrpb@gmail.com

CONTRATA-SE SERRALHEIRO c/experiência. Salário + VA + VT, trabalhar na Ceilândia-DF. Enviar e-mail c/ nome da vaga p/ rh.prembr@gmail.com

VENDEDOR(A) CONTRATA-SE c/ experiência na área de pré-moldados e arte fatos de concreto. Salário + comissão. Enviar currículo email: jacksonlocadora@gmail.com ou Zap (61) 9.9637-0545

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL MÉDIO DIARISTA FAXINEIRA Ofereço meus serviços. (61)99643-9333

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

181

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

Folha de Pagamento

Requisitos:

- Conhecimento em Conectividade, SEFIP, e-social;
- Atuar com admissões / Rescisões;
- Ter experiência em FOLHA DE PAGAMENTO,
- FGTS e E-SOCIAL
- Excel Intermediário/avançado.

Oferecemos:

- Regime de contratação: CLT (Efetivo);
- Salário: R\$ 4.000,00;
- Benefícios: Seguro Saúde;
- Vale Transporte.
- Horário: De segunda a sexta das 09h às 19h

Enviar cv para: recrutabsb23@gmail.com

Assunto: Analista de Recursos Humanos

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

 **lugarcerto**
.com.br

 **VRUM**
.com.br

OS MELHORES

ANUNCIANTES

ESTÃO AQUI



ANUNCIE VOCÊ TAMBÉM A SUA EMPRESA, LOJA OU SERVIÇOS E TENHA A SUA MARCA NO JORNAL DE MAIOR RELEVÂNCIA EM BRASÍLIA

61 3342-1000 OPÇÃO 04

61 99463-2159 

